



Um ano após tragédia, crianças de Petrópolis carregam traumas

Dalana Fernandes, com os filhos Enzo e Lavinia (no colo), na porta da casa em área de risco: um ano após o temporal que deixou 241 mortos em Petrópolis, a dor da maior tragédia já registrada na cidade se transformou em medo e, por vezes, pânico. **A6**

E&N Programa social **B1**

Pacote de R\$ 20 bi para limpar dívidas terá alcance limitado

‘Desenrola’ não deve cumprir plano de atender todos os inadimplentes

Promessa de campanha do candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o desenho inicial do Desenrola, programa de renegociação de dívidas do governo federal, é insuficiente para contemplar todo o público-alvo. Como o fundo que será mantido pelo Tesouro para dar garantia às operações deve ser limitado a R\$ 20 bi-

R\$ 5 mil

é o limite das dívidas que devem ser cobertas pelo programa para pessoas que ganham até dois salários mínimos

lhões, é provável que alguns débitos fiquem fora do programa. Na fase inicial, o Desenrola vai prever a renegociação de

débitos de quem ganha até dois salários mínimos (R\$ 2,6 mil) e tinha dívidas de até R\$ 5 mil vencidas há mais de 180 dias em 31 de dezembro de 2022. Caso o presidente discorde do projeto, um ajuste poderá ser feito. Se Lula aceitar a proposta, o programa pode ser anunciado nos próximos dias, juntamente com mudanças no Imposto de Renda e no salário mínimo.

Minha Casa, Minha Vida tem novas regras

Relançado, programa atenderá famílias de áreas urbanas com renda de até R\$ 8 mil mensais. Nas áreas rurais, a renda familiar anual tem de ser de até R\$ 96 mil. **B6**

Educação **A14**

Bolsas de ensino superior terão reajuste de 40%

Arresta nos convidado **C1**

‘Estadão’ visita set do filme que reúne personagens de Adoniran

Jornal do Carro **D1**

Nova Montana chega para competir com Toro e Oroch

A Guerra de Putin **A11**

Vídeo capta instante em que míssil russo mata socorrista dos EUA na Ucrânia

Gravação feita no dia 2 em cidade cercada pela Rússia indica que ataque que matou Pete Reed não foi acidental.



Projétil que atingiu van branca matou paramédico (de barba, à esq.)

Justiça **A6**

TSE decide manter minuta de ato golpista em ação contra Bolsonaro

No processo que pode torná-lo inelegível, o ex-presidente é acusado de abuso de poder por convocar reunião com embaixadores para atacar as urnas eletrônicas.

“Não estou dizendo que houve fraude, mas o processo foi enviesado”
Jair Bolsonaro, ao WSJ

Operação humanitária **A15**

Governo manda mil chips de celular, mas não há sinal na área Yanomami

Chips foram enviados às equipes que trabalham na região, mas não há rede de operadora de celular na reserva.

Futebol **A19**

CBF endurece pena por racismo e clubes podem perder pontos

No Brasileiro, multas para clubes que se envolverem em episódios de racismo poderão chegar a R\$ 500 mil.

Notas e Informações **A3**

Mais realismo na diplomacia, presidente

Lula precisa parar de desperdiçar capital com temas que escapam à atuação do Brasil.

A democracia resiste

Thomas L. Friedman **A12**

Biden envia mensagem a Israel em 46 palavras

Fabio Alves **B3**

Indicação de nomes ao BC será prova dos nove

Roberto DaMatta **C3**

Por que carnaval?



MARIANA CARNEIRO
COM JÚLIA LINDNER e GUSTAVO CORTES
TWITTER: @COLUNAODESTADAO
E-MAIL: COLUNA@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM/BAJ/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Tarcísio vai sancionar projeto que retira obrigação de vacina de covid em SP

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), deve sancionar nesta quarta-feira (15) o projeto de lei que derruba a exigência de vacinação contra a covid-19 para o ingresso em carreiras públicas estaduais e matrículas em instituições de ensino. Prometida durante a campanha eleitoral, a medida vai na contramão dos planos do governo federal, que vem defendendo todo o esforço para ampliar a cobertura vacinal, que entrou em declínio sob Jair Bolsonaro com seus discursos que colocaram em dúvida a eficácia da imunização. Segundo auxiliares de Tarcísio, porém, isso não significa endossar os movimentos antivacina, mas marcar posição de que prefere induzir, em vez de obrigar a vacinação.

● **MENDS.** Uma evidência que os aliados dele apresentam nesse sentido é o veto ao artigo 7.º, segundo o qual médicos poderiam notificar incidentes de reação e atestar que pacientes não podem tomar a segunda dose. O governo paulista planeja colocar na rua, nos próximos meses, uma campanha publicitária de estímulo à imunização.

● **DNA.** O texto sancionado é de autoria de uma frente de deputados bolsonaristas e representantes da direita, como Janaina Paschoal (PRTB), Douglas Garcia (Republicanos), Frederico d'Ávila (PL) e Letícia Aguiar (PP).

● **TOUR.** A cúpula do PL diz não aprovar a visita que Carla Zambelli (PL-SP) organizou para levar deputados a encontrar presos por atos antidemocráticos, nesta quarta (15). Aliados de Valdemar Costa Neto consideram que isso piora a imagem do partido no momento em que tentam liberar as contas na Justiça.

● **ALVO.** Dispensado do Conselho de Ética na semana passada, após o Estadão mostrar que o comitê tomou decisões que beneficiaram ex-ministros bolsonaristas, o secretário de Justiça de SP, Fábio Prieto, não esconde a insatisfação com o ocorrido. Tem dito que Lula foi orientado de forma equivocada e que ele nunca foi seguidor de Jair Bolsonaro.

● **DEFESA.** Na sexta (10), Prieto foi junto com Gilberto Kassab a um jantar em homenagem a Marco Aurélio Carvalho, do Prerrogativas, que teve a presença de juristas próximos ao PT, além do ministro Ricardo Lewandowski, do STF. Convidados lembraram de decisões de Prieto que ajudaram aliados de Lula no passado.

● **VENTOS.** Quem conversou com Simone Tebet (Planejamento) nos dias que antecedem a reunião do CMN, prevista para amanhã, saiu com a impressão de que a mudança da meta de inflação é um não assunto para a ministra.

Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central

● **VIA.** O governo decidiu transferir a agência de Inteligência (Abin) do GSI para a Casa Civil por meio de decreto, não mais por medida provisória. A troca atrasou o ato de mudança dos órgãos, previsto para a última sexta (10).

● **VIA 2.** A opção do decreto foi confirmada pelo chefe da Casa Civil, Rui Costa, e poupa o governo de ter de levar o assunto à apreciação do Congresso. Como não houve criação de nova estrutura, o governo escolheu a via rápida – a MP da reestruturação ministerial está no Legislativo e há tentativas de alterá-la.

PRONTO, FALEI!



Cristiane Schmidt
Vice-presidente do Comsefaz

"Estamos perto de um acordo, o que é positivo. Mas é preciso lembrar que a compensação da União aos Estados diz respeito a perdas de ICMS só de 2022."

CLICK



Gabriel Galípolo
Sec. executivo da Fazenda

Com o secretário do Ministério do Turismo Bento Nunes, deu aval à MP que reduz de 25% para 6% a taxa de remessas de agências de turismo ao exterior.

ESTADÃO **BRASIL VERDE CARBONO ZERO**

EM FEVEREIRO E MARÇO

ESPECIAL CARBONO ZERO

NAS ESFERAS CORPORATIVA, GOVERNAMENTAL E INTERNACIONAL, DESCARBONIZAR O PLANETA É A SOLUÇÃO

Descarbonização é o fim de uma era?

A percepção social do consumidor

Iniciativas que fazem a diferença

Energias limpas e redução na emissão de CO₂

Legado da COP-27

As empresas patrocinadoras marcam presença nesse especial. Quer saber mais? projeto@especial@estadao.com

Realização: **ESTADÃO**

Produção: **ESTADÃO BLUE STUDIO**

Patrocínio: **agrapalma**

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1990)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1989)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSE VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1989)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISÓSTOMO MESQUITA
MEMBROS
FERNANDO C. MESQUITA
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARILIANA UENHA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SÉRGIO MARGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Mais realismo na diplomacia, presidente



O saldo diplomático do governo é positivo, especialmente na questão ambiental. Mas Lula precisa parar de desperdiçar capital com temas que escapam à esfera de atuação do Brasil

O saldo diplomático do governo Lula tem sido positivo. Dentre as primeiras visitas, três são para os maiores parceiros comerciais do Brasil: Argentina, EUA e China. Lula tem dado preeminência à agenda ambiental, na qual o Brasil pode e deve ser um protagonista-chave. Mas o presidente precisa parar de gastar capital diplomático com questões que o País não tem condições de influenciar e que servem apenas ao seu apetite por autopromoção. O encontro com o presidente norte-americano, Joe Biden, ilustra es-

ses aspectos da diplomacia lulista. Que não tenha havido resoluções bilaterais concretas é natural. Com pouco mais de um mês de governo, o objetivo do encontro era simbólico: marcar a reaproximação após os atritos provocados por Jair Bolsonaro. Nesse contexto se deram as conversas sobre as ameaças à democracia e os compromissos genéricos contra a desigualdade e pelos direitos humanos. Até certas omissões foram positivas. Mesmo que divergências, como, por exemplo, sobre a Organização Mundial do Comércio, tenham sido le-

vantadas, o foram de passagem, evitando confrontos contraproducentes. Felizmente, Lula não insistiu em suas críticas aos embargos dos EUA a Cuba ou Venezuela, que dizem respeito às relações entre esses países e não têm relação direta com o Brasil. Mais importante, a China não foi assunto, o que sinaliza a prudência de Lula em manter equidistância entre as duas potências. O resultado mais relevante foi o aceno dos EUA de integrar o Fundo Amazônia. As cifras sinalizadas (US\$ 50 milhões) foram irrisórias, mas há um imenso espaço para cooperação: na campanha presidencial, Biden chegou a prometer US\$ 20 bilhões para a Amazônia. Como de hábito, porém, Lula perdeu uma oportunidade de ficar calado, ao embutir na conversa a guerra na Ucrânia. Biden se restringiu diplomaticamente a desconversar. Coube à repórter da CNN Christiane Amanpour enquadrá-lo: “O senhor fala muito sobre democracia, mas por que está tão comprometido com a democracia em seu país e não fora?”. Tão melíflua em a peroração de Lula sobre a “paz”, que Amanpour se viu obrigada a interrompê-lo: “Isso é legal, mas o senhor acredita que um país soberano, democrático e independente tem direito à legítima defesa?”. As respostas de Lula, recorrendo às mesmas platitudes, mais que uma demonstração de idealismo, foram um atestado de ingenuidade. Tudo se passa como um mal-entendido: “Precisamos explicar ao presidente (Vladimir) Putin o erro que cometeu”. Mais importante que o quimérico “clube da paz” de Lula, seria tratar de

oportunidades para o Brasil, como o ingresso na OCDE. Mas Lula não só evitou essa pauta, como a sabotou: a diplomacia americana ofereceu reforçar no comunicado oficial o apoio à entrada do Brasil, mas o trecho foi vetado pela comitiva brasileira. As gestões petistas deixaram na geladeira o ingresso na OCDE, desdenhada como o “clube dos ricos”. Na verdade, ela é um clube de boas práticas em políticas públicas. O ingresso implica adesão a instrumentos que garantam um ambiente de negócios amigável e transparência e racionalidade à governança pública. Por razões óbvias, tudo isso incomoda o PT. Mesmo os pontos positivos do encontro, como a defesa da democracia ou do meio ambiente, foram maculados. Em nome do último, Lula traiu a primeira, deixando transparecer seus instintos autoritários ao conclamar Biden a fazer alguma coisa “para que a gente obrigue os países, os nossos Congressos, os nossos empresários, a acatar as decisões que nós tomamos a níveis globais”. Após o nanismo diplomático de Bolsonaro, não seria difícil para qualquer presidente fazer boa figura no plano internacional, auferindo ganhos para o País. Seja por oportunismo ou convicção, Lula percebeu que o Brasil tem um grande ativo na questão ambiental. Mas, até para que não o desperdice, o presidente faria bem em traduzir para a diplomacia a atitude atribuída a São Francisco de Assis: “Senhor, daí-me coragem para mudar as coisas que posso mudar, serenidade para aceitar as que não posso, e sabedoria para distinguir umas das outras”.

A democracia resiste

A recessão democrática que assombrou o mundo nos últimos anos aparentemente foi interrompida em 2022, aponta índice da Economist Intelligence Unit, mas o trabalho está só no começo

A democracia segue sob ataque, mas a situação parou de piorar, segundo a mais recente edição do Índice de Democracia elaborado pela Economist Intelligence Unit, divisão de pesquisas do grupo responsável pela revista britânica *The Economist*. De 2016 a 2021, esse indicador capaz de medir o vigor da democracia em 167 países e territórios havia descido gradativamente até o patamar mais baixo de sua série histórica, iniciada em 2006. Agora o índice mostra que o declínio democrático foi interrompido em 2022, um alívio em meio a tantas turbulências. Resta saber, porém, se o freio na escalada autoritária terá força para se impor daqui para a frente – ou se foi mero espasmo. Na escala de 0 a 10, a média global do

Índice de Democracia ficou em 5,29 no ano passado, um acréscimo de 0,01 em relação ao resultado de 2021. Essa mínima variação não chegou a ser classificada como aumento, mas estagnação, o suficiente para conter a espiral descendente dos últimos anos. A única região a apresentar avanços democráticos expressivos foi a Europa ocidental, cujo indicador cresceu de 8,22 para 8,36. Ao todo, 75 países subiram na tabela, bem mais que os 47 registrados em 2021. Por outro lado, houve graves retrocessos. A Rússia foi a nação que mais perdeu posições em meio à onda de repressão e censura interna que se seguiu à criminosa e inaceitável invasão da Ucrânia. A China, por sua vez, fez valer seus poderes ditatoriais ao implementar uma política de tolerância zero em relação à covid-19, mantendo milhões

de pessoas trancadas em casa no terceiro ano da pandemia. O norte da África e o Oriente Médio puxaram a média global para baixo, enquanto a América Latina e o Caribe tiveram nova queda no indicador: de 5,83 para 5,79. O Índice de Democracia classifica os países em quatro grupos. No topo estão as chamadas “democracias plenas”, categoria que passou de 21 para 24 nações, com a reinclusão de Chile, Espanha e França em 2022. Vale notar que esse seleto grupo, liderado pela Noruega e formado majoritariamente por europeus, concentra apenas 8% da população mundial. Consideradas as “democracias falhas”, entre as quais se encontram Brasil e Estados Unidos, as democracias alcançam 72 países, respondendo por menos de metade da população mundial – um dado que diz muito sobre o déficit democrático. As demais categorias são a dos “regimes híbridos”, na qual o Peru acaba de ingressar, e a dos “regimes autoritários”, caso de Venezuela, Nicarágua, Cuba e Haiti. O relatório da Economist Intelligence Unit faz referência à falta de consenso internacional acerca dos critérios para medir o grau de democracia de um país. O índice é calculado com base em 60 indicadores de 5 grandes áreas: processo eleitoral e pluralismo; liberdades civis; funcionamento do governo; participação política; e cultura política. Embora não esgotem o conceito de demo-

cracia, essas categorias jogam luz sobre diferentes aspectos a serem observados para que se possa falar, efetivamente, em regime democrático. Cabe destacar alguns dos parâmetros por trás do conceito de “democracias plenas”: existência de Poder Judiciário independente, sistema eficaz de freios e contrapesos, imprensa livre e uma cultura política que estimule a participação popular. Eleições justas e livres, claro, pressupõem respeito ao resultado das urnas e transferência pacífica de poder. O Brasil perdeu quatro posições neste ano e aparece na 51.^a posição, com índice de 6,78, atrás de países como Argentina, Índia e África do Sul. O relatório assinala que a eleição presidencial brasileira foi a mais polarizada da América Latina em 2022 e menciona os ataques do então presidente Jair Bolsonaro às urnas eletrônicas, além dos atos golpistas do último dia 8 de janeiro – citados, corretamente, como um risco “para o futuro da democracia brasileira”. Risco esse, vale dizer, que deve ser desbaratado com a força das instituições do País. O Índice de Democracia sinalizou que é possível frear a erosão democrática global, um alento para quem se opõe à escalada autoritária. Repetir tamanho passo em 2023 e nos próximos anos é um desafio para democratas no mundo inteiro.

ESPAÇO ABERTO

A verdade perdeu sua malvadeza

Nicolau da Rocha Cavalcanti

Talvez estejamos vivenciando uma inflexão histórica a respeito de um dos temas mais debatidos da humanidade: a verdade. Até poucos anos atrás, a ideia de verdade era mal vista, vinculada a imposições e intransigências. Não soava democrático falar em verdade. Menos ainda manifestar certeza sobre algum assunto. Seria fanatismo.

Sempre presente na história humana, a tensão com a verdade ganhou novos contornos na modernidade. Não é que o conceito de verdade tenha desaparecido da reflexão filosófica, mas foi recebendo novos critérios. Aqui, traçar linhas contínuas pode ser simplista, mas é possível verificar a passagem, ao longo do tempo, de uma verdade absoluta e imutável, acessível aos sentidos e à reflexão, para um conceito mais relativo e subjetivo, até chegar a posições que postulam a inacessibilidade da verdade ou mesmo sua inexistência.

Napós-modernidade, a verdade é vista como uma construção social e histórica. Negamos radicalmente os predicados

de objetividade e de universalidade. Eis um aspecto a ser destacado: o percurso histórico da verdade está entrelaçado com o da liberdade. Não havendo uma única verdade humana, também não teria uma ética única. Cada um livre seria para escolher seus valores.

O tema da verdade faz lembrar-me do meu professor de Direito Constitucional, que alguns anos depois se tornaria ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, declamando para nós, seus alunos, os versos de Ramón de Campoamor: *En este mundo traidor / nada es verdad ni mentira / todo es según el color / del cristal con que se mira*. Na virada do século, Barroso entusiasmava-nos na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com suas aulas bem preparadas, cultas e divertidas.

Eu gostava dos versos de Campoamor, mas a relativização ali proposta não me convencia. Achava-a exagerada. Foram necessários vários anos para que eu percebesse meu erro. Na apreensão da realidade, a perspectiva é decisiva. Há muita sabedoria neste *“todo es según el color del cristal con que*

O mundo pós-moderno, que nunca foi muito afeito a falar em verdade, defende hoje, com incrível vigor, o conceito de verdade

se mira”.

No entanto, e aqui está a virada à qual me referi no início, a verdade ganhou nos tempos atuais um enquadramento totalmente diferente do de duas décadas atrás. O mundo pós-moderno, que nunca foi muito afeito a falar em verdade, defende hoje, com incrível vigor,

o conceito de verdade. O processo vem ocorrendo há uns anos, mas ficou explícito na pandemia. Diante do enorme desafio de saúde pública, difundiram-se, sob pretexto de liberdade de expressão, ideias e posicionamentos manifestamente equivocados.

A confusão causada pela desinformação desvelou a necessidade de um norte, de um critério minimamente objetivo. Era preciso despertar as pessoas capturadas por erros primários. Mas como adverti-las de seus equívocos, se nossas ferramentas argumentativas estavam, por décadas, voltadas para dizer que não há uma verdade única, que cada um tem direito a ter sua verdade, que a objetividade do conhecimento é uma ilusão, que a cultura ocidental superestima a razão?

A agravar a situação, os negacionistas e terraplanistas já não estavam circunscritos a um pequeno círculo, nem usavam seu arsenal para discutir sexo dos anjos. O objetivo era implodir os fundamentos da convivência e do regime democrático liberal.

Na empreitada de reconstruir as bases mínimas de racionalidade, uma tática arguta foi restaurar o prestígio dos fatos – conceito que também não andava em moda, mas tinha menos má fama do que a malvada verdade. Nesse intento, resgatou-se a célebre frase do senador americano Daniel Patrick Moynihan: “Todos têm direito à sua própria opinião, mas não aos seus próprios fatos”.

Após esse primeiro passo, a palavra verdade voltou, aos

poucos, a ser mencionada. Hoje ninguém parece escandalizar-se com ela. Aqui, recorro, uma vez mais, ao meu professor de Direito Constitucional. “Precisamos restabelecer o poder da verdade possível e plural dentro de uma sociedade aberta”, disse Luís Roberto Barroso em aula em Boston, no ano passado. Suas palavras refletem o cuidado que o tema exige. Não é questão de impor dogmatismos ou de ignorar as limitações do conhecimento humano, mas está evidente que uma sociedade não pode ter medo de admitir que existem verdades e existem mentiras.

É muito positivo – mais, é necessário – resgatar o conceito de verdade, que não absolutiza a ideia apreendida, mas faz referência, entre outros pontos, a uma coerente (e humilde) relação entre realidade e mente. São muitos os temas em aberto; por exemplo, as relações entre verdade, certeza e conhecimento empírico, as tensões da verdade com a linguagem e a história, a complexidade envolvida na captação dos fatos. Não existe uma fórmula para lidar com o opinionismo contemporâneo. Para combater a desinformação, não basta fazer uma apologia superficial da ciência ou do jornalismo, pregando uma recepção acritica. Talvez pareça difícil, mas o caminho para que verdade e mentira não sejam mero *flatus vocis* é estudar e debater filosofia, incorporando sua perspectiva reflexiva no nosso cotidiano. ●

ADVOCADO

FÓRUM DOS LEITORES

© Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada. E-mail: forum@esl.com.br

Aniversário do PT

Quem tem medo do debate?

Por ocasião da celebração dos 43 anos do PT, a presidente do partido, Gleisi Hoffmann, como esperado, não poupou críticas demagógicas e autocráticas aos agentes econômicos brasileiros dizendo, entre outras coisas, “nós precisamos parar de ter medo de debater política econômica”. Mas parece que quem está se recusando ao debate é o próprio partido, a começar pelo presidente da República, que ataca incessantemente o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, e se recusa a ouvir as argumentações técnicas, lógicas e complexas, não só dele, Roberto Campos, mas também de diversos outros economistas justificando a manutenção da alta taxa de juros, a começar pela falta de um plano econômico de governo que envolva responsabilidade fiscal. No auge da pandemia, o ex-presidente Jair Bol-

sonaro pouco se importava com os cientistas que afirmavam categoricamente a ineficácia da cloroquina no tratamento da covid e desandou a fazer propaganda enganosa da droga. A semelhança entre as duas situações não é mera coincidência. Governos autoritários não querem escutar nem debater, só impor. E se dão mal.

Luciano Harary
lharary@hotmail.com
São Paulo

Política monetária

Entrevista Campos Neto

Em entrevista ao programa *Roda Viva* nesta segunda-feira, Roberto Campos Neto rebateu as críticas que vem recebendo do presidente Lula da Silva e seus aliados e deu explicações claras e objetivas sobre as condutas do Banco Central. Mas ainda é necessária uma reunião presencial com Lula e os ministros da área econômica, para que o presidente do BC possa fazer um desenho da

real situação do País.

Arcangelo Storch Filho
despachante2121@gmail.com
São Paulo

Lula contra o BC

Enquanto o Brasil for governado para a claqué do partido que está no poder, podem fechar o País.

Vital Romanelli Penha
vitalromaneli@gmail.com
Jacarei

Economia terraplanista

Em entrevista na saída da Casa Branca, o presidente Lula disse que “agora todo o mundo sabe que o planeta é redondo”, mas ele mesmo quer conduzir a economia do Brasil com conceitos terraplanistas.

Ely Weinstein
elyw@terra.com.br
São Paulo

Lula 3

Pensei que Lula iria iniciar seu governo com foco em realizar um trabalho equilibrado e consequente, como, aliás, fez em

seu primeiro mandato. Imaginei que lutaria para limpar seu nome, já que nunca foi absolvido, e alcançar o status de estadista que sempre pareceu almejar. Vejo que me enganei. Lula nunca deixará de ser o birrento e egoísta que sempre foi, preocupado com realizar mesquinhas e impor suas vontades. Que pena. E assim segue o País, oscilando entre Bolsonaros e Lulas, comprovando a teoria da ferradura, de que os extremos se aproximam. Antevio mais quatro anos perdidos.

Joaquim Antonio Pereira Alves
metaexport@hotmail.com
Santos

Judiciário

Pós-pandemia

Sobre a resistência de juízes e servidores do Poder Judiciário a voltar ao trabalho presencial (*Estado*, 12/2, A6 e A7), se os magistrados podem trabalhar em casa, eis um exemplo a seguir. Os professores pode-

riam deixar de tomar condução ou usarem seus carros e darem suas aulas em casa. Economizariam tempo e dinheiro, especialmente dinheiro, já que são tão mal remunerados. Eis o exemplo do Judiciário, que deixaria os professores tão contentes quanto os membros deste poder, tão mais bem remunerados.

Delpino Veríssimo da Costa
dverissimo@gmail.com
São Paulo

Terremoto no Oriente

A eloquência da dor

Declaração de um sírio que perdeu 11 pessoas da sua família no terremoto de 6 de fevereiro: “Elas (*as que já foram*) estão em paz; eu nunca ficarei!”. Lamento que a equipe brasileira de resgate não tenha chegado nas primeiras horas depois do terremoto. Poderia ter feito bastante diferença.

Omar El Seoud
elcloud.usp@gmail.com
São Paulo

ESPAÇO ABERTO

Há limites na defesa da democracia?

Raquel Scalcon

Ao longo dos últimos anos, o Brasil viveu contínuos atos antidemocráticos, cujo ápice ocorreu no dia 8 de janeiro passado. Graves condutas, absolutamente reprováveis, que demandaram reação firme e urgente das instituições brasileiras, com destaque para o Poder Judiciário. No amplo espectro de respostas institucionais possíveis, recorreu-se, como de costume, ao sistema de justiça criminal: abertura de vários inquéritos, realização de milhares de prisões em flagrante e inúmeras prisões preventivas, determinações de buscas e apreensões, oferecimento de denúncias criminais, etc.

Tais medidas, altamente noticiadas, passaram a ser objeto de intenso debate público e subsequente escrutínio. Há quem tenha defendido, com convicção, que houve claro excesso de membros do Poder Judiciário nas medidas adotadas até aqui. Já outros, em resposta àqueles, indagaram, em tom de perplexidade: mas, afinal, é possível falar em "excessos" quando está em questão a defesa da própria democracia?

Como se vê, a discussão é extremamente complexa, e é impossível exauri-la neste espaço. Ainda assim, avalio aqui alguns argumentos que estão

em confronto, buscando jogar luz sobre os principais pontos em tensão. Para isso, darei um passo atrás, deslocando, de início, o centro de gravidade da discussão dos atos democráticos para o funcionamento, em si, do sistema de justiça criminal brasileiro.

Neste preciso âmbito, o "estado de exceção" (*Agamben*), isto é, uma espécie de coma induzido de direitos e garantias fundamentais, parece ser algo que está, em maior ou menor intensidade, sempre latente. À espreita. É um risco contínuo que circunda e acompanha a aplicação concreta da punição pelo Estado. Cidadãos brasileiros socialmente mais vulneráveis experienciam "na pele", desde sempre, o que a teoria aqui tenta explicar. Portanto, a crítica quanto ao possível excesso punitivo estatal não é algo novo em nossa realidade, muito ao contrário.

Feita essa ressalva inicial, voltemos aos atos antidemocráticos e à sua repressão pela via do sistema de justiça criminal. Já parece suficientemente claro que tais condutas buscaram a própria erosão das instituições democráticas, a inadmissível supressão de direitos e de garantias constitucionais. Nesse contexto, muitos defendem que, diante de tamanho extremismo, não é possível res-

É difícil de se opor à concessão pragmática de que para defender a democracia o Estado se pode 'exceder'. Tão difícil ou mais é não suspeitar do perigo dessa concessão

ponder integralmente dentro das quatro linhas da lei e da Constituição. Metaforicamente, as regras do jogo somente poderiam ser aplicadas quando todos os jogadores, de fato, compartilhem o mesmo ético, respeitem o *fair play*. Não seria este o caso de condutas antidemocráticas. Haveria, segundo dizem, um paradoxo no

flat iustitia, et pereat mundus (faça-se justiça, ainda que o mundo pereça), máxima dos clássicos. Seria como dizer "respeite-se a Constituição, ainda que acabe a democracia". Pouco sentido haveria em preservar a Constituição à custa da democracia, pois tudo no fim ruiria junto, não?

O que temos, então? Como ponto de partida, é preciso discutir se a democracia esteve em risco efetivamente. Se os atos do 8 de janeiro de 2023 tinham aptidão real para erodir ou não. Neste ponto, embora haja algum grau de divergência, majoritariamente se afirma que o perigo era, sim, tão intenso quanto verdadeiro. Se estivemos de acordo quanto a isso, então haveremos de discutir, na sequência, se as medidas de natureza penal tomadas para o seu enfrentamento estavam, milímetro a milímetro, dentro das regras constitucionais e legais.

Aqui, no entanto, as divergências são potencializadas, também porque as regras processuais penais que preveem algumas dessas medidas recorrem a expressões de difícil concretização, como, por exemplo, "garantia da ordem pública", "fundadas razões", "assegurar a aplicação da lei penal", etc. Ora, como identificar o excesso, se o limite tampouco é

claramente demarcado? Se regra e exceção perigosamente se imbricam, dando margem ao arbítrio? Ainda assim, caso reconhecidos desvios na sua aplicação, o próximo passo será discutir se o risco democrático – e em qual grau – admite tomadas de decisão anômalas. E, após, avaliar se este ou aquele excesso era, de fato, essencial à preservação da democracia, ou se eram ilegítimos mesmo à luz desse elevado nível de pragmatismo.

Sem dúvida, é difícil de se opor à concessão pragmática de que, em defesa da democracia e diante de atos tão graves, que *descolaram* do sistema jurídico e político posto, nem sempre deverá o Estado responder com respeito a regras jurídicas cuja incidência pressupõe situação de "normalidade democrática". Contudo, tão difícil ou até mais é não suspeitar do insidioso perigo também inerente a essa concessão pragmática. Estando já controlado o alegado risco democrático, a continuidade de qualquer "excesso" no âmbito do sistema de justiça criminal não tem legitimidade sob *nenhum* fundamento (se é que algum dia teve), devendo cessar imediatamente. ●

ADVOGADA CRIMINALISTA, É PROFESSORA DA FOVIS REIO SP

TEMA DO DIA



Publicação do marido

Rita Lee faz rara aparição em rede social e ganha elogios: 'Aqueceu nossos corações'

A cantora apareceu em uma publicação feita no Instagram pelo marido, o músico Roberto de Carvalho. Atualmente, a artista vive uma vida reservada com a família e não costuma aparecer nas redes sociais com frequência. ●

24.197
interações

LEITORES

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Depois de tudo que passou, enfrentar um câncer de pulmão e sair viva. Está linda!"
ZILDA SIQUEIRA

● "Força, Rita! Faltam sua coragem e criatividade nos dias atuais."
MAQUIAN OTÁVIO

● "Eternamente linda e iluminada! Idade não define ninguém, nem opiniões alheias."
MASLOVA FERNANDES

● "Saudades da criatividade das suas brilhantes composições e melodias que encantavam a todos. Bom saber que está bem."
MARIA HELENA QUEIROZ



NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bóia do Instagram do Estado.
www.estado.com.br/ediçao1401

Siga @Estado nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS



Jornal do Carro



5 riscos que você corre ao rodar com pneus murchos. ●
<https://bit.ly/3JpfJ8I>

Paladar



Lugares para fazer uma pausa poética em SP. ●
<https://bit.ly/3YniqW9>

Newsletter



Receba conteúdos do 'New York Times' no e-mail. ●
<https://bit.ly/3gdqSEg>

Justiça Eleitoral

TSE mantém minuta 'golpista' em ação que ameaça tornar Bolsonaro inelegível

Ministros preservam no processo rascunho de decreto apreendido pela PF que previa intervenção na Corte; ex-presidente nega elo com atos e diz que volta ao País em março

RAYSSA MOTTA

Nomomento em que Jair Bolsonaro ensaia voltar dos Estados Unidos para liderar a oposição ao governo Luiz Inácio Lula da Silva e afirma temer uma ordem de prisão, o Tribunal Superior Eleitoral ampliou a pressão sobre o ex-presidente. Por unanimidade, os ministros decidiram ontem manter a minuta de um decreto golpista em uma ação que pode torná-lo inelegível. Se for condenado, Bolsonaro perde os direitos políticos por oito anos e fica fora de eleições no período.

O ex-presidente é acusado de abuso de poder e uso indevido dos meios de comunicação por convocar, em julho de 2022, uma reunião com embaixadores estrangeiros para disseminar suspeitas infundadas sobre

chamado "estado de defesa". A ideia era anular o resultado da eleição que deu a vitória a Lula. Ex-auxiliar de Bolsonaro, Torres assumiu a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e está sob suspeita de omissão e conivência com os golpistas. O ex-ministro foi preso por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do TSE.

Relator do caso, o corregedor da Justiça Eleitoral, ministro Benedito Gonçalves, requisiu uma cópia da minuta para anexar ao processo. A defesa do ex-presidente entrou com recurso sob a alegação de que o documento é "apócrifo". Gonçalves, no entanto, manteve o posicionamento e submeteu a decisão ao plenário do TSE.

"É inequívoco que o fato do ex-ministro da Justiça do governo do primeiro investigado (Bolsonaro) ter em seu poder uma proposta de intervenção neste Tribunal e de invalidação do resultado das eleições presidenciais possui aderência aos pontos controvertidos, em especial no que diz respeito à correlação entre o discurso e a campanha", afirmou Gonçalves durante o julgamento. Ele foi seguido por Moraes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Carlos Horbach, Raúl Araújo e Sérgio Banhos.

'QUE GOLPE?' Em entrevista ao jornal americano *The Wall Street Journal*, publicada ontem, Bolsonaro negou ter qualquer

Para lembrar

Rascunho foi apreendido pela PF na casa de Torres

Minuta



No dia 12 de janeiro a Polícia Federal encontrou na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres uma minuta de decreto para o então presidente Jair Bolsonaro instaurar estado de defesa na sede do Tribunal Superior Eleitoral

Envio ao TSE

O ministro Alexandre de Mo-

raes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a PF enviasse uma cópia da minuta ao TSE

Defesa



A defesa de Bolsonaro disse que a minuta é "apócrifa" e pediu para o TSE não considerá-la na ação eleitoral contra o ex-presidente

Decisão

Por unanimidade, ministros do TSE referendaram ontem a decisão que manteve a minuta nos autos do processo que pode tornar o ex-presidente inelegível

Estado de defesa
Texto previa intervenção no TSE para instituir estado de defesa e anular eleição

a uma eletrônica. Nessa ação, o PDT pediu a inclusão do documento apreendido pela Polícia Federal na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres em investigação sobre os atos extremistas nas sedes dos Três Poderes, no dia 8 de janeiro.

O rascunho previa uma intervenção no TSE ao instituir o

responsabilidade pelos atos golpistas que deixaram rastro de destruição no STF, no Palácio do Planalto e no Congresso Nacional. "Eu não estava nem lá, e querem atribuir a mim", afirmou. Segundo ele, a depredação dos prédios públicos não foi uma tentativa de golpe: "Golpe? Que golpe? Onde estava o mandante? Onde estavam as tropas, onde estavam as bombas?"

Apesar do discurso, Bolsonaro admitiu ter medo da cadeia.

Segundo ele, "uma ordem de prisão pode vir do nada" no Brasil, lembrando o caso do ex-presidente Michel Temer, que foi preso preventivamente em março de 2019 por suspeitas de corrupção.

O ex-presidente reconheceu, ainda, a derrota nas urnas. "Perder faz parte do processo eleitoral. Eu não estou dizendo que houve fraude, mas o processo foi enviesado", disse. Dessa vez, o ex-presidente recuou das

reiteradas acusações, sem provas, que fez contra o sistema eleitoral brasileiro, inclusive o que pode levá-lo a perder o direito de disputar eleição, caso condenado pelo TSE. Porém, Bolsonaro insistiu na desqualificação do processo.

CONFIANÇA. Bolsonaro disse se enxergar como a única liderança de direita do País e manifestou a intenção de retornar ao Brasil em março e apoiar a campanha de cerca de 5 mil candidatos alinhados a ele nas eleições municipais de 2024. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, que está no País, também vai se engajar na política (*mais informações nesta página*). O casal foi para a Flórida no dia 30 de dezembro, antes da posse de Lula.

Em relação à pandemia da covid-19, o ex-presidente disse que, se pudesse voltar no tempo, teria postura diferente. "Eu não diria nada, deixaria o problema para o Ministério da Saúde", afirmou. Ele mencionou a crise sanitária ao ser questionado se teria feito algo diferente no governo.

Quando a situação epidemiológica começou a se agravar no Brasil, em março de 2020, o então presidente fez pronunciamento em cadeia nacional e chamou a doença de "gripezinha". Ao jornal americano, lembrou da ocasião em que associou a aplicação de vacinas a "virar jacaré". "Foi só uma figura de linguagem, e eu fui martelado por isso", disse. ●

Michelle ganha PL Mulher, salário de R\$ 33,7 mil e viagens pelo Brasil

PEDRO VENCESLAU

Em uma estratégia para tentar preservar o recall eleitoral do ex-presidente Jair Bolsonaro, o PL vai contratar a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e entregar a ela o cargo de presidente do "PL Mulher". A ideia, segundo interlocutores da sigla, é que ela e Walter Braga Netto, que foi candidato a vice-presidente em 2022, façam viagens pelo Brasil preparando o terre-

no para o lançamento de candidaturas a prefeito em 2024.

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, quer que o próprio Bolsonaro participe das viagens, mas o ex-presidente está recluso nos Estados Unidos desde dezembro do ano passado. Bolsonaro afirmou ontem, em entrevista ao *Wall Street Journal*, que pretende voltar ao País em março para liderar a oposição (*mais informações nesta página*). Já Michelle chegou ao Brasil dispo-

ta a se engajar na militância partidária.

A legenda decidiu que a ex-primeira-dama vai receber o mesmo salário de um deputado federal (R\$ 33.763), mas o pagamento só começará a ser feito depois de março, se o ministro Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), autorizar um novo desbloqueio parcial das contas.

Em dezembro, o ministro determinou o desbloqueio de R\$ 1,155 milhão do PL para o

pagamento dos funcionários. O bloqueio das contas da sigla foi decidido por Moraes em novembro para o pagamento de uma multa de R\$ 22,9 milhões por questionar o resultado da eleição presidencial. A decisão foi tomada após o PL pedir uma verificação do resultado do segundo turno nas eleições sem apontar fraudes.

SALÁRIO. O PL também planeja pagar um salário de R\$ 39 mil ao ex-presidente e ceder a ele um gabinete na sede do partido em Brasília, mas apenas após o desbloqueio e quando Bolsonaro voltar dos EUA. Já Braga Netto está despachando no PL, exercendo o papel de dirigente partidário ao lado de

Valdemar. A ideia, segundo integrantes da sigla, é que ele seja nomeado para o cargo de secretário de Relações Institucionais ou secretário-geral.

Cargo

Ideia é que Braga Netto seja nomeado para o cargo de secretário-geral ou de Relações Institucionais

A estratégia de preservar a marca Bolsonaro foi desenhada no momento em que o presidente do PL tenta, em outra frente, preservar a ala do partido que defende o apoio ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. ●

ESTADÃO **expresso** BAIRROS

Conteúdo e prestação de serviços voltados à **realidade** e necessidade **do seu bairro**

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO



Acompanhe na edição de fevereiro:

- > As ações que vão requalificar o **Triângulo Histórico da capital**
- > Mais de **1,3 milhão de m² de asfalto novo** em todas as regiões da cidade
- > **Programa Mãe Paulistana:** iniciativa da Secretaria Municipal de Saúde dá assistência a gestantes durante o ciclo da gravidez

1 milhão de exemplares

distribuídos em todas as regiões da cidade

RETIRE O SEU NAS BANCAS, É GRATUITO

Quer receber notícias da **SUA REGIÃO** pelo **WHATSAPP?**
Inscreva-se:



O jornal gratuito de **maior circulação de São Paulo** também na versão digital com notícias atualizadas diariamente.
Acesse e confira: expressobairros.com.br

Polícia Federal

Governo Lula reabilita delegados da PF que foram alvo de Bolsonaro

Delegados que estiveram na mira do ex-presidente foram nomeados na atual gestão petista para algumas das principais diretorias da corporação

RAYSSA MOTTA
LUIZ VASSALLO

A composição da cúpula da Polícia Federal tem evidenciado a tentativa do governo Luiz Inácio Lula da Silva de tentar afastar da corporação a influência de Jair Bolsonaro (PL). Algumas das principais diretorias da PF serão ocupadas na atual gestão petista por delegados que estiveram na mira do ex-presidente. Assinada pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa, a nomeação de Ricardo Saadi para Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e à Corrupção (Dicor) foi publicada ontem.

Saadi esteve no centro das suspeitas de que Bolsonaro fez trocas estratégicas na PF para tentar blindar aliados e os filhos de investigações. O delegado era superintendente do órgão no Rio, mas foi exonerado pelo ex-presidente, que alegou problemas de “produtividade” na unidade regional. A mudança abriu uma crise com o então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro.

O ex-juiz da Operação Lava Jato, hoje senador pelo União Brasil, deixou o governo acusando Bolsonaro de tentar interferir politicamente na corporação — na eleição do ano passado, ele se reconciliou com o ex-presidente e o apoiou no segundo turno contra Lula. O caso está em apuração no Supremo Tribunal Federal (STF). Uma das atribuições da Dicor é investigar políticos e autoridades com prerrogativa de foro.

FACADA. Outro reabilitado pela Casa Civil de Lula é o delegado Rodrigo Moraes Fernandes. Ele foi o responsável pelo inquérito sobre o atentado contra Bolsonaro na campanha eleitoral de 2018. O ex-presidente foi atingido por uma facada durante uma agenda de campanha em Juiz de Fora (MG). A investigação concluiu que Adélio Bispo, responsável pelo ataque, agiu sozinho e que o crime não teve um mandante. Sem provas, o ex-presidente reiterou diversas vezes a tese de que há “gente grande” por trás do atentado. Fernandes vai assumir a Diretoria de Inteligência Policiais da PF, uma das mais importantes da corporação.

Operação
PF abriu ontem a 8ª fase da
Lesa Pátria e prendeu 8
investigados pelos atos
radicais de 8 de janeiro

O delegado Rodrigo Teixeira, que era superintendente da PF em Minas Gerais quando aconteceu o atentado, foi indicado para a Diretoria de Polícia Administrativa. Próximo do atual diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, ele chegou a ser sondado para o cargo de diretor executivo, número dois da corporação, que ainda não foi preenchido.

Teixeira foi exonerado pelo ex-presidente da República e, na época, atribuiu a troca a uma insatisfação da família Bolsonaro com a condução do inquérito sobre a facada.

Em entrevista ao **Estadão**, ele disse acreditar que o elã queria que a apuração chegasse à conclusão de que Adélio Bispo tinha sido financiado por partidos políticos ou uma organização criminosa.

Ao todo, a PF tem 11 direto-

rias especializadas. Em dezembro de 2021, o **Estadão** mostrou que, com a saída da delegada Dominique de Castro Oliveira do escritório da Interpol no País, o governo Bolsonaro já acumulava ao menos duas dezenas de mudanças na Polícia Federal. As razões eram divergências políticas com o governo e com a cúpula da corporação, ou de investigações que desagradaram ao Palácio do Planalto.

Considerada sem precedentes, a série de intervenções levou à geladeira, ou para o “corredor” — termo usado na PF para quem está em estado de fritura pela direção —, experientes quadros policiais.

A reabilitação de delegados que foram alvo no governo passado é interpretado como um recado da gestão Lula para a corporação: de que haverá empenho para reduzir a influência do bolsonarismo na PF.

‘ESCONDIDO’. O próprio presidente Lula tem vocalizado a investida para “desbolsonarizar” o governo. Ontem, durante evento de retomada do programa Minha Casa, Minha Vida, na Bahia, o presidente disse que a tarefa foi dada ao ministro-chefe da Casa Civil.

“Estamos há apenas 40 dias no governo. A gente ainda nem conseguiu montar as equipes que a gente tem que montar porque nós temos que tirar bolsonarista que está lá escondido às pencas”, afirmou Lula.

“E a responsabilidade de tirar eles é do Rui Costa. É o Rui Costa que tem que assinar as medidas para tirar aquela gente que está infiltrada no nosso governo”, disse o petista. ●

Lava Jato

José Dirceu tem pena reduzida de 8 anos para 4 por propinas de R\$ 2 milhões

O Superior Tribunal de Justiça reduziu de 8 anos (regime fechado) para 4 anos (regime aberto) pena imposta a José Dirceu na ação por corrupção passiva e lavagem de dinheiro na Operação Vício, desdobramento da Lava Jato. O ex-ministro foi acusado de receber R\$ 2 milhões em propinas para intermediar contratos de uma empresa de tubos com a Petrobras. Para a Quinta Turma do STJ, a lavagem não poderia ser considerada crime autônomo e derrubou esta parte da condenação. ●

Foz do Iguaçu (PR)

Juiz decide que União deve pagar pensão a filhos de tesoureiro do PT assassinado

A Justiça Federal decidiu que a União deve pagar pensão alimentícia aos filhos do tesoureiro do PT Marcelo Arruda, assassinado em julho do ano passado, em Foz do Iguaçu (PR), durante a própria festa de aniversário por um apoiador de Jair Bolsonaro. A pensão será de R\$ 1.312,16 para cada um dos três filhos menores de idade. O agente penitenciário Jorge Guarinho foi denunciado por homicídio duplamente qualificado cometido por “preferências político-partidárias antagônicas”. ●

Deputado

Marcelo Crivella vira réu por ‘QG da propina’ na prefeitura do Rio de Janeiro

Ex-prefeito do Rio, Marcelo Crivella (Republicanos) virou réu na Justiça Eleitoral no caso do “QG da propina”. Hoje deputado federal, Crivella e outros 25 são acusados pelos crimes de falsidade ideológica eleitoral, corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Segundo a denúncia, o ex-prefeito, que chegou a ser preso, chefiaria o grupo acusado de desviar R\$ 53 milhões em troca de favorecimento a empresas em contratos na cidade. Crivella nega irregularidades. ●

FILARIZ/TVARES/OUTERS-23/02/2026



Defesa de Marcelo Crivella afirma não haver provas contra ele

Ex-presidente da Câmara

STJ nega pedido de Cunha para enviar ação da Lava Jato à Justiça Eleitoral

O Superior Tribunal de Justiça suspendeu ontem ação em que o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha é acusado de receber R\$ 5 milhões em propinas. O processo foi aberto a partir de investigações da Lava Jato. Cunha foi denunciado por corrupção e lavagem de dinheiro em contratos de navios-sonda. A defesa do ex-deputado tenta transferir o processo para a Justiça Eleitoral, mas a Quinta Turma do STJ decidiu aguardar a palavra final do Supremo Tribunal Federal. ●

Minas Gerais

Deputados aprovam sessão de desagravo a Adélia Prado após gafe de Romeu Zema

A deputada estadual Andréia de Jesus (PT-MG) afirmou ter conseguido ontem a assinatura de 26 parlamentares para a realização de um ato de desagravo à escritora mineira Adélia Prado, de 87 anos. A reunião foi proposta após o governador Romeu Zema (Novo) receber um livro da autora durante uma entrevista em Divinópolis, cidade natal de Adélia. “Ela trabalha aqui (na rádio)?”, perguntou o governador. Para o ato era necessário o apoio de um terço dos 77 deputados. ●

Diretorias



RICARDO SAADI
Combate ao Crime Organizado

Pivô das denúncias de que Bolsonaro fez trocas na PF para blindar aliados de investigações. Superintendente no Rio, foi exonerado pelo ex-presidente, que alegou problemas de produtividade



RODRIGO FERNANDES
Inteligência Policial

Foi responsável pelo inquérito sobre o atentado sofrido por Bolsonaro em 2018. Criticada pelo ex-presidente, a investigação concluiu que Adélio Bispo agiu sozinho e que o crime não teve um mandante



RODRIGO TEIXEIRA
Polícia Administrativa

Era superintendente da PF em Minas quando Bolsonaro levou a facada. Exonerado, atribuiu sua saída a uma insatisfação da família Bolsonaro com a condução do inquérito

tamanho de São Paulo precisa entender que terminou o palanque político. Precisa atender tanto aqueles que pertencem à extrema direita como à extrema esquerda. Tem que atender também ao centro. O governador tem essa preocupação. ●O.G. ELY

NOTAS E INFORMAÇÕES

O Judiciário deve voltar ao normal



Não há mais qualquer razão objetiva a impedir que juízes e servidores voltem ao trabalho presencial

Os magistrados e demais servidores do Poder Judiciário devem voltar ao trabalho presencial a partir do próximo dia 16, como determina uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de

17 de novembro do ano passado. Foram três meses de preparação para esse retorno aos fóruns.

Não obstante, associações de juízes e sindicatos de servidores têm resistido à ordem do CNJ. Não há, porém, qualquer razão objetiva para essa relutância, apenas o apego a certos confortos particulares. Há servidores que reclamam de eventuais "prejuízos à rotina" que a volta ao trabalho presencial poderia causar. Outros argumentam, pasme o leitor, que durante o trabalho remoto passaram a ter uma "vida organizada no exterior", como se a natureza do serviço público que prestam não exigisse o vínculo territorial.

Quase três anos depois, o fato é que ainda não é possível dizer que a pandemia de covid-19 acabou. Mas, graças ao progresso da vacinação, o vírus não representa mais uma ameaça à saúde das pessoas a ponto de demandar o prolongamento do trabalho remoto para a prestação de serviços públicos. Tanto que a esmagadora maioria dos servidores dos Poderes Executivo e Legislativo também já voltou ao trabalho presencial.

Excetuando-se casos muito particulares, como, por exemplo, a prestação dos serviços de saúde e de transporte, praticamente todo o País já voltou àquela vida conhecida antes da eclosão da emergência sanitária. Por que só os servidores do Judiciário não haveriam de voltar?

Quando ocorrem à Justiça, é aos magistrados que os cidadãos expõem suas maiores angústias, depositando nesses servidores toda a sua esperança por uma

decisão que lhes seja favorável. A Justiça lida, primordialmente, com tudo que toca o humano. Nesse sentido, o contato presencial é fundamental.

Evidentemente, há casos e casos. Talvez esses três últimos anos tenham servido para mostrar que certos serviços podem continuar sendo prestados pela Justiça de forma remota sem qualquer prejuízo para os cidadãos. Decerto o CNJ sopesou perdas e ganhos ao tomar a decisão de impor a volta ao trabalho presencial.

Uma vez decidida a questão, não cabe mais às associações e sindicatos contestar a decisão colegiada; cabe cumpri-la. Uma das atribuições do CNJ é zelar pela eficiência na prestação dos serviços judiciais. A decisão de novembro passado leva em consideração essa missão do colegiado.

Enquanto servidores reclamam de supostos "prejuízos" causados pelo retorno ao trabalho presencial – como se essa não fosse a realidade com a qual todos estavam acostumados até bem pouco tempo atrás –, muitos advogados, segundo apurou o **Estado**, não encontram juízes para despachar seus processos, que ficam dormitando nos escaninhos da Justiça, e reclamam de longa espera pela marcação de audiências.

Como bem disse o ministro relator da resolução do CNJ, Luiz Philippe de Mello Filho, do Tribunal Superior do Trabalho, "o retorno da magistratura aos seus respectivos locais de trabalho é imperativo inegociável neste momento em que toda a sociedade já voltou à situação de normalidade". ■

Judiciário

TCU vê 'interesses privados' de juízes que resistem ao presencial

Associação recorreu à Corte contra decisão do CNJ que ordenou retorno ao local de trabalho; argumento é de 'dano ao erário'

LEONARDO
LUIZ VASSALLO
DAVI MEDEIROS

Juízes recorreram ao Tribunal de Contas da União em busca de um parecer para tentar driblar a decisão do Conselho Nacional de Justiça que determinou a volta ao trabalho presencial. Segundo os magistrados, a ordem do CNJ provoca "patente dano ao erário" e atinge a "eficiência" do Poder Judiciário. A área técnica da Corte afirma, em parecer, que não cabe ao TCU defender "interesses privados" de juízes.

Como mostrou o **Estado**, juízes e servidores apresentaram uma série de recursos no CNJ contra um acórdão do colegiado que impôs as atividades em varas e tribunais. O prazo-limite se encerra amanhã.

A reportagem apurou que, além de reclamar da medida ao próprio CNJ, juízes tentaram usar o TCU para suspender a medida. À Corte, a Associação dos Magistrados do Trabalho da 14.^a Região (Amatra, que contempla Rondônia e Acre) afirma que o teletrabalho proporcionou ampliação do aces-

so à Justiça. Menciona, por exemplo, uma economia de 20% em despesas de custeio.

"A prestação do serviço jurisdicional na modalidade digital, por meio dos atendimentos ou realização das audiências telepresenciais, tem como pilar a aplicação do princípio da eficiência", afirma a Amatra-14 na petição. A entidade ainda cita o atendimento em regiões de difícil acesso.

AVANÇO INDEVIDO. O pedido ainda não foi julgado, mas recebeu parecer contrário no Corte de Contas. "Não é função do TCU atuar na defesa de interesses privados dos magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 14.^a Região junto à admi-

nistração, sob pena de repre-

sentar avanço indevido nas atribuições que são próprias do CNJ, do Poder Judiciário ou da unidade jurisdicionada", diz o relatório.

Segundo auditores, a representação nem sequer deve ser considerada por não preencher requisitos legais. A associação não se encontra entre os "legitimados a representar"

Quando ocorrem à Justiça, é aos magistrados que os cidadãos expõem suas maiores angústias, depositando nesses servidores toda a sua esperança por uma

Conselho Nacional de Justiça

CNJ abre processos e afasta juíza que atacou ministros do Supremo

RAYSSA MOTTA

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) abriu ontem dois processos administrativos disciplinares contra a juíza Ludmila Lins Grilo, da Vara Criminal e da Infância e Juventude de Unaí (MG), e decidiu afastá-la cautelarmente do cargo até a conclusão dos procedimentos. A decisão foi unânime.

A primeira investigação interna vai apurar se ela violou os deveres funcionais. Uma inspeção na comarca apontou faltas sistemáticas ao trabalho presencial, baixa produtividade e exercício paralelo de atividade empresarial. A auditoria encontrou 1.291 processos parados. O processo disciplinar foi proposto pelo corregedor Luís Felipe Salomão. Ele afirmou que a juíza demonstrou "total desleixo" com o trabalho e "imenso desprestígio" com a magistratura.

"A reclamada não cumpre seus deveres básicos, deixando de comparecer no fórum mesmo sem ter autorização para realizar teletrabalho, negligenciando a gestão do cartório e deixando fiscalizar os atos de seus subordinados", afirmou.

Ludmila disse ser vítima de um "assassinato de reputação" e de um "estardalhaço midiático". Em sua defesa, a magistrada afirmou que deixou o expediente presencial e começou a fazer audiências a partir de cidades alternadas porque

passou a sofrer ameaças relacionadas ao trabalho. "O Gabinete de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça expressamente recomendou que o público não tivesse ciência da minha localização física, pois isso implicaria imediato risco de vida."

POLÍTICA. O segundo processo é sobre manifestações político-partidárias da juíza em entrevistas, eventos e nas redes sociais. O CNJ vai investigar se ela violou o dever de imparcialidade. Outros 20 magistrados estão na mira do conselho pelo mesmo motivo. A Lei Orgânica da Magistratura (Loman),

Elxos
Colegiado apura se magistrada negligenciou trabalho presencial e fez manifestações políticas

que funciona como um estatuto da classe, impede manifestações político-partidárias, opiniões sobre processos em curso ou "juízo depreciativo" a respeito de decisões.

Ludmila fez críticas públicas ao Supremo Tribunal Federal, acusou os ministros de "ultravismo judicial" e sugeriu impeachment. Ela afirma que os comentários têm relação com sua "atividade intelectual e como professora". ■

O COLUNISTA MARCELO GODOY ESTÁ DE FÉRIAS



A Guerra de Putin

Rússia cerca cidade-chave no leste da Ucrânia; Otan hesita em enviar caças

Moscou avança e ameaça Bakhmut, ligação-chave na Província de Donetsk; Ocidente evita mandar aviões porque teme que eles sejam usados para atacar território russo

KIEV

Em uma etapa da guerra marcada por poucos avanços, tropas russas fecharam o cerco ontem sobre a cidade de Bakhmut, ponto estratégico na Província de Donetsk. O avanço pressionou os ucranianos, que começaram a retirar civis e ontem explodiram uma ponte de acesso à cidade. A Ucrânia ainda aguarda a chegada da prometida ajuda da Otan, que hesita em enviar caças à guerra.

Oficialmente, Kiev nega que esteja organizando uma retirada total de tropas de Bakhmut. Moscou também afirma que os combates seguem ativos e intensos na cidade, embora as forças russas tenham obtido ganhos nas últimas semanas e cortado algumas linhas de abastecimento da Ucrânia.

O chefe do grupo mercenário Wagner, Yevgeny Prigozhin, que no domingo comemorou a tomada da vila de Krasna Hora, perto de Bakhmut, afirmou que as forças ucranianas estão enviando reservistas para os locais onde os combates estão ocorrendo. "Bakhmut não será tomada amanhã, porque há muita resistência", disse Prigozhin, no Telegram.

RESISTÊNCIA. De acordo com Denis Pushilin, chefe da autoridade pró-Rússia em Donetsk, os combates estão ocorrendo na vila de Pankovivka, na periferia da cidade. "Não há perspectiva de que o inimigo se renda e deixe suas posições sem lutar", afirmou.

Embora Kiev negue a retirada de militares, autoridades dão sinais de que a resistência pode estar perdendo inipeto. O chefe militar regional, Pavlo Kyrylienko, afirmou ontem que a Ucrânia "precisa focar em preparar linhas defensivas".

O oficial também revelou que as forças ucranianas reforçaram a retirada dos poucos civis que permaneceram na cidade. Da população de 70 mil antes do conflito, menos de 5 mil ficaram no local, dentro os quais, 140 crianças.

Após o sucesso da contraofensiva de setembro, que retomou boa parte do território perdido para a Rússia, o avanço ucraniano estagnou ao se deparar com as tropas russas mais concentradas e reforçadas por

ONDE FICA



novos recrutas. Com os avanços cada vez mais raros, o conflito se tornou uma "guerra de desgaste e uma batalha logística", segundo o secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg. "O ritmo do gasto de munições da Ucrânia é muitas vezes maior que o nosso ritmo de produção. Isto coloca nossa indústria de defesa sob pressão", disse.

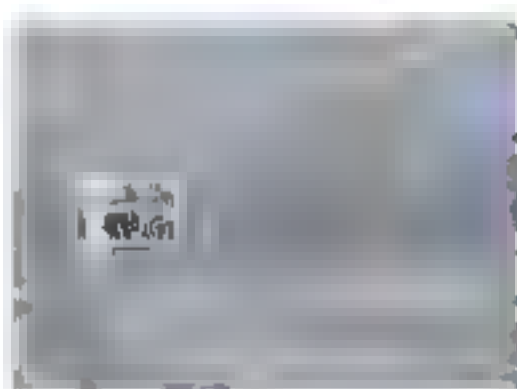
AJUDA. O papel da Otan na defesa da Ucrânia é cada vez mais importante. Kiev espera a chegada dos tanques prometidos no mês passado, considerados essenciais para romper as linhas russas. Atualmente, cerca de 100 soldados ucranianos estão na Polônia para aprender a operar o Leopard 2, de fabricação alemã. Os armamentos de artilharia prometidos a chegar em um número relevante e os tanques M1 Abrams, de fabricação americana.

Entretanto, os aliados ocidentais comprometem a manter o envio de munição, de armas e acelerar a entrega dos tanques. No entanto, quanto aos pedidos por caças e mísseis de longo alcance, a aliança adotou cautela.

Pouco depois de autoridades ocidentais concordarem em enviar os tanques, o presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, direcionou seus pedidos para os aviões de guerra, alegando a necessidade de melhorar sua defesa antiaérea. O pedido não foi atendido, pois a Otan teme que as armas possam ser utilizadas dentro do território russo.

Na segunda-feira, Stoltenberg disse que a questão dos caças "não é a mais urgente no momento", mas admitiu que se trata de uma "discussão em andamento". "A necessidade urgente agora é cumprir o que já foi prometido", afirmou. **• NYT**

AFP e AP



Missil russo se aproxima de paramédicos na Ucrânia: na sequência, explosão fere três socorristas e mata o voluntário Pete Reed (na imagem do alto, de barba, à esquerda, e à direita, em foto anterior)

Vídeo flagra momento em que míssil russo mata socorrista americano

KIEV

Uma gravação feita no dia 2 de fevereiro na cidade ucraniana de Bakhmut mostra o momento exato em que uma equipe de socorristas voluntários dos EUA foi atingida por um míssil, momentos depois de chegar ao local para atender civis feridos durante o combate entre tropas russas e ucranianas.

As imagens, cedidas ao jornal New York Times, sugerem que o paramédico americano Peter Reed foi morto em um ataque intencional, e não em um bombardeio indiscriminado. O vídeo foi filmado em um smartphone por Erko Laidinen, um voluntário estoniano

de uma ONG chamada Frontline Medics.

Agravação mostra Reed, um ex-fuzileiro naval dos EUA, voluntário na Ucrânia, com um grupo de trabalhadores humanitários ao lado de uma van branca, que eles estavam usando para transportar suprimentos. Um míssil voando paralelo ao solo atinge diretamente a van, destruindo-a e matando Reed.

OUTRA VERSÃO. Inicialmente, ONGs e autoridades da Ucrânia acreditavam que o paramédico americano havia sido morto em um bombardeio russo qualquer, uma vez que a equipe médica estava atendendo alguns dos poucos civis que permaneciam na cidade.

Contrário, a análise produzida pelo New York Times vai contra essa hipótese. De acordo com o jornal, o ataque foi planejado e parece ser o de um míssil guiado antitanque Kornet, fabricado na Rússia, que tem um alcance de cerca de cinco quilômetros e funciona com uma mira a laser.

Ele teria sido disparado por tropas da Rússia, uma vez que a equipe médica estava trabalhando em uma posição elevada em Bakhmut, perto da linha de frente russa.

MARCAÇÃO. Especialistas ouvidos pelo jornal americano disseram que o tipo de arma usada deveria ter permitido aos russos a identificação do alvo. O New York Times pondera que, pelas imagens disponíveis, não é possível ver a van que foi atingida possuía alguma marcação informando que transportava uma equipe de socorristas. Pelo menos um dos integrantes vestia uma roupa camuflada, como a utilizada por militares. **• NYT e AP**

Biden envia mensagem a Israel em 46 palavras

Aliança entre EUA e Israel tem base em valores compartilhados, mas eles estão sob séria ameaça

ARTIGO

Thomas L. Friedman
The New York Times
É colunista e ganhador
de três prêmios Pulitzer

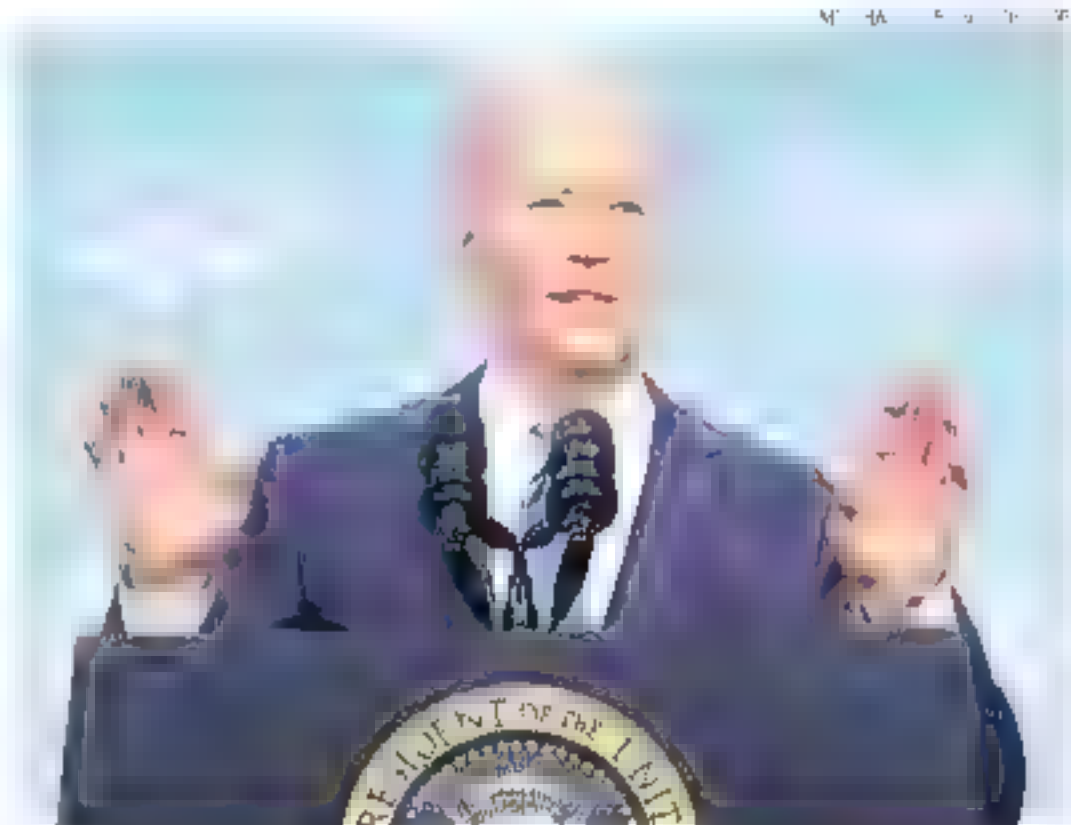
Acordei na manhã de sábado, li as notícias dizendo que em Israel milhares de pessoas participaram de mais uma manifestação contra os planos do primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, de limitar a independência da Suprema Corte e subjugá-la a si próprio, no momento em que o próprio Netanyahu é investigado por corrupção, e fiz a mim mesmo uma pergunta simples: "O que o presidente Joe Biden acha disso?"

Biden é um dos presidentes que mais defendem Israel dentre os que já acompanhei. Ele também tem uma longa relação de respeito mútuo com Netanyahu. Então, posso dizer que qualquer comentário dele a respeito de Israel é fruto de preocupação sincera.

Preocupação com a transformação radical do Judiciário de Israel que a coalizão ultranacionalista e ultrarreligiosa de Netanyahu busca aprovar à força na Knesset e a possibilidade de ela danificar seriamente a democracia do país e, consequentemente, seus laços com os EUA e as democracias de todo o mundo.

Eis a declaração que Biden me enviou na tarde de sábado, quando pedi a ele que comentasse a situação: "O que a democracia americana e a democracia israelense têm de genial é o fato de serem ambas alicerçadas em instituições robustas, em sistemas de freios e contrapesos, em um Judiciário independente. A formação de consensos para mudanças fundamentais é muito importante para garantir a adesão das pessoas, de modo que tais mudanças sejam sustentadas."

IMPULSO. É a primeira vez que me lembro de ver um presidente americano opinar a respeito de um debate interno israelense envolvendo o próprio caráter da democracia. E ainda que sejam poucas palavras, a declaração de Biden é feita em um momento crucial desta importantíssima discussão interna em Israel, podendo energizar e expandir já significativa oposição aquilo que os adversários



Joe Biden: preocupações com o futuro da democracia em Israel

de Netanyahu estão chamando de golpe dentro da lei, podendo situar Israel entre os países que vem se afastando da democracia, como Turquia, Hungria e Polônia.

Eis o motivo de as palavras de Biden serem tão importantes. Primeiro, ele se coloca em defesa da abordagem conciliadora pedida pelo presidente israelense, Isaac Herzog, e defende claramente a independência do Judiciário de Israel, amplamente respeitado.

Ainda que a presidência de Israel seja um cargo simbólico, atribui-se a ele peso moral. Herzog é um bom homem que tenta afastar o que teme ser o caos civil mais grave já visto na sociedade israelense, caso seja aprovada tamanha mudança no Judiciário, parcialmente inspirada por um centro de estudos estratégicos de extrema direita.

DIÁLOGO. Herzog pediu a Netanyahu e sua coalizão que reúnem e organizem algum tipo de diálogo que possa estudar pacientemente o tipo de mudanças judiciais que poderiam ser saudáveis para Israel, fazendo isso com especialistas em direito e de maneira não partidária, preservando a integridade do sistema judicial que existe desde a fundação do país.

Infelizmente, Netanyahu rejeitou o presidente israelense, levando Herzog a dizer, no dia 24 de janeiro, a respeito da reforma do Judiciário: "Os alicerces democráticos de Israel, incluindo o sistema de justiça, os direitos humanos e as liberdades, são sagrados, devemos protegê-los e os valores expressos na declaração de independência. A reforma, se implementada rapidamente sem negociação, inflama a oposição e as

Biden está indicando que, faça o que fizer, Israel não deve se afastar de valores compartilhados

preocupações do público", disse. "A ausência de diálogo está nos dilacerando internamente. E digo claramente: este barril de pólvora está prestes a explodir. Isso é uma emergência."

Com as palavras de Biden, Netanyahu se vê agora em uma situação na qual, se insistir em seguir no rumo, apesar de tudo, estará contrariando não apenas o presidente de Israel, mas também o americano.

Não é pouca coisa. Também suspeito que o posicionamento de Biden nessa questão, comedido e claro, incentivará outras lideranças democráticas, empresariais, senadores americanos e demais representantes a fazer o mesmo, o que vai energizar a oposição.

AVANÇO. A segunda razão da importância das palavras de Biden é o momento em que ele se manifesta, que não poderia ser mais importante. Na segunda-feira, a primeira leitura no Parlamento de alguns dos aspectos mais controversos da reforma foi feita. Uma proposta de lei deve passar por três leituras antes de se tornar lei, e a coalizão indicou que busca uma aprovação relâmpago do texto no Knesset até abril.

Em terceiro, Biden situou a

mesmo e aos EUA claramente do lado da maioria israelense que se opõe à aprovação apressada das reformas em um episódio que cada vez mais parece um *putsch* jurídico.

Uma pesquisa publicada na sexta-feira "indica que mais de 60% dos israelenses querem que o governo suspenda ou atrase seus esforços legislativos para enfraquecer a Suprema Corte e garantir o controle político das nomeações para o judiciário", informou o *Times*.

Isso também coloca os EUA ao lado do procurador-geral de Netanyahu, quando ele ocupou cargo pela última vez, Avichai Mandelblit - que indiciou Netanyahu em 2020 por acusações de fraude, suborno e quebra de confiança - denunciou as alterações judiciais como tentativa disfarçada de acabar com o próprio julgamento e evitar a prisão.

Falando ao programa *Unia*, da TV israelense, Mandelblit disse que as reformas propostas por Netanyahu para o Judiciário "não são uma reforma", mas sim uma "mudança de governo".

MUDANÇA. Como Israel não possui uma Constituição e o Executivo sempre controla o Parlamento, Mandelblit explicou que a única separação entre poderes - o único contrapeso para o Executivo - é o Judiciário e a Suprema Corte. E o que Netanyahu está propondo é que uma maioria simples no Knesset - 61 dos 120 assentos - tenha poder para rejeitar qualquer decisão da Suprema Corte. Com a menor das majorias, o governo seria capaz de aprovar qualquer lei que desejasse.

O plano de Netanyahu, também daria ao governo o controle da escolha dos juizes, há muito responsável de uma comissão independente, e renoveria também os conselheiros jurídicos independentes (supervisores internos) de cada ministério.

Atualmente, estes são nomeados pela comissão de serviços civis e só podem ser afastados pelo procurador-geral. Em vez disso, Netanyahu quer que sejam nomeados por cada ministro, a quem seriam leais.

Somando-se tudo, o resultado seria um governo eleito por 30 milhões dentre um eleitorado de 4,7 milhões assumindo controle total da Suprema Corte, da escolha dos juizes e dos conselheiros jurídicos de cada ministério.

"Não posso me calar", concluiu Mandelblit. "Se não houver Judiciário independente, será o fim. Teremos um sistema de governo diferente." O governante "decidirá", acrescentou. "Terá seus próprios procuradores, seus conselheiros jurídicos, seus juizes. E, se as pessoas nesses cargos forem leais a ele, não haverá primazia da lei. É um buraco sem fundo que vai nos engolir a todos."

Finalmente, o que Biden fez dará credibilidade à voz dos EUA em apoio à democracia global. Vê-se que os americanos não se manifestam somente quando a China esmaga a democracia em Hong Kong. Eles se manifestam ao ver a democracia ameaçada em qualquer lugar.

Com frequência, os EUA criticaram abusos dos direitos humanos cometidos por Israel no tratamento dos palestinos na Cisjordânia ocupada. Mas não me lembro de um presidente americano ter criticado mudanças propostas na natureza democrática do Estado israelense, pois nenhum presidente teve de fazer isso até semanas atrás.

Se a mensagem de Biden não for clara o suficiente para a coalizão de Netanyahu, vou tentar traduzi-la nos termos mais simples possíveis: os EUA apoiarão Israel militarmente e diplomaticamente, com bilhões de dólares oferecidos como auxílio desde a fundação do país, mas não por partilhar dos seus interesses. Nem sempre seus interesses coincidem.

Israel manteve-se neutro no conflito entre Ucrânia e Rússia, mostra-se indiferente aos abusos dos direitos humanos no Egito e na Arábia Saudita, e empresas israelenses, às vezes, vendem à China tecnologia de defesa que preocupa muito o Pentágono. Oferecemos muito apoio a Israel desde a sua fundação porque acreditamos que o país partilha dos nossos valores.

FIM DA LINHA. Mesmo quando, em Gaza ou na Cisjordânia, Israel se comporta de maneira que não conduz com nossos valores, os israelenses frequentemente os rejeitam como referência. Eles nos dizem: "Ei, amençamos, sejamos menos rigorosos. Vivemos em constante conflito violento com os palestinos. Habitamos uma região louca. E ainda assim conseguimos manter a supervisão Judiciária de nossas Forças Armadas, instituições democráticas sólidas, um Judiciário independente e uma imprensa livre".

Essa linha de raciocínio é ameaçada pelo que Netanyahu está tentando fazer. E, na ausência dessa coincidência de valores, o que resta? Interesses partilhados não serão suficientes, pois estes são transitórios. É por isso que as palavras de Biden são tão importantes. Com elas, Biden está dizendo a Israel que nossa relação nunca se baseou de fato em interesses compartilhados. Sempre teve como base os valores que partilhamos. É por isso que durou tanto tempo, mesmo quando nossos interesses divergem.

Com essa simples declaração, Biden indica que, faça o que fizer, Israel não deve se afastar desses valores compartilhados. Caso contrário, estaremos em um mundo inteiramente novo. ● **TRADUÇÃO DE AUGUSTO CAJLI**

Maria Stuart

Decifradores descobrem cartas perdidas da rainha da Escócia

LONDRES

Nas profundezas dos arquivos da Biblioteca Nacional francesa, por acaso havia mais de 400 anos uma coleção de cartas escritas em código listada como textos italianos. Mas, quando três decifradores — um polista alemão, um cientista da computação israelense e um físico japonês — se depararam com os escritos, descobriram algo extraordinário.

As cartas eram parte de uma correspondência secreta da prisão de Mary Stuart, a rainha da Escócia, com vida trágica e o papel emaranhado na luta política dinástica e religiosa do século 16. Há muito fascinam escritores e historiadores. Um dos principais biografos de Mary descreveu a descoberta como a mais significativa no estudo de sua vida em mais de um século.

“Encontramos um tesouro que estava à vista de todos”, afirmou George Lasry, o cientista da computação israelense que liderou o projeto de uma análise detalhada das cartas. A quarta-feira, no 436.º aniversário da morte de Mary.

Ela se tornou rainha da Escócia com apenas 6 dias de vida, em 1542, mas acabou aprisionada e forçada a desistir do trono em 1567. Ela escapou para a Inglaterra, mas acabou presa novamente por sua prima, a rainha Elizabeth I, enquanto ameaça a sua autoridade. Após 19 anos presa, Mary foi executada em 1587, aos 44 anos, acusada de envolvimento em uma conspiração católica para assassinar a protestante Elizabeth.

LEGITIMIDADE. Anteriormente todas as cartas perdidas, as 57 cartas, escritas entre 1578 e 1584, incluem impressões de Mary a respeito de sua saúde debilitada,



Mary Stuart, rainha da Escócia: segredos revelados em Paris

suas condições de prisioneira em uma série de castelos ingleses e tentativas fracassadas de escapar.

Mary também expressou uma angústia profunda por se separar de seu filho, James, que foi coroado rei da Escócia em 1567 em razão da abdicação forçada da mãe. A maior parte das cartas citadas foi destinada ao

embaixador francês em Londres, Michel de Castelnau, que apoiava a reivindicação de Mary ao trono. Como descendente do rei Henrique VII, ela era considerada por muitos a herdeira legítima do trono da Inglaterra.

SUCCESSÃO. Elizabeth era filha da segunda mulher do rei Henrique VIII, Ana Bolina, cujo casamento a Igreja não reconhecia. Em vez disso, Elizabeth acabou sucedida por James, que foi criado como protestante por nobres escoceses.

A existência de uma linha de comunicação confidencial entre Mary e o embaixador já era conhecida, mas as descobertas indicam que a correspondência ocorria muito antes do que se acreditava.

• WP, TRADIÇÃO DE AUGUSTO GALI

LEILÃO EXCLUSIVO DE VEÍCULOS DO GRUPO BRADESCO

VEÍCULOS DE FINANCIAMENTO E SINISTRADOS

SOMENTE ONLINE, É HOJE, 15/02 - 14h

SODRÉ SANTORO
 (11) 3464-0464
 WWW.SODRESANTORO.COM.BR

SODRÉ SANTORO
 LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
 Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 182
 Luiz Alexandre Meilhari, preposto em escritório

Nikki Haley lança pré-candidatura a presidente

Ex-governadora da Carolina do Sul e embaixadora dos EUA na ONU durante mandato de Donald Trump, a republicana Nikki Haley anunciou ontem que será pré-candidata a presidência em 2024. Com o lançamento de seu nome, ela se torna a primeira figura de destaque do partido a desafiar o plano do ex-presidente de voltar ao poder. •



Terremoto Equipes resgatam mais 7 com vida dos escombros

Mais sete pessoas foram resgatadas ontem dos escombros, oito dias depois que um forte terremoto atingiu a Turquia e a Síria. O número de mortes chegou a 38 mil. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), foi o pior desastre natural em 100 anos na região que engloba os 53 países da Europa e da Ásia Central. •



Educação e Ciência

Governo vai anunciar reajuste médio de 40% em bolsas de pós-graduação

Valores devem ser diferenciados, com auxílio de iniciação científica podendo mais que dobrar (hoje é de R\$ 100); associações aprovam, mas cobram política de longo prazo

RENATA CAFARDO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai anunciar nesta quinta-feira um reajuste médio de 40% das bolsas de pós-graduação do País, com valor o mesmo desde 2013. Segundo o *Estado* apurou, o aumento, que passa a valer a partir de março, será diferente para cada categoria de auxílio. Mestrado e doutorado, por exemplo, devem ter os 40%, mas a bolsa de iniciação científica para o ensino médio pode mais que dobrar (hoje é de R\$ 100). A medida foi prometida desde a transição e o governo vinha sendo pressionado por estudantes

e pesquisadores pela melhoria.

Atualmente, os auxílios de pós-graduação são de R\$ 1,5 mil para mestrado e R\$ 2,2 mil para doutorado. Eles devem ficar em R\$ 2,1 mil e R\$ 3,1 mil, respectivamente. Bolsas de pós-doutorado, de cerca de R\$ 5 mil, devem ter um reajuste menor. O governo pretende dar o aumento em março, mas retroativo a janeiro. Não há previsão de novo valor para médicos residentes, cujos auxílios foram congelados em 2022. Lula fez questão de anunciar o pacote, que pode ainda incluir um aumento no número de bolsas, para relacionar a valorização da educação da ciência ao seu governo.

Mais bolsistas
Lula ainda planeja um aumento no número de bolsas, de forma a criar uma marca para a gestão

INVESTIMENTO. Só para os reajustes de mestrado e doutorado, a previsão de investimento é de R\$ 1 bilhão, que virá de remanejamentos do orçamento do União, segundo o *Estado* apurou. A medida engloba os orçamentos do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Ciência e Tecnologia, com aumentos nas bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento

de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Atualmente, são cerca de 200 mil bolsistas na Capes e 70 mil no CNPQ.

PERDAS. A Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) pediu um reajuste de 75% para todas as bolsas, para compensar as perdas com a inflação dos últimos anos, mas comemorou o anúncio. De acordo com a entidade, desde 2013 o seu mínimo quase dobrou de valor, enquanto os auxílios continuaram os mesmos. "Agente reconhece a conjuntura econômica, mas pede

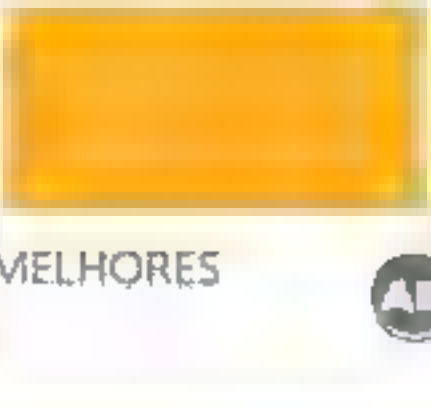
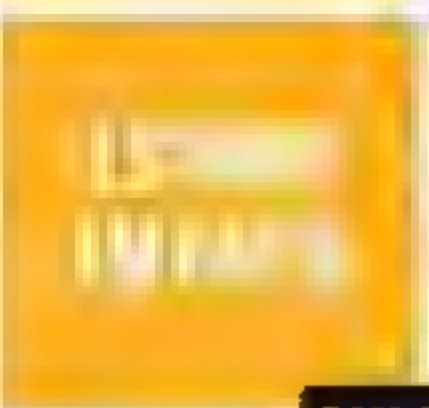
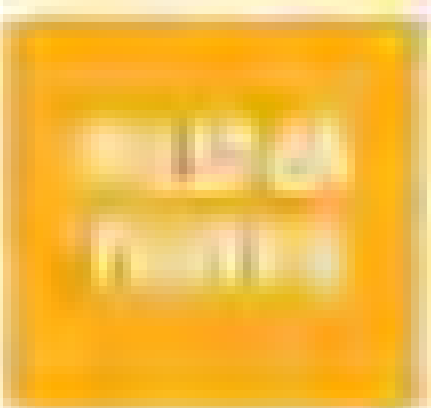
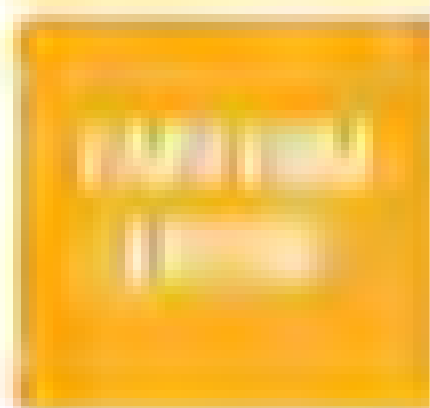
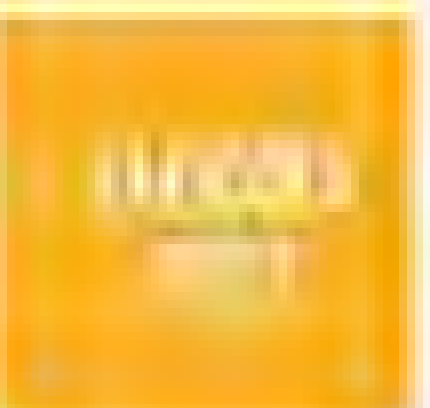
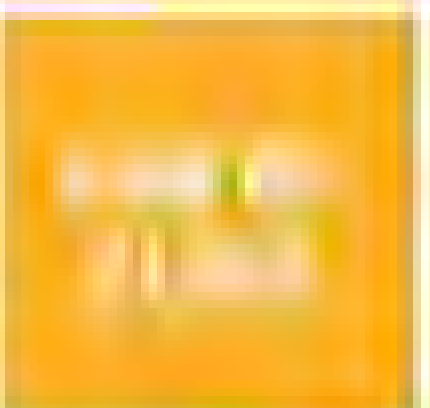
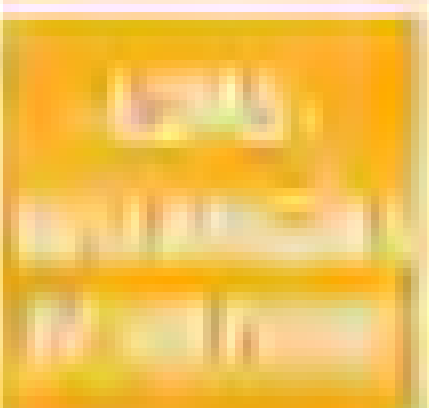
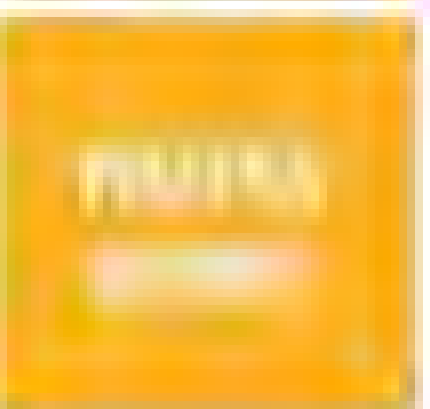
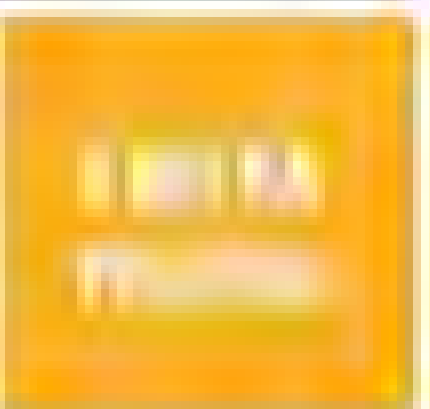
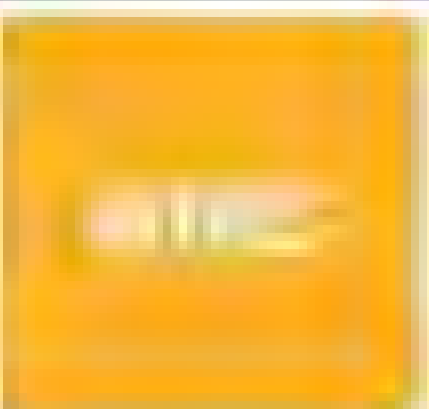
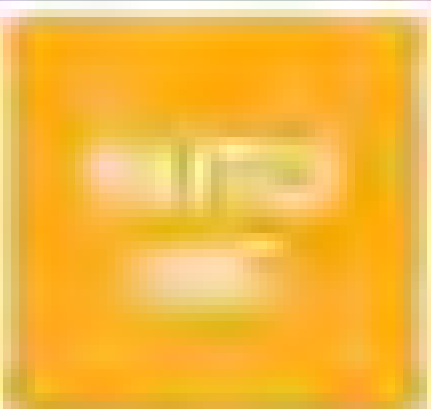
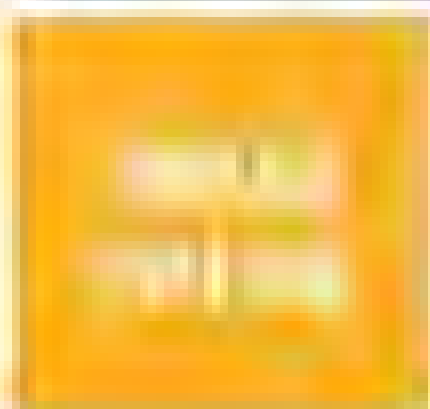
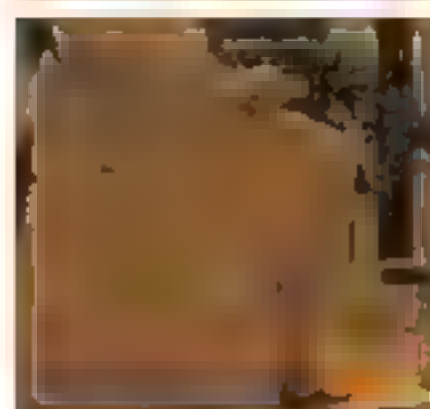
que também seja anunciado um plano de outros reajustes no curto prazo. Esse precisa ser apenas o primeiro", diz o presidente da ANPG, Vinícius Soares. Segundo ele, a associação vai reivindicar direitos tribuistas para os bolsistas.

Segundo o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ex-ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, o reajuste era uma "necessidade absoluta de vida" e o aumento do custo de vida nesses anos era perda de produtividade da pesquisa científica, levando a "crise de cérebros". "Falta ainda aumentar o número de bolsas," ●



broadcast
político

Por dentro da
política Brasileira



INFORMAÇÕES CONFIÁVEIS / DECISÕES MELHORES

Acesse www.broadcastpolitico.com.br

AGÊNCIA
ESTADO

Enchentes

Após 1 ano, tragédia de Petrópolis ainda é real na rotina das crianças

Entre as principais vítimas, elas ainda lembram do temporal que matou 44 delas, além de tirar casas, amigos e segurança

EMÍLIO SANT'ANNA
PETRÓPOLIS

Um menino brinca no quintal. Para, olha as nuvens carregadas por trás da rocha que se ergue sobre as casas de telhado de zinco e corre chorando para o colo do pai. Aos 3 anos, mal fala, mas já sabe ler o céu. Uma mãe está no sofá abraçada aos filhos de 8 anos e 4 anos. Sem ter por onde, ela tenta acalmá-los. Estavam na porta do condomínio, prontos para sair, quando a chuva chegou. Um ano após o temporal que deixou 241 mortos em Petrópolis, a dor da maior tragédia já registrada na cidade se transformou em medo e, por vezes, pânico na rotina das crianças.

Naquele 15 de fevereiro, 44 delas morreram. A mais nova, um bebê de 17 dias. Para outras tantas que escaparam com vida, resta o trauma, sobretudo na primeira infância (0 a 6 anos). Este é o período em que o cérebro está se formando e uma explosão de sinapses começa a dar contornos ao que será o futuro adulto. É também o período em que a criança necessita de um ambiente seguro e acolhedor.

Na cidade de 306 mil habitantes da região serrana, essa formação vem sendo interrompida e afetada abruptamente: desastre após desastre. Deslizamentos, inundações, perdas materiais, deslocamentos forçados e mortes, às centenas. A contagem é de 443 pessoas foram vítimas das consequências de um clima cada vez mais extremo. Em 2022, no dia da tragédia anunciada, Petrópolis recebeu 430 mm de chuva em 24 horas. Isso é mais do que o dobro da média histórica.

CHORO. Mas, por enquanto, o garoto Enzo sabe apenas que nuvens carregadas, vento forte, trovões e barrancos lhe metem medo. Com razão. Sua casa está a menos de 50 metros do principal ponto de desabamento no epicentro da tragédia petropolitana, o Morro da Oficina. “Quando chove meu filho começa a chorar. Se ele vê uma barreira, acha que vai cair e me diz: ‘Sai daí, mamãe, vai cair tudo’. Se ele vê uma árvore balançando então...é tenso”, afirma Daiana Costa, de 32 anos, sua mãe. Nesta quarta-



Centro histórico de Petrópolis no dia 16, na Região Serrana do Rio, após temporal que deixou 36 mortos



Um ano depois dos deslizamentos, área do Morro da Oficina ainda conserva os sinais das enchentes

feira, quando o desastre que ela assistiu da janela do quarto completar um ano, Daiana levará Enzo ao posto de saúde. O menino será atendido por um clínico geral. Amãe confia que dali sairá com um encaminhamento para levá-lo a um psicólogo e um fonoaudiólogo também do SUS. “Desde o desastre, ele começou a gaguejar.”

Do outro lado da cidade, Aliane Bernardes terá de se desdobrar para distrair a atenção dos filhos Mateus, de 8 anos, e Maria Eduarda, de 4 anos. A família teve de abandonar a casa em que vivia, no Alto da Serra, e se mudar para um apartamento. Graças ao plano de saúde do pai, as crianças são acompanhadas por um psicólogo. “Meu filho já tinha crises de ansiedade por causa da pandemia. Quando veio a chuva foi pior, as crises foram mais intensas, passou a ter um ‘tic’ na mão e a acordar de madrugada pedindo socorro”, afirma a mãe. Já a Maria Eduarda começou a ficar com medo de chuva. Hoje mesmo já estava na portaria quando começou a

chover forte. Tive de voltar e acalmá-los”, diz.

AUSÊNCIAS. Nos primeiros meses após o desastre, a procura por atendimento nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), do SUS, explodiu: até 569% em algumas unidades de Petrópolis. Em março de 2022, a saúde mental das pessoas atingidas estava ou indireta-

Em busca de auxílio
Procura por atendimento
nos CAPS (Centros de
Atenção Psicossocial), do
SUS, avançou até 569%

mente pelos alagamentos e deslizamentos na cidade foi tema de uma audiência pública no Senado. Entre as famílias, pouco pareceu ter adiantado. “Não, não fizeram nada, não para a gente aqui”, diz Aliane Gross da Silva, de 49 anos, que perdeu nove pessoas da família na tragédia. “Aqui nós somos 93 mortos, 54 casas destruídas”, diz ela como se colo-

car entre os mortos. A cada dia, ela volta à antiga Servidão Frei Leão, onde morava. Ali, em meio aos escombros se tropeça em restos de brinquedos. Sobre a montanha de lama, o mato está crescendo. Mais algum tempo e tudo pode estar escondido pela vegetação. Até hoje, nenhuma obra foi feita. Qualquer um pode entrar arriscar entre as pedras e recolher a lembrança que quiser. Por que Cristiane segue voltando? “Aqui me sinto perto deles (dos entes perdidos)”, diz.

A ausência e a distância também afetaram a família de Isis Esteves da Silva Araújo, de 24 anos. Mãe de quatro meninas, Lara, Layla, Emily e Mel, de 8, 7, 5 e 3 anos, ela viu a mais velha passar a ter um comportamento distinto desde a tragédia, quando abandonaram a casa em que viviam no meio da noite, com a água pelos joelhos. A família evita tocar no assunto, mas isso não impede que, por vezes, ela volte chorando da escola. “No quarto das meninas, caiu uma pedra em cima da cama das duas

mais velhas. A minha cama dobru no meio. A casa da minha irmã rolou sobre a nossa e levou metade”, afirma Isis. O aluguel social, se mudaram para uma casa em um bairro distante, mas Lara se mostra mais frágil emocionalmente, chorosa e com medo. A menina se queixa de saudade da casa antiga, dos amigos e primos que moravam ao redor. “Ela passou a ter autostima baixa se emocionar com tudo.”

Psicóloga e acostumada a atender pessoas que passam por situações extremas em Petrópolis, Samira Younes Ibrahim vê nesses casos a continuidade da tragédia. Ao lado do também psicólogo Luiz Henrique de Sá, criou a Rede de Cuidados RJ Psicologia em Emergências e Desastres, em 2011. “A primeira coisa a entender é que o desastre não acaba no Dia D’, ele continua sendo vivido. Não dá para separar o que é objetivo do subjetivo”, diz. “O desastre de 2011 (que deixou mais de 400 mortos nas cidades da região Serrana do Rio) ainda continua para muita gente. Elas têm medo que isso volte a acontecer, outras perderam parentes, outras não têm algum familiar desaparecido.”

É o que vive Adalto Vieira da Silva, de 53 anos. Nesta quarta-feira, ele completa 365 dias sem conseguir localizar o corpo do filho Lucas, de 19 anos. Além dele, sua mulher e uma filha, de 5 anos, morreram no Morro da Oficina. “Aqui morreu muita, muita criança. E ainda consegui salvar duas que estavam no barro, dentro do que sobrou de um bar”, conta. “Não gosto nem que esses meninos me vejam porque a criança não precisa ver essa dor.”

Não olhar para ela, no entanto, não garante que desapareça. Homem de aperto de mão e voz firmes, Jamil Luminato, de 61 anos, sabe disso. Sua história com as chuvas e as tragédias começou em 1981, no Morro da Independência, quando resgatou um bebê dos escombros. Sua imagem, com a criança nua em seus braços, foi para a primeira página do *Jornal do Brasil* do dia seguinte. A fotografia, de Carlos Mesquita, ganhou o Prêmio Essô Regional daquele ano. A vida de Jamil, porém, pouco mudou em 32 anos. Em 2013, no mesmo morro, em mais uma chuva, Jamil perdeu a filha e dois netos, de 3 e 5 anos, em novo deslizamento de terra. Em 2018 foi a vez de seu irmão, “O que a gente faz? Segue em frente...mas não é fácil, nunca vai ser”.

GOVERNO. A Prefeitura de Petrópolis afirma que concluiu 48 obras, além de ter 41 em andamento e outras 40 em licitação, incluindo a área no Morro da Oficina. ●

ESTA REPORTAGEM RECEBEU APOIO DO PROGRAMA EARLY CAREER REPORTING FELLOWSHIP DESIGNADA E COVID-19 NO BRASIL AMÉRICA LATINA DO DART CENTER FOR JOURNALISM AND TRAUMA DA COLUMBIA UNIVERSITY

Crise humanitária

Governo envia chips de celular para ajuda à área Yanomami, em que não há sinal



Juscelino Filho (E) e Silva no anúncio da parceria; Anatel confirma isolamento e conexão só via satélite

Anúncio era de que ação iria 'facilitar a comunicação entre as equipes que prestam assistência nas terras indígenas'

ANDRÉ BORGES
BRASIL A

O Ministério das Comunicações enviou mil chips de celular para serem utilizados em operações humanitárias que acontecem na terra indígena Yanomami, em Roraima, mas não há cobertura de operadora de celular na área, localizada a 230 quilômetros de distância de Boa Vista.

A informação foi confirmada à reportagem pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). "A região fica em local isolado sem atendimento das prestadoras móveis, que têm obrigações de atendimento nas sedes municipais, localidades e aglomera-

dos urbanos", declarou o órgão de fiscalização, por meio de nota. O governo alega que os chips podem ser usados nas bases das equipes (*mais informações nesta página*)

SOBREVOO. No dia 9, o ministro Juscelino Filho pegou um helicóptero e, ao lado do governador de Roraima, Antonio Denarium, saiu de Boa Vista e sobrevoou a terra indígena. Foram três horas de voo e 12 tentativas de descer no local, mas o mau tempo impediu a aproximação. Nas suas redes sociais, divulgou os atos e afirmou que cumpria uma solicitação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que convocou os ministros a ajudar na crise Yanomami.

Na sexta-feira, o ministro fez o anúncio sobre o envio dos chips ao lado do presidente dos Correios, Fabiano Silva, com o objetivo de "facilitar a comunicação entre as equipes que prestam assistência nas terras indígenas Yanomami, lo-

calizadas entre os Estados de Roraima e Amazonas". Em comunicado conjunto, declararam que os dispositivos "dão acesso à internet, fornecendo conexão aos grupos que precisam se comunicar em meio aos trabalhos de assistência aos indígenas".

Na prática, o uso dos chips se mostra limitado porque, dentro da terra indígena Yanomami, a única forma de conexão viável se dá via satélite. Não por acaso, o próprio Ministério das Comunicações formalizou, em parceria com a Eletrobras, a instalação de 17 antenas móveis dentro do território dos indígenas. Elas permitirão o acesso à internet sem fio por meio de satélite, usando qualquer tipo de aparelho, como celulares e computadores.

Isso significa, portanto, que os usuários farão uso de aparelhos celulares que já possuem para se conectar a rede aberta, ou seja, sem ter a necessidade de utilizar um novo chip ou

mesmo de ter um dispositivo.

ESSENCIAIS. No anúncio da parceria com o ministério, o presidente dos Correios, Fabiano Silva, disse que seus chips seriam "essenciais" para as ações dos grupos. "Nesses momentos de crise, todo apoio possível será feito. Com os chips Correios Celular, garantiremos agilidade na comunicação, o que facilitará a coordenação dos trabalhos de assistência", disse.

Correios
Presidente dos Correios chegou a dizer que seus chips seriam "essenciais" para o trabalho

No evento, o ministro reforçou a ideia. "Estamos empenhando todos os esforços para auxiliar no atendimento a essa crise que assolou os Yanomami e chocou o mundo", disse Filho. "Enviamos 1 mil antenas

com conexão banda larga via satélite, livre e gratuita, e agora estamos enviando, com os Correios, chips para reforçar a comunicação."

Desde 2017, os Correios atuam como um tipo de "operadora virtual" de telefonia. Na região de Boa Vista, a estatal faz a locação da estrutura que é fornecida pela empresa Surf Telecom, que, por sua vez, aluga a rede de telefonia móvel da operadora TIM. Isso significa que qualquer celular com chip do Correios Celular só vai funcionar se estiver na área em que a TIM tiver cobertura, o que não inclui a terra Yanomami.

Em Boa Vista, é comum a situação de queda dos serviços de telecomunicações, que ficam sobrecarregados e, muitas vezes, passam horas fora do ar, seja para telefonia ou para internet. Essa situação ocorreu, por exemplo, no dia 1º, quando os serviços ficaram completamente paralisados por cerca de três horas. ●

COLUNA

SECOVISP
A Casa do Atendimento ao Investidor

Journalista Responsável: Silvia Carneiro MTB 19.466

ANO 40 Nº 2110 - 15 de fevereiro 2023

secom.com.br

O mercado imobiliário não é uma ilha

2023 será um ano regido pela geração de valor, com incorporadoras ainda mais adaptáveis às necessidades do consumidor

Por apresentar um ciclo longo e com muitas e após o mercado imobiliário é frequentemente considerado como um remanso. Mas ele é o oposto disso. Integra um complexo ecossistema que engloba grande parte dos "jobs to be done" (tarefas a serem resolvidas) das pessoas: abrigar, educar, trabalhar, divertir, desenvolver, empreender, organizar o patrimônio, mobilidade e muito mais. As diversas dores e necessidades das pessoas e das opções que possuem para resolvê-las. O futuro só virá do bolso do cliente medido nessas condições. E esta é uma realidade que já domina o setor que, movido pelas demandas do consumidor no centro de suas estratégias, permanentemente revê as formas de concepção de produtos e de soluções.

Um novo ciclo. 2023 será um ano regido pela geração de valor. Como organismos adaptáveis às necessidades do cliente e as incorporadoras que já se modernizaram segundo as demandas dos consumidores, estão pesquisando, ouvindo e criando soluções para os seus processos.

A empresa que foca nos "jobs to be done" tem muito mais chances de sucesso no mundo que vem por aí.

Se você é um profissional de Negócios Imobiliários da Secovi-SP e deseja mais informações, clique aqui: [https://www.secovi.org.br/contato](#)

A empresa que foca nos "jobs to be done" tem muito mais chances de sucesso no mundo que vem por aí.

Uma pessoa passa a entender o negócio como a junção de e se divorcia de algumas concepções. "Somos uma incorporadora? É a empresa de tijolos? É a gerenciadora de imóveis?" Já vez seja preciso ser um pouco de tudo, isto porque oferecer soluções que gerem valor seja o objetivo.

Mais do que nunca, estamos falando de evolução de sobrevivência. De desenvolver novas competências, brincar com a ideia de "disruptive business", trazer pessoas com perfis diferentes, trazer com a visão de futuro, e de questionar e questionar. Por fim, para nós, a sobrevivência.

LEIA MAIS

Governo nega que item seja desnecessário

BRASIL A

O Ministério das Comunicações e os Correios declararam, em nota conjunta, que "os chips foram enviados para facilitar a comunicação entre as equipes humanitárias e de apoio que estão prestando assistência à população". O órgão negou que os itens sejam desnecessários, "Naturalmente, a localização dessas equipes é dinâmica, entretanto, suas bases possuem a cobertura do serviço. Portanto, a importância de que os chips não funcionem não é verdadeira", afirmou.

Questionados a respeito do custo dos itens, a pasta e os Correios declararam que, "nesta ação específica, que tem o objetivo de auxiliar na comunicação das

equipes que trabalham na ação humanitária coordenada pelo governo federal, os chips não tiveram custo para os Correios" e cada componente recebeu R\$ 40 de crédito "para serem utilizados pelas equipes".

Creditos
Cada componente recebeu R\$ 40 de crédito "para serem utilizados pelas equipes"

A reportagem questionou a operadora TIM sobre a sua capacidade de suportar, em Boa Vista, a eventual demanda de tráfego de dados de 1 mil novos chips oferecidos pela estatal. A TIM limitou-se a declarar que "fornece infraestrutura para áreas onde tem cobertura de rede", sem esclarecer o questionamento. ● **AB**

Trânsito

Prefeitura estuda faixas para motos nas Marginais

A Prefeitura de São Paulo avalia criar faixas exclusivas para motos nas Marginais do Tietê e do Pinheiros. A informação foi adiantada ontem pela TV Globo e confirmada pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB) em coletiva de imprensa realizada no mesmo dia. O estudo, segundo ele, tem o objetivo de analisar se a medida pode reduzir mortes de motociclistas no trânsito e é inspirado em um modelo já adotado na Malásia.

“Um estudo que a gente pediu acabou vazando, sobre a possibilidade de eventualmente ter uma pista de moto nas Marginais”, disse o prefeito. “Nosso pessoal de transporte esteve visitando a Malásia, e

na Malásia identificou que eles tem esse tipo de segregação para as motos passarem. Tendo em vista que lá o resultado é muito positivo, abriu-se aqui uma ação de estudo com relação a esse tema”.

Levantamento apresentado pelo prefeito aponta que 22 pessoas morrem por ano em acidentes com motos nas Marginais do Pinheiros e do Tietê, enquanto outras 220 ficam com sequelas. “Se a gente tiver a possibilidade de fazer algo para poder evitar isso, agente vai fazer”, afirmou. Segundo a TV Globo, a ideia seria construir faixas rentes às margens dos rios, algo similar às faixas azuis,

O prefeito afirmou que o estudo sobre a implementação das faixas exclusivas ainda é “muito preliminar e incipiente”. Disse também que o tema nem sequer foi tratado com o

Modelo
Sistema que funciona na Avenida 23 de Maio deve ser estendido em mais 200 quilômetros

governo do Estado, mas se mostrou positivo. “Obviamente nossa relação com o governo, com o Tarciso *(de Freitas governador)*, está muito boa. Havendo possibilidade, com

certeza o Estado vai liberar”.

FAIXA AZUL. Em paralelo, ele citou a faixa azul como uma experiência positiva. “Dia 25 de janeiro completou um ano, com nenhum óbito na faixa azul durante esse tempo”, disse. A iniciativa foi adotada na Avenida 23 de Maio para justamente evitar acidentes envolvendo motociclistas. “A gente tem 20 quilômetros de faixa azul, e vai estender mais 200 quilômetros.”

Ainda durante a coletiva, Nunes citou também as controvérsias recentes envolvendo aplicativos de transporte. “Todas as ações que a gente puder fazer para salvar vidas, inclusi-

ve de forma a evitar que a Uber e a 99 levem as pessoas na garupa, para ter um acidente, a gente vai fazer”, disse o prefeito.

Segundo ele, o grupo de trabalho que foi instituído para avaliar o transporte de passageiros em motos já realizou nove reuniões, algumas delas com a presença das empresas responsáveis pelos aplicativos de transporte, mas ainda não há uma data para concluir as discussões sobre o assunto. Por ora, o transporte de passageiros por motos está vetado. “A questão do transporte de passageiros em motos nesta cidade, com a complexidade que tem, é algo bastante sério”, disse. **ITALO LORE**

LEILÃO DE MATERIAIS

DIA 23/02, ÀS 15h00 - SOMENTE ONLINE, ÓTIMAS OPORTUNIDADES



**PÁ CARREGADEIRA CATERPILLAR 938K
CAT0836KTHFW00245**



**COMPRESSOR DE AR CPS 90
CHICAGO PNEUMATIC**



SODRÊ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
www.sodresantoro.com.br

Sociedade

32 milhões de crianças vivem na pobreza no Brasil

Pelo menos 32 milhões de meninos e meninas no Brasil vivem na pobreza. O número representa 63% do total de crianças e adolescentes no País e abarca a pobreza em di-

versas dimensões: renda, alimentação, educação, trabalho infantil, moradia, água, saneamento e informação. É o que indica a pesquisa “As Múltiplas Dimensões da Pobreza

na Infância e na Adolescência no Brasil”, divulgada nesta terça-feira pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

“Neste momento em que

presidente, vice-presidente, ministros, governadores, senadores e deputados iniciam novos mandatos, o Unicef alerta para a urgência de priorizar políticas públicas com recursos suficientes voltadas a crianças e adolescentes no País”, afirma a entidade. “A pobreza multidimensional

impactou mais quem já vivia em situação mais vulnerável: negros e indígenas e moradores das Regiões Norte e Nordeste”, agravando as desigualdades no País. Entre crianças e adolescentes negros e indígenas, 72,5% estavam na pobreza multidimensional em 2019.”



Campeonato Brasileiro

CBF endurece pena por racismo e clubes podem perder pontos

Além disso, equipes poderão ser multadas em até R\$ 500 mil; limite de estrangeiros será de sete



Dirigentes se encontram no Conselho Técnico do Campeonato Brasileiro da Série A, na sede da CBF

MARCIO DOLZAN - RIO

A Série A do Brasileiro terá as imagens e os áudios das revisões do VAR exibidos nos telões dos estádios, deverá ter "acréscimos de Copa do Mundo", poderá ter até sete atletas estrangeiros por time em cada jogo e seguirá tendo quatro clubes caindo para segunda divisão do próximo ano. Além disso, clubes que se envolverem em episódios de racismo poderão pagar multas de até R\$ 500 mil ou mesmo perder pontos na tabela de classificação.

Quase todas as medidas foram aprovadas ontem, durante o Conselho Técnico da competição, que foi realizado na sede da CBF, no Rio. A única exceção foi a punição para o caso de racismo, que foi incluída pelo Regulamento Geral de Competições (RGC) e apresentada diretamente aos clubes, sem chance de debate.

A perda de ponto era um desejo do presidente da entidade, Ednaldo Rodrigues, mas desde que havia sido anunciada, no ano passado, encontrou resistência de boa parte dos clubes. Com a inclusão no RGC, contudo, ela passou a valer para todas as competições organizadas pela entidade a partir deste ano.

"Racismo é um tema que já existe há séculos. Passam décadas, se discute e nada se chega

O que a CBF coloca é um RGC em que é prerrogativa da entidade, através de seu estatuto, isso não se discute, não é uma discussão. É um sentimento de toda a sociedade e de toda a entidade de colocar soluções que sejam mais razoáveis com relação a qualquer discriminação, principalmente racial", disse o presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues.

A perda de ponto é apenas uma das punições previstas no RGC para o caso de racismo. Dependendo da gravidade, o clube poderá sofrer uma multa de até R\$ 500 mil, perder mandado de campo ou ainda ser obrigado a atuar sem torcida.

Sem debate
Penas por racismo foram incluídas no Regulamento Geral de Competições e valem nos torneios da CBF

ESTRANGEIROS. Medida pleiteada por São Paulo e Santos, a ampliação do número de atletas estrangeiros por jogo, de cinco para sete, foi aprovada pelos clubes sem maiores ressalvas. O entendimento geral é de que o elevado número de jogos, que incluem ainda Copa do Brasil e competições internacionais, demanda elencos maiores. Os clubes citaram o exemplo europeu, onde não há

limitação para uso de jogadores nascidos no continente, para aprovar o aumento.

"O Brasil é um país com tradição americana. Se você em grandes centros você não tem essa restrição. Isso é um avanço e não compromete a formação da base. Veja o São Paulo, tem jogadores estrangeiros, mas 50% de seu elenco é de formação na base", disse Julio Casares, presidente do São Paulo. "A proposta foi nossa, do Santos também, mas a discussão foi ampla e a aprovação foi unânime."

O Brasileirão também passará a ter as revisões do VAR e os áudios das equipes de arbitragem mostradas em tempo real nos telões dos estádios.

Segundo o presidente do Conselho de Arbitragem, Wilson Seneme, outra mudança que será percebida diz respeito a acréscimos mais longos ao final de cada tempo, semelhante ao que foi visto na Copa do Mundo do Catar, quando muitas partidas passavam de 90 minutos por etapa.

A redução de quatro para três clubes rebaixados ficará para o ano que vem. Segundo a CBF, essa medida terá impacto direto nas quatro divisões, e por isso precisa ser debatida com os clubes de todas as séries. ●

Justiça

MP de Goiás cumpre mandados contra suspeitos de fraudar jogos da Série B

O Ministério Público de Goiás cumpriu ontem um mandado de prisão temporária e nove de busca e apreensão contra suspeitos de fraudar resultados de jogos da Série B do Brasileiro. A operação batizada, de Penalidade Máxima, ocorreu em Goiânia (GO), São João del-Rei (MG), Cuiabá (MT), São Paulo (SP), São Bernardo do Campo (SP) e Porciúncula (RJ). O grupo teria manipulado o resultado de pelo menos três partidas ocorridas no fim de 2022: Tombense x Criciúma, Sampaio Corrêa x Londrina; e Vila Nova x Sport. De acordo com o MP, o esquema movimentou um montante de mais de R\$ 600 mil.

Liga dos Campeões

Em casa, Paris Saint-Germain perde para o Bayern e precisará vencer jogo de volta

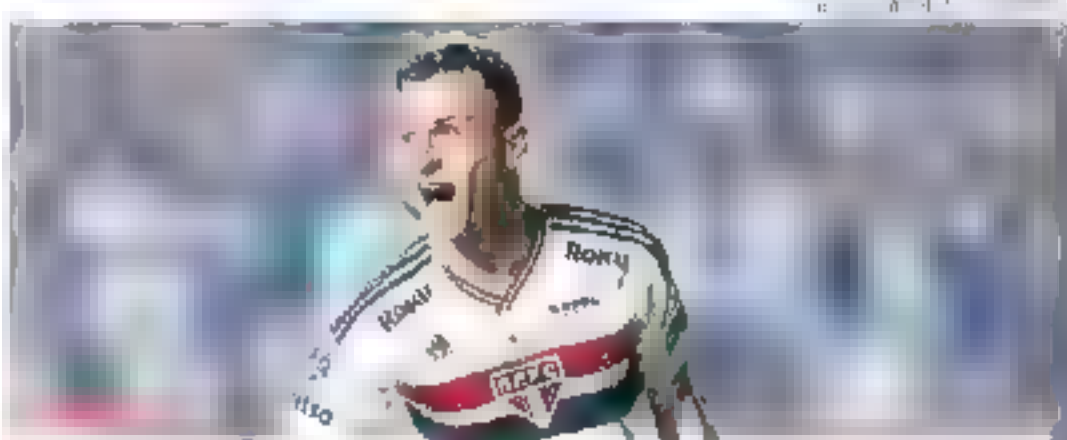
O início das oitavas de final da Liga dos Campeões não foi como esperado pela torcida do Paris Saint-Germain. Ontem, o time perdeu para o Bayern de Munique por 1 a 0, no Parque dos Príncipes, em Paris, e agora precisa vencer o rival por dois gols de diferença no jogo de volta, dia 8 de março, na Alemanha, para avançar às quartas de final. O gol bávaro foi marcado por Coman, revelado pelo PSG. Na outra partida disputada ontem, o Milan venceu o Tottenham por 1 a 0, gol de Díaz. O atacante brasileiro Richarlison entrou apenas no final do segundo tempo e pouco fez. O jogo de volta também será em 8 de março.

Campeonato Paulista

Artilheiro do São Paulo, Galoppo deve ser titular hoje, contra a Inter, no Morumbi

São Paulo  Inter de Limeira

O São Paulo recebe a Inter de Limeira, hoje, às 21h35 no Morumbi, pela 9.ª rodada do Paulistão. Para o jogo, o técnico Rogerio Ceni deverá contar mais uma vez com o argentino Giuliano Galoppo, que tem cinco gols no torneio, como titular. "É uma pressão que eu gosto, porque gosto de fazer gols, gosto de assumir responsabilidades". **São Paulo:** Rafael, Nathan, Vinícius Franco, Beraldo e Caio Paulista; Mendez, Nestor e Luciano; Galoppo, Wellington Rato e Calleri. **Técnico:** Rogerio Ceni. **Inter de Limeira:** Leo Vieira; Leo Duarte, Douglas, Leandro Silva e Ze Mario; Claudinei, Jean Martin, Iago Telles e Matheus Oliveira, Pido e Luan. **Técnico:** Fritovic. **Juiz:** Douglas M. Flores. **Local:** Morumbi. **Horário:** 21h35. **Na TV:** Record e Premier.



O argentino Galoppo deve ter sequência como titular no São Paulo

O MELHOR DA TV

SURFE
● **WSL - Circuito Mundial**
Etapa de Sunset
15h SportTV 3

FUTEBOL
● **Campeonato Inglês**
Arsenal x Manchester City
16h30, ESPN
● **Pre Libertadores**
El Nacional x Nacional Potosí
21h ESPN 4
● **Campeonato Paulista**
São Paulo x Inter de Limeira

21h30 Record e Premiere

VÔLEI
● **Superliga Feminina**
Barueri x Pinheiros
18h, SportTV 2
● **Superliga Masculina**
Sesi-SP x Cruzeiro
20h SportTV

BASQUETE
● **NBA**
Miami Heat x Brooklyn Nets
21h30 ESPN 2

Iniciativa

*Escama de peixe
vira joia e melhora
a vida de mulheres*

Ao passar temporada na Ilha da Maré, voluntária vê em restos da pesca forma de gerar renda com artesanato

LUDMILA HONORATO

Nascida no Rio de Janeiro, Rosane de Oliveira Leite se instalou em Salvador, no Estado, aos 17 anos, acompanhando o marido que havia sido transferido por conta do trabalho. A mãe e a irmã a seguiram depois, servindo como porto seguro para a jovem. Em setembro de 2009, porém, a mãe morreu e, sete meses depois, a irmã. Num espaço de tempo, ela ficou viúva, casou-se

novamente e teve filhos.

Mais a vida na capital ficou "pirada", diz, "triste com a natureza". A filha, percebendo-a deprimida, sugeriu que fosse passear um tempo na Ilha de Maré, uma vez que gostava de praia. Por lá, ficou do Natal de 2010 ao carnaval de 2011, se encantou pelo lugar e decidiu morar ali.

"Comecei a andar pela Maré e vi a necessidade das mulheres marisqueiras, porque, para elas catarem um quilo de siris para vender, tinham de ter

uma bacia de dez quilos de siri-
muito sacrificado", conta.

Ja familiarizada com o artesanato, Rose percebeu que a atividade poderia ser uma boa alternativa de renda mais viável a essas mulheres, com maior rendimento e menos risco.

Nas andanças pela ilha, notou outra coisa: escanias grandes de peixes, conchas de ostras e mariscos sendo desperdiçadas, o que causava mau cheiro. Ela já tinha visto na internet que esse material pode-

ria ser usado no artesanato, mas ela não sabia o suficiente para ensinar a técnica. Disposta, ela começou a testar.

APRENDIZADO. Uma peça pode ficar até sete dias para secar e depois os cascos podem ser decorados com cores e formas diferentes. Depois, mais sete dias para re- cortar, tingir, pintar e montar até chegar ao produto final.

São brincos, colares, chaves, ros, porta-guardanapos e itens de decoração feitos com o que sobra do santado após a pesca e a manseagem. Ao posturos primeiros resultados nas redes sociais, o boca a boca funcionou. Lá passou a vender os produtos e ensinar a técnica.

APDIO. Logo, Rose compreendeu que tinha um negócio em mãos e, por meio de consultorias do Sebrae, aprendeu a precificar as joias e divulgar as melhor Oportunidades de Negócio. O empreendimento foi ampliando o uso sustentável de materiais que seriam desperdiçados.

...faz parte do Instituto de
Pesos Artesanal da Ilha de Ma
...da Associação de
Referência de Assistência Soc
cial (Cras) para dar aulas de fo
ma voluntária. "Sei que através
deste trabalho vou poder co
nhecer esse mundo... de

Me são assim, são projetos pontuais, e ela espera que a iniciativa ganhe amplitude. "O que mais precisa aqui é apoio de entidades, do governo, do Estado para fazer esse trabalho, expor, aproveitar a matéria-prima e educar a população", afirma. ■



Rosana mostra joias produzidas com escamas de peixe e conchas

CLASSIFICADOS

JOHNAL JO CARROLL "OFFICIALS" & U.

Patented
Jul. 3, 1900

[illegible]

negócios

Serviço ao leitor de empréstimos e investimentos

- ✓ Antes de solicitar um empréstimo, verificar a idoneidade de quem está oferecendo, solicitando documentos pessoais do fornecedor
- ✓ Documentar a transação através de contrato com firma reconhecida
- ✓ O contrato deve conter a taxa de juros e a forma de devolução do empréstimo
- ✓ Forneça seus dados apenas pessoalmente
- ✓ Faça a transação apenas pessoalmente
- ✓ Evite documentos encaminhados via fax, eles podem ser falsos
- ✓ Não adiantar nenhum valor

ESTADÃO

0800 770 2165

POWERED BY
POSITIVO
TECNOLOGIA

Moeda regional exige controle regional

ARTIGO

Marcilio Toscano Franca e Alessandra Macedo Franca São, respectivamente, pós-doutor pelo Instituto Universitário Europeu, árbitro da Organização Mundial da Propriedade Intelectual e professora da Universidade Federal da Paraíba, doutora em Direito Internacional pela Universidade de Genebra

“Países não devem ser julgados pelas palavras escritas em suas constituições, mas por seus orçamentos”, sentenciaram Noam Chomsky e Vijay Prashad. Claro, orçamentos refletem um compromisso com a feti-

vidade de direitos e políticas públicas, e crimes contra o orçamento podem tornar letra morta até a melhor das constituições.

Em 2021, começou a funcionar na União Europeia uma Procuradoria Europeia, o “Parquet Europeen”, organismo independente, dotado de personalidade jurídica, responsável por investigar e levar a julgamento crimes contra o orçamento da União Europeia, como fraudes financeiras e corrupção.

Com sede em Luxemburgo e integrado por uma procuradora geral europeia e um collegio de procuradores, todos com mandato, o órgão reúne 22 dos 27 Estados-membros da União Europeia em um mecanismo de cooperação

Uma procuradoria regional pode garantir mais eficiência nos orçamentos e políticas do Mercosul

reforçada. Procuradores delegados atuam em escritórios nos Estados-membros, com independência funcional em relação às autoridades nacionais.

Embora não exista um código penal europeu, uma políti-

ca de harmonização de legislações assegura a possibilidade de atuação desse ministério público regional perante os órgãos jurisdicionais dos Estados-membros.

O órgão especializado já abriu mais de 500 investigações, com recuperação de cerca de 150 milhões de euros. Isso inclui, por exemplo, a acusação de um ex-ministro croata por abuso de poder e tráfico de influência, bem como o levantamento da imunidade de eurodeputados por irregularidades na verba parlamentar.

No discurso de posse, o presidente Lula da Silva sinalizou que a sua política externa concretizara “a retomada da integração sul-americana, a partir do Mercosul”. Fer-

nando Haddad e Gabriel Gallo, seu secretário executivo na Fazenda, assinalaram que um processo de integração monetária regional pode reforçar o bloco. Em artigo assinado com Alberto Fernández, presidente da Argentina, Lula afirmou que pretende avançar nas discussões sobre uma moeda comum, a fim de reduzir custos operacionais e vulnerabilidades externas.

A eventual criação de uma moeda comum e o aprofundamento da integração via Mercosul necessitam de transparência, controle e eficiência crescentes. Uma procuradoria regional tem tudo para garantir mais eficiência e racionalidade nos orçamentos e políticas do bloco. ■

Política monetária Sob pressão

Campos Neto pede que investidores tenham ‘boa vontade’ com o governo

Presidente do Banco Central vê mercado ‘apressado’ e ‘afoito’, e lembra que novo governo assumiu faz ‘pouco tempo’

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse ontem que os investidores tem de mostrar mais “boa vontade” com governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “O investidor é muito apressado, é muito afoito, e acho que precisamos ter um pouco mais de boa vontade com o governo”, disse ele, durante participação em evento organizado pelo banco BTG Pactual.

Ele voltou a afirmar que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem tudo uma “boa vontade enorme” e se mostrado disposto a seguir um arcabouço fiscal com disciplina. O presidente do BC lembrou que o governo está instalado há apenas 45 dias – “é pouco tempo”. “Tem uma boa vontade enorme do ministro Fernando Haddad de falar: ‘Olha, nós temos um princípio de seguir um plano fiscal com disciplina’. Tem um arcabouço que está sendo trabalhado, já foram elaborados alguns objetivos”, completou ele.

As declarações foram dadas um dia depois de Campos Neto participar do programa *Roda Viva*, durante o qual ele rejei-

tou a tese de aumentar a meta de inflação como caminho mais rápido para a redução dos juros. A pressão para essa mudança vem principalmente de Lula, que já classificou a atual Selic como uma “vergonha para o País” e se referiu a Campos Neto como “esse cidadão”.

Com o aumento do confronto, ministros passaram a alertar Lula de que uma crise na relação com o BC só contribui para elevar o chamado prêmio de risco pedido por quem compra

Ele afirmou que o trabalho do BC melhorar a comunicação e esclarecer as razões por trás dos juros altos no País. Nesse sentido, Campos Neto reconheceu que a autarquia poderia ser mais “dúctil” no trabalho. Ele alertou, no entanto, que a experiência internacional mostra que permitir uma inflação mais alta para crescer mais é normalmente ruim. “No final, isso leva a uma inflação muito alta e a um crescimento que sobe muito pouco.”

Ele também voltou a defender que é possível coordenar uma política fiscal responsável com a política social. Ele repetiu que o ideal é que os programas sejam temporários, direcionados e sob medida, mas ponderou que o governo está “na direção certa” sobre o tema fiscal.

PIX. O presidente do Banco Central disse que os bancos podem ter perdido arrecadação com tarifas, mas ganharam eficiência com o Pix. Ele repetiu que o sistema de transferência de recursos elevou a bancarização no País, com a abertura de 4 milhões de novas contas. Segundo ele, a ideia é juntar o Pix com o open finance, de forma a permitir uma competição online por produtos bancários. ■ **CICERO COSTA e FRANCISCO CARLOS DE ABREU**

Governo fecha acordo com OAB e mantém voto de qualidade no Carf

MARCELA VILLAR

O governo federal fechou ontem acordo com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre o alcance do chamado voto de qualidade do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Em caso de empate nos julgamentos do conselho, o voto se mantém a favor do Fisco, mas não será aplicada multa aos contribuintes, como antecipou o *Estado*. Ao pagamento da dívida será acrescida somente a taxa básica de juros, a Selic – hoje em 13,75% ao ano.

Além disso, as multas já aplicadas em casos antigos serão extintas. Outras ponderações acertadas pelo governo são o prazo de três meses para que o contribuinte e a Fazenda possam negociar o parcelamento da dívida em 12 meses. Se o contribuinte decidir pagar e não questionar a dívida na Justiça, ainda haverá supressão dos juros. Isso valerá tanto para casos a serem julgados quanto para os passados.

STF. Ainda ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente da OAB, Roberto Simonetti, e o presidente da Comissão de Direito Constitucional da OAB, Marcus Vinícius Coelho Furtado, entregaram uma petição que formaliza o acordo ao relator do caso, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF).

A OAB havia enviado uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ao STF para derrubar a medida provisória

MP) de Haddad em 31 de janeiro. Agora, o objetivo é pedir que Toffoli considere as condições desse acordo na análise da ação. A OAB deve fazer isso via liminar na ADI para que a MP seja interpretada com base no acordo. Uma emenda com esses termos também será encaminhada ao Congresso.

“Estamos falando aí de 130 empresas que respondiam por metade do estoque em valor do Carf, 130 empresas respondiam por R\$ 600 bilhões no Carf. Foi uma polêmica muito grande. Eu acho que todos nós aprendemos com a situação e encaminhamos, então, ao STF (o acordo) com o entendimento que tem a vigência enquanto

“Todos aprendemos com a situação e encaminhamos ao STF (o acordo), com o entendimento de que tem a vigência enquanto durar a MP no Congresso”

Fernando Haddad
Ministro da Fazenda

durar a medida provisória no Congresso Nacional, porque, evidentemente, o Congresso vai ter o seu tempo agora para deliberar sobre o assunto”, disse Haddad.

Para o deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE), ainda é preciso negociar um acordo com os parlamentares. “É preciso evoluir nas negociações”, diz o deputado, autor de uma das dezenas de emendas à MP de Haddad. ■ **COLABOROU ANTONIO TEÓFILO/BRASÍLIA**



Fábio Alves

E-mail: fabio.alves@estadao.com.br Twitter: @colunafabioalves

Outro desgaste à vista?

Será finalmente possível avaliar se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está blefando com sua retórica agressiva em temas econômicos ou se o seu novo governo será mesmo uma espécie de Dilma 3 com a indicação dos nomes que vão substituir os diretores do Banco Central cujos mandatos acabam no fim deste mês.

Ainda há analistas que dão um desconto ao tom belico de Lula contra o nível de juros, por exemplo, classificando-o como fulatório para a audiência cativa da esquerda. Isso porque, durante o seu primeiro mandato, como o BC não tinha

autonomia aprovada pelo Congresso e ele podia efetivamente demitir quem o comandava, Lula delegava as decisões ao seu vice-presidente, José Alencar

Como agora o BC tem independência por lei e ele não pode simplesmente demitir o seu presidente, Roberto Campos Neto, Lula trouxe para si a tarefa de verbalizar a insatisfação com o patamar da taxa Selic, em 13,75%, com o nível da meta de inflação; e até com a própria autonomia do BC.

Mas a nomeação dos novos diretores do BC será a prova dos nozes entre o discurso agressivo para os militantes petistas e a intenção, de fato, de

adotar sua versão da Nova Matriz Econômica, adotada por Dilma Rousseff e que resultou em recessão e inflação alta.

Diante da turbulência, seria recomendável adiar a indicação de nomes para o BC

Os mandatos do diretor de Política Monetária, Bruno Serra, e de Fiscalização, Paulo Souza, acabam no próximo dia 28. Haja vista que a diretoria de Fiscalização é considerada um cargo mais burocrático e o

atual ocupante é um funcionário de carreira, a preocupação recai sobre a diretoria de Política Monetária. Se o nome indicado por Lula tiver um perfil ideológico e não técnico, sem alinhamento com os outros diretores do BC, a reação do mercado será muito negativa.

Assim, estará confirmada a percepção de que os recentes ataques de Lula vão além de meros ruidos e que o presidente realmente embarcará numa política de intervenção sobre a autoridade monetária. Ou seja, daqui em diante, a cada mandato de diretor que terminar e a lei exigir uma nova nomeação, haverá a pressão para o

BC se curvar e se alinhar ao que Lula quer.

Diante da turbulência com a antecipação do debate para a mudança no nível da meta de inflação, que gerou elevação nas expectativas inflacionárias e disparada nos juros futuros, seria recomendável o governo adiar a indicação dos nomes desses dois diretores do BC.

Até porque, como a lei diz que o Senado terá de aprovar as indicações de Lula, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa nem sequer foi instalada. Para que antecipe outro desgaste no mercado? ●

COLUNISTA DO BROADCAST

SEB: Luis Carlos Trabuco Campos e Henrique Meleiro (revizam quinzenalmente) • TER: Pedro Pablo Kuczynski (revizam quinzenalmente) • OUA: João Paulo Guedes (revizam quinzenalmente) • CUI: Adriano Pimenta (revizam quinzenalmente) • SEK: Eberhard von Kienitz (revizam quinzenalmente) • PED: Pedro Pablo Kuczynski (revizam quinzenalmente) • SAB: Adriano Pimenta (revizam quinzenalmente) • OUA: João Paulo Guedes (revizam quinzenalmente) • CUI: Adriano Pimenta (revizam quinzenalmente) • SEK: Eberhard von Kienitz (revizam quinzenalmente) • PED: Pedro Pablo Kuczynski (revizam quinzenalmente) • SAB: Adriano Pimenta (revizam quinzenalmente)

LEILÕES SOMENTE ONLINE

OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS

JARDIM AMÉRICA - AMERICANA - SP.

GLEBA DE TERRAS COM ÁREA TOTAL DE 18.080,00 m²

2ª PRAÇA: 02/03/2023, ÀS 11h45. LANCE INICIAL: R\$ 1.432.120,00
(30% do valor atualizado de avaliação)

CONSOLAÇÃO - SÃO PAULO - SP.

CONJUNTO COMERCIAL C/ ÁREA CONSTRUÍDA DE 247,21 m²

2ª PRAÇA: 02/03/23 - 12h00
LANÇE INICIAL: R\$ 230.380,00
(30% do valor atualizado de avaliação)

VILA LISBOA - MAUÁ - SP.

TERRENO COM ÁREA DE 11.136,00 m²

2ª PRAÇA: 02/03/2023, ÀS 12h15
LANÇE INICIAL: R\$ 1.085.190,00
(30% do valor atualizado de avaliação)

SODRÉ SANTORO

SODRÉ SANTORO

LEILÃO SODRÉ SANTORO

(11) 2464-0404

(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O CÓDIGO AO LADO

ACESSE ESTES LEILÕES CONSULTE ED TAL COMPLETO DO SITE

SODRÉ SANTORO

LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Política monetária inflação

Troca de meta não está na pauta do CMN, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que a proposta de mudança da atual meta de inflação não estará na pauta da reunião

de amanhã do Conselho Monetário Nacional (CMN). "Existe uma coisa chamada Comissão Técnica da Moeda e do Crédito, que define a pau-

ta do CMN. A discussão do regime de metas não está na pauta", disse Haddad.

O debate sobre a mudança foi iniciado pelo presidente

Luiz Inácio Lula da Silva, que tem criticado a autonomia do Banco Central na definição da taxa básica de juros. O presidente tem defendido uma redução da Selic para estimular a economia e a concessão de crédito

Integrante do CMN (além

de Haddad e da ministra Simone Tebet, do Planejamento), o presidente do BC, Roberto Campos Neto, é contra a proposta de mexer agora na meta de inflação. Segundo ele, o efeito prático da medida seria "perda de flexibilidade". ● ANTONIO TE-

MOTEO/BRASILIA

Solange Srouf

‘Nós estamos perdendo âncora fiscal e monetária’

A economista-chefe do Credit Suisse no Brasil teme que a revisão da meta possa elevar a inflação

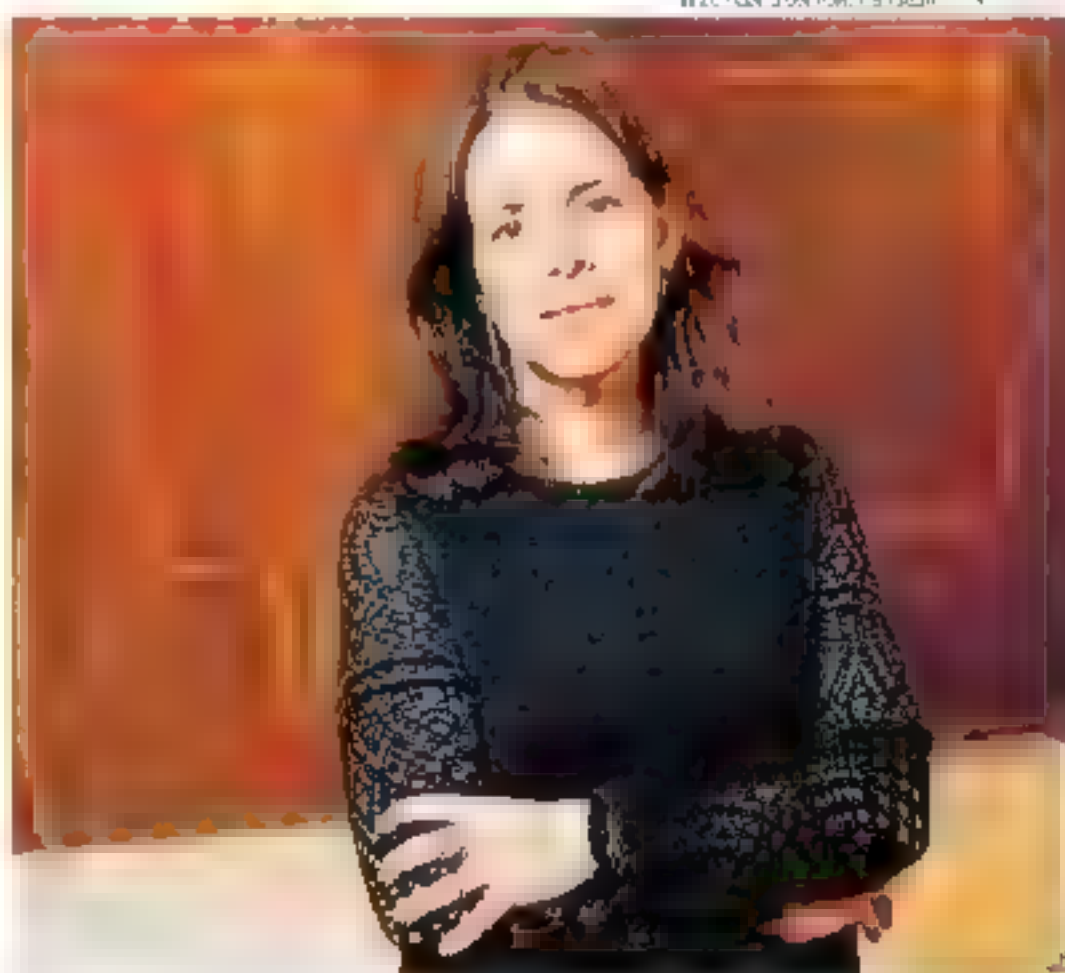
ENTREVISTA

Mestre em Economia pela PUC-Rio, onde também lecionou, Solange Srouf é economista-chefe do Credit Suisse no País

SICERO COTRIM
RENATA PEDINI

O aumento das metas de inflação pode ampliar a desancoragem das expectativas, prejudicando a credibilidade do Banco Central (BC) e, no limite, exigir uma retomada do ciclo de aperto monetário. A avaliação é da economista-chefe do Credit Suisse no Brasil, Solange Srouf, que vê uma ameaça à confiança na economia do País, especialmente diante da piora de perspectivas para a política fiscal e da falta de sinais sobre a âncora que substituirá o teto de gastos.

“Estamos voltando a um mix de perda de âncora fiscal e monetária ao mesmo tempo, que não é um mix bom de se estar”, afirma, em entrevista ao *Estadão Broadcast*. “Se a meta de inflação for elevada de forma que ninguém mais acredite que vai ser cumprida no seu centro, ou se começarmos a acreditar que o BC não vai ter mais autonomia de fato, porque a qualquer momento o



Conselho Monetário Nacional (CMN) pode mudar a meta de novo, esse mix acaba gerando uma perda muito grande e rápida da confiança na economia.”

Solange argumenta que seria um erro que o CMN alterasse os alvos já na reunião do dia 16 deste mês, devido às incertezas em torno da política fiscal. Para a economista, uma elevação dos alvos a um nível entre 4% e 4,5% poderia deslocar as expectativas de inflação ao topo da meta caso não haja certeza sobre o arcabouço que vai orientar as contas públicas.

O Credit Suisse espera que o IPCA atinja 5,8% este ano (6,4% caso a cobrança de impostos federais sobre combustíveis seja retomada) e fique em 4% no ano que vem, em um

cenário que considera a manutenção da meta em 3%. “Essa projeção vai mudar se a meta for mudada. Rapidamente”, diz. Confira os principais trechos da entrevista.

Qual a sua avaliação sobre a discussão em torno das metas de inflação?

Quando você tem um risco fiscal elevado, e ele já começa a afetar as expectativas de inflação, a discussão de aumentar a meta de inflação é muito contraproducente, porque desancora ainda mais as expectativas e deixa a sensação de que há uma tentativa de puxar a Selic (taxa básica de juros) para baixo na mania. E contraproducente, porque estamos começando a colher os frutos do ju-

roreal alto em termos de desinflação, mas vem uma discussão sobre mudança de meta em um momento em que estamos sem âncora fiscal e com uma incerteza muito grande sobre a sustentabilidade da dívida.

Existe um nível razoável para se aumentar a meta?

Eu acho que não. Acho que qualquer mudança da meta vai acabar gerando a sensação de que, mesmo sem uma âncora fiscal, vamos tentar forçar a queda da Selic. Mesmo que seja 3,5%, vai trazer a sensação de que há uma tentativa de puxar a Selic para baixo, ainda que as expectativas continuem desancoradas. Se for 4% ou 4,5%, acho que é muito pior, porque a reação do mercado vai ser de elevar ainda mais as expectativas de inflação, e isso pode acabar até levando o BC a ter de subir os juros.

O CMN deveria antecipar a decisão sobre as metas para diminuir a incerteza ou aguardar a apresentação do novo arcabouço fiscal?

Se a decisão do CMN for chegar na quinta-feira (da semana que vem) e dizer que as metas estão mantidas, seria superpositivo, diminuiria a incerteza e o resultado seria uma melhora da confiança de que as metas vão ser cumpridas, ainda que não imediatamente. Agora, se a decisão é elevar a meta, eu não sou a favor de fazer isso logo, sem antes dar alguma sinalização sobre o fiscal. Porque isso vai ser visto como voluntarismo, de tentar forçar uma queda da Selic sem ter nenhum tipo de previsibilidade. Além de aprovar a regra fiscal, o governo vai precisar mostrar como essa regra vai ser cumprida de fato, quais são os mecanismos de controle de gastos que vão impedir que essa regra seja modificada.

O que uma elevação das metas implicaria para as expectativas do mercado?

Tudo depende de qual vai ser a meta e se não mudar o interva-

lo de tolerância. Se a meta for para 4% ou 4,5%, mesmo com o intervalo de tolerância sendo mantido em 1,5 ponto percentual, acho que as expectativas ainda tem mais a subir e vão buscar o topo da meta. Se além de tudo ainda se mudar o intervalo para dois pontos, a situação vai ficar muito ruim, sinalizando que se busca um topo mais alto ainda. Se fosse apresentada antes não só a regra fiscal mas também um meio de se alcançar a meta fiscal, as expectativas poderiam não ir logo para o topo da meta.

“Se a meta de inflação for elevada de forma que ninguém mais acredite que vai ser cumprida, ou se começarmos a acreditar que o BC não terá mais autonomia, isso gera perda da confiança na economia”

Podemos voltar a um equilíbrio próximo ao do governo Dilma, quando as expectativas se situavam sempre no teto da meta?

Estamos voltando a um mix de perda de âncora fiscal e monetária ao mesmo tempo, que não é um mix bom de se estar. Até essas iniciativas de tentar constranger o BC, não tinhamos âncora fiscal, que se foi na PEC da Transição. Se perdemos a âncora monetária, se a meta de inflação for elevada de forma que ninguém mais acredite que será cumprida no seu centro, ou se começarmos a acreditar que o BC não vai ter mais autonomia, esse mix acaba gerando uma perda muito grande e muito rápida da confiança na economia. Foi o que vimos justamente em 2015: essa perda de confiança gera mais inflação via câmbio e expectativas desancoradas; um juro mais alto na curva, mesmo que a Selic fique constante; e uma desaceleração do PIB. É um mix bastante inflacionário e recessivo. ■

Tributos Prestação de contas

Prazo para entrega do IR deste ano vai até 31 de maio

BRASIL, A
SÃO PAULO

O prazo para entrega do Imposto de Renda (IR) 2023 será de 15 de março a 31 de maio deste ano, informou ontem a Receita Federal. Tradicionalmente, o período para a prestação de contas ao Fisco ficava entre março e abril, mas desde 2015, as datas vinham sendo prolongadas para maio ou junho, em

meio à pandemia de covid-19. Segundo a Receita, a mudança busca “facilitar a vida do contribuinte, que terá a opção da declaração pré-preenchida já na abertura do prazo da entrega”, como consta em nota encaminhada à imprensa.

O supervisor nacional do Programa do Imposto de Renda, José Carlos Fernandes da Fonseca, afirmou que, como a maioria das informações que serão disponibilizadas aos con-

tribuintes na declaração pré-preenchida chegará à Receita Federal apenas no fim de fevereiro, há a necessidade de um prazo para a consolidação dos dados. “A pré-preenchida proporciona menos erros e maior comodidade ao contribuinte”, disse. As regras para o IR deste ano serão divulgadas em 27 de fevereiro.

O *Estadão* irá trazer uma cobertura completa do Imposto de Renda de 2023 no site www.estadao.com.br, além do podcast *Entenda Seu IR*, em parceria com a *Rádio Eudoradio*. ■ FELIPE SQUEIRA e ANTONIO TENÓRIO

Reforma prevê devolução de tributos aos mais pobres

BRASIL, A

O secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a reforma tributária, Bernard Appy, destacou ontem que a proposta de reforma tributária prevê a devolução de parte do imposto para o contribuinte de baixa renda – uma espécie de “cashback” tributário.

“É uma forma muito boa de fazer política distributiva. O efeito disso é maior do que de-

coner a cesta básica, porque é feito de forma focalizada, com menor custo para a sociedade”, afirmou. Hoje, os itens da cesta básica são isentos, mas o benefício alcança pobres e ricos. A isenção acabaria, mas as famílias com menor renda receberiam a devolução.

Além disso, os Estados mais pobres também seriam beneficiados com a mudança na destinação da parte do ICMS que é distribuída aos municípios. ■ THAIS BARCELLOS e EDUARDO RODRIGUES

PORTO SEGURO CAPITALIZACAO S.A.

CNPJ ME nº 06.551.528/0001-58 NIRE 35.5.0044235-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de junho de 2022

- 1. Data, hora e local:** 30 de junho de 2022, às 11h30, na sede social da Porto Seguro Capitalização S.A., localizada na Alameda Barão de Pisarcoba nº 740 Torre A, 6º andar Campos Eliseos, São Paulo/SP CEP 01216-012 ("Companhia").
- 2. Acontecimentos representando a totalidade do capital social** dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci - Presidente; Sra. Alina Salem da Silva - Secretária.

para o Diretor Vice-Presidente - Comercial; (vi) Exatidão do Sr. Luiz Augusto de Medeiros Arruda para o cargo de Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados; (vii) Inclusão do parágrafo 1º no artigo 3º do Estatuto Social da Companhia para rebrar as atribuições do diretor responsável pelos Controles Internos; (viii) Indicação do Gestor da Conformidade e substituição da indicação do Gestor de Riscos da Companhia; (ix) Ratificação da atual composição da Diretoria; (xii) Alteração e a ratificação das funções específicas atribuídas a determinados Diretores perante a Superintendência de Seguros Privados; (xi) Consolidação do Estatuto Social para refletir as modificações conforme aprovadas nos seus precedentes; **5. Deliberações:** A Assembleia Geral por unanimidade devolveu e sancionou as seguintes: **5.1** Aprovou a modificação da composição da Diretoria para a criação de 01 (um) cargo de Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados, aumentando o limite máximo de diretores de 2 (dois) para 13 (treze) membros; **5.2** Aprovou a modificação da nomenclatura do cargo de Diretor Vice-Presidente - Vendas Marketing para Diretor Vice-Presidente - Comercial; **5.3** Aprovou alterar a redação do Estatuto Social para fazer constar as modificações acima aprovadas, passando o caput do artigo 13 a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 13.** A Diretoria é composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 13 (treze) diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) CEO, Negócios Financeiros e Serviços, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Comercial, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados, 01 (um) Diretor de Produto - Capitalização, 01 (um) Diretor Jurídico e Riscos, 01 (um) Diretor de Controladoria, 01 (um) Diretor de Pessoas e Sustentabilidade e 02 (dois) Diretores sem denominação especial. Todos cêfios e destituídos pela Assembleia Geral; **5.4** Aprovou a inclusão do parágrafo 1º no artigo 13 do Estatuto Social, como consequência de uma alteração nos demais parágrafos do referido artigo, para indicar as atribuições do Diretor responsável pelos Controles Internos. Dessa forma, o artigo 13 passa a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 13. 1. o) Parágrafo 1º.** Dentre os membros da Diretoria, aquele que for designado como responsável pelos Controles Internos, conforme determina a Resolução CNSP nº 4.602/20, compete-lhe as seguintes atribuições: a) orientar e supervisionar a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, promovendo a integração de ambos, bem como acompanhar as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver; b) prover as unidades de

atividades, em especial quanto aos recursos materiais e humanos necessários, próprios ou terceirizados, incluindo pessoal, e prover capacidade e em quantidade suficiente; c) aprovar os Relatórios emitidos pelas Unidades de Conformidade e da Gestão de Riscos; d) informar periodicamente e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o comitê de riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos incluindo, mas não se limitando, a riscos novos ou emergentes, níveis de exposição, a riscos e eventuais limitações e incertezas relacionadas à sua mensuração; ações relativas à gestão de riscos e deficiências correlacionadas com a estrutura de gestão de riscos e ao sistema de controles internos, bem como as alternativas para saneamento; **5.5** Aprovou a eleição do Sr. Luiz Augusto de Medeiros Arruda, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.193.314-0 SSP/SP inscrito no CPF ME sob o nº 236.554.708-04 para o cargo de **Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados**, com domicílio profissional na Alameda Barão de Pisarcoba nº 740 Torre B (Edifício Plaza Garibaldi), 10º andar, Campos Eliseos, São Paulo/SP CEP 01216-012, com mandato até a Assembleia Geral que aprovar as contas do exercício social de 2025; **5.5.1** O membro da Diretoria eleito declarou, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei, especial de exercer a administração da Companhia, e nem foram ordenados ou estão sob efeitos de condenação por crime falatório, de prevenção, penal ou suborno, conexões, pecuniária, criminal, econômica, popular, a lei pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, bem como que não conduza a administração da Companhia de acordo com os termos e condições previstos na lei aplicável e no estatuto social da Companhia; O membro da Diretoria é investido em seu cargo nesta data mediante assinatura do respectivo termo de posse; O termo de posse e a declaração de comprometimento, assinado pelo ex-vice, foram encaminhados para a Companhia; **5.5.2** Conseguiu que o diretor ou ex-vice preencha as condições previstas na Resolução CNSP nº 422/2021 e que tomará posse em seu respectivo cargo em até seis meses; **5.6** Aprovou a indicação do Sr. Emílio Bento Corrêa, brasileiro, casado, acadêmico, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.584.091-0 SSP/SP inscrito no CPF ME sob o nº 319.343.518-78 como **Gestor de Conformidade** da Companhia, bem como ratificar a indicação do Sr. Emílio Bento Corrêa, acadêmico, como **Gestor de Riscos** da Companhia, nos termos da Resolução CNSP nº 418, de 20 de junho de 2022; **5.7** Ratificou a atual composição da Diretoria da Companhia, com mandato que se estende até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará até 31 de março de 2025, a saber: **Diretor Presidente** - Sr. Ricardo de Souza Santos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.380.778-0 BFR, inscrito no CPF sob o nº 641.284.587-91; **CEO, Negócios Financeiros** - Sr. Marcos Roberto Loução, brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG nº 59.101.918-7 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 857.230-91-93; **Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos** - Sr. Celso Damasceno, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-1, SSP/SP inscrito no CPF sob o nº 07.935.314-03; **Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional** - Sr. Lene Augusto de Lima Brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SSP/SP inscrito no CPF sob o nº 8.454.692-80; **Diretor Vice-Presidente - Comercial** - Sr. Jorge Rinaldi Lages da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.457.073-7 SSP/SP inscrito no CPF sob o nº 047.332.458-07; **Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados** - Sr. Luiz Augusto de Medeiros Arruda, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.193.314-0 SSP/SP inscrito no CPF ME sob o nº 236.554.708-04; **Diretor de Produto - Capitalização** - Sr. Paulo Henrique Galleguillos Calderon, brasileiro, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 32.477.879-0 SSP/MG e inscrito no CPF ME sob o nº 065.093.250-91; **Diretor Técnico** - Sr. Fabio Dham Monte, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.763.433-6 SSP/SP inscrito no CPF sob o nº 128.590.324-42; **Diretor Jurídico e Riscos** - Sra. Adriana Pereira Carvalho Simões, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 189.790 e no CPF sob o nº 174.325.838-76; **Diretor de Controladoria** - Sr. Rafael Venceslau Nizima, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.387, 2º-5 SSP/SP inscrito no CPF sob o nº 200.476.912-8; **6. Diretoria de Pessoas e Sustentabilidade** - Sra. Carollina Helena Zingari, brasileira, casada, psicóloga, portadora da carteira de identidade RG nº 2784-6860 SSP/SP inscrita no CPF sob o nº 202.135.838-77; **Diretores sem denominação especial:** Srs. Jairo, ex-vice, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 28.58.840-5 SSP/SP inscrito no CPF sob o nº 263.416.328-97 e Nelson Santos Aguiar, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.378.886-3 SSP/SP e inscrito no CPF ME sob o nº 218.049.598-00 todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Pisarcoba, nº 740 Torre B, 10º andar, Campos Eliseos, São Paulo/SP; **5.8** Aprovou alterar a redação das funções da Diretoria de acordo com a estrutura de gestão de riscos, incluindo o controle atribuídas a determinados diretores estatutários perante a Superintendência de Seguros Privados, em atendimento à regulamentação aplicável para indicar: **I. Funções de caráter executivo ou operacional:** a) Diretor responsável pelas relações com a GL-SE; **Paulo Henrique Galleguillos Calderon**, b) Diretor responsável: **Isomac** (Croular SUSEP 234 e Resolução CNSP 432); **Fabio Dham**

Relacionamento com o Cliente; **Resolução CNSP 322**; **Paulo Henrique Galleguillos Calderon**; f) Diretor responsável pelo registro das operações de seguros, prevenção, conformidade, abertura, capitalização e resseguros; **Rafael Venceslau Kozma**, g) Diretor responsável pelo Oper de Danos (Resolução CNSP nº 415/21); **Fabio Dham Monte**; **II. Funções de caráter de fiscalização ou controle:** h) Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.813 de 1998 (Croular SUSEP 234 e 445); **Adriana Pereira Carvalho Simões**, e i) Diretor responsável pelos controles internos; **Adriana Pereira Carvalho Simões**; **6. Documentação**

nos termos do artigo 100, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76, São Paulo, 30 de junho de 2022 (ass.: **Presidente** - Sra. Renata Ribeiro Narducci; **Secretária** - Sra. Alina Salem da Silva; **Bureau** - **Acionistas**, **Porto Seguro S.A.**, por seus Diretores Sra. Celso Damasceno e Lene Augusto de Lima; **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais**, por sua procuradora Sra. Alina Salem da Silva; **Bureau** - A presente cópia foi da ata lavrada em livro próprio **Porto Seguro Capitalização S.A.**, p.p. Alina Salem da Silva; **Bureau** - **JUCESP** nº 64.519/23-5 em 09/02/2023; **Gesta** - **Sistema** - **Acionistas**, **Sacrediana** - **Gesta**, **Anexo** - **Estatuto Social Consolidado da Porto Segura Capitalização S.A.**, **Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração**, **Artigo 1º** - **A Porto Segura Capitalização S.A.** é uma sociedade por ações regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis ("Companhia"); **Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede no Brasil, do Estado de São Paulo, na Alameda Barão de Pisarcoba, nº 740 Torre A, 6º andar Campos Eliseos, São Paulo/SP CEP 01216-012; **Parágrafo Único** - Por deliberação da Diretoria poderá ser instaladas transferências ou escritórios assistenciais, filiais, sucursais, agências ou representações em qualquer ponto do território nacional ou do exterior; **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto a prática de todas as operações permitidas às sociedades de capitalização, em todo o território nacional, conforme definido na legislação vigente, podendo ainda participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, simples ou empresariais, na qualidade de sócia ou associada; **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado; **Capítulo II - Capital Social e Ações**, **Artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e de R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais), dividido em 48.435.387 (quarenta e oito milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil e trzentos e sessenta e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; **Artigo 6º** - A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia; **Artigo 7º** - A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral, a) criar classes de ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais de classes distintas sem qualquer proporção com as demais classes ou com as ações ordinárias, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas, que poderão ser ou não negociáveis e ter ou não valor nominal, e b) aprovar o resgate das ações; **Parágrafo Único** - No caso de aumento de capital os acionistas terão preferência para subscrição na proporção das ações que possuem; **Artigo 8º** - As ações não serão representadas por carteira ou outros meios, preservando-se sua propriedade pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia; **Artigo 9º** - Nos casos de reembolso da ação, prevista em lei, o valor do reembolso corresponderá ao valor do patrimônio líquido contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela Assembleia Geral ou pelo balanço especial, se for o caso, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na legislação societária e os princípios contábeis geralmente aceitos e aplicados no Brasil; **Capítulo III - Assembleias Gerais**, **Artigo 10º** - A Assembleia Geral reune-se, ordinariamente, até o dia 31 (trinta e um) de março, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, quando dos preceitos de direito nas respectivas convocatórias; **Parágrafo Único** - Uma vez convocada a Assembleia Geral, ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a Assembleia ou fique sem efeito a convocação; **Artigo 11º** - A Assembleia Geral será instalada e presidida por um acionista eleito dentre os presentes; O presidente da mesa convocará um dos presentes para aceitar ou rejeitar; **Artigo 12º** - As deliberações da Assembleia Geral, respeitadas as exceções previstas em lei no Brasil e Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco; **Parágrafo Único** - Se poder-se exercer o direito de voto na Assembleia Geral diretamente ou por meio de procuradores, os acionistas titulares de ações ordinárias que estejam registradas em seu nome no livro próprio, na data de realização da Assembleia, e que estejam em dia com suas obrigações de integralização das ações de emissão da Companhia; **Capítulo IV - Administração da Companhia**, **Artigo 13º** - A Diretoria é composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 13 (treze) diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) CEO, Negócios Financeiros e Serviços, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Comercial, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados, 01 (um) Diretor de Produto - Capitalização, 01 (um) Diretor Técnico, 01 (um) Diretor Jurídico e Riscos, 01 (um) Diretor de Controladoria, 01 (um) Diretor de Pessoas e Sustentabilidade e 02 (dois) Diretores sem denominação especial. Todos eleitos e destituídos pela Assembleia Geral; **Parágrafo 1º** - Dentre os membros da Diretoria, aquele que for designado como responsável pelos Controles Internos, conforme determina a Resolução CNSP nº 4.602/20, compete-lhe as seguintes atribuições: a) orientar e supervisionar a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, promovendo a integração de ambos, bem como acompanhar as atividades das unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver; b) prover as unidades de conformidade e de gestão de riscos, quando houver, com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades; em especial quanto aos recursos materiais e humanos necessários, próprios ou terceirizados, incluindo pessoal, e prover capacidade e em quantidade suficiente; c) aprovar os Relatórios emitidos pelas Unidades de Conformidade e de Gestão de Riscos; e d) informar, periodicamente, e sempre que considerar necessário, os órgãos de administração e o comitê de riscos, se existente, de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando, a riscos novos ou emergentes, níveis de exposição, a riscos e eventuais limitações e incertezas relacionadas à sua mensuração; ações relativas à gestão de riscos e deficiências correlacionadas com a estrutura de gestão de riscos e ao sistema de controles internos, bem como as alternativas para saneamento; **Artigo 2º** - A nomeação ou destituição dos membros da Diretoria, bem como a sua destituição, será realizada pela Assembleia Geral, cabendo à Diretoria deliberar sobre a distribuição de sua remuneração entre os membros do órgão. Além das remunerações, a Diretoria terá, na sua participação anual nos lucros da Companhia, até 01 (um) decimo dos lucros e observando o disposto no artigo 132 da Lei nº 6.404/76; **Parágrafo 3º** - Nos seus impedimentos ou ausências, o Diretor Presidente será substituído ou pelo Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional ou pelo Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, ou pelo Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços, ou pelo Diretor Vice-Presidente - Seguros ou o Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing, o qual acumulará extensamente as funções e o direito de voto de Diretor Presidente. Em caso de vacância do cargo de Diretor Presidente ou de seu impedimento definitivo, qualquer um dos Diretores eleitos assume cumulativamente a Presidência até a próxima Assembleia Geral que se realizar após a caracterização da vacância do cargo, que lhe designará substituto pelo restante do prazo de gestão; **Parágrafo 4º** - Os demais Diretores serão substituídos, em casos de ausência ou impedimento temporário, por outro Diretor a ser indicado pelo próprio substituído ou aquele, o qual acumulará extensamente as funções e o direito de voto do Diretor substituído ou aquele, no caso de ausência ou impedimento

definitivo, a Diretoria indicará substituto provisório até que a Assembleia Geral eleia seu substituto definitivo pelo restante do prazo de gestão; **Parágrafo 5º** - Além dos casos da morte ou renúncia concessa por seu cargo, o cargo do Diretor eleito sem justa causa, doravante exercer suas funções por 30 (trinta) dias consecutivos; **Artigo 14º** - O prazo de mandato dos Diretores, que são reelegíveis, é de 03 (três) anos, mas, qualquer que seja a data da eleição, os respectivos mandatos terminarão na data da Assembleia Geral que examinar as contas relativas ao último exercício de suas gestões; **Parágrafo 1º** - A renúncia dos Diretores se dá mediante assinatura de termo de posse no livro das Atas das Reuniões da Diretoria, independentemente de causa; **Parágrafo 2º** - Sem prejuízo do disposto no caput do artigo, os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a substituição de seus sucessores; **Artigo 15º** - Compete à Diretoria, a) praticar todos os atos de administração da Companhia; b) resolver sobre a aplicação dos fundos sociais, transferir recursos a terceiros, contrair obrigações, adquirir, vender, emprestar ou alienar bens observadas as restrições legais; c) praticar, todos os atos e operações que se relacionarem com o objeto social; d) decidir sobre a criação e extinção de empregos ou funções remuneradas ou representativas; e) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, e terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades parastatais e f) resolver sobre a criação, alteração ou extinção de sucursais, filiais, agências ou representações, onde convier aos interesses sociais da Companhia; **Parágrafo 1º** - Observado o disposto no parágrafo 2º deste artigo, as escrituras de qualquer natureza, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer documentos que impliquem em responsabilidade ou obrigações para a Companhia, serão obrigatoriamente assinados, a) por 02 (dois) Diretores em conjunto, b) por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador, e c) por 02 (dois) procuradores em conjunto, desde que investidos de poderes e expressos poderes; **Parágrafo 2º** - A representação da Companhia perante a Repartição Fiscalizada de suas operações caberá a qualquer dos Diretores ou Procuradores devidamente credenciados e autorizados, investidos de poderes e expressos poderes; **Parágrafo 3º** - A Companhia poderá ser representada por apenas 01 (um) Diretor ou 01 (um) Procurador investido de poderes, ficando poderes, nos seguintes casos: a) Atas de reunião realizadas fora da sede social; b) Atas de representação em juízo; c) Atas de representação que impliquem renúncia a direitos; d) Atas de representação em assembleias, contratos sociais, deliberações de contratos sociais, distritos e reuniões de sócios de sociedades das quais participe como acionista, sócia ou quotista; e) Atas praticadas perante quaisquer órgãos e entidades administrativos públicos ou privados, e e) Atas de atos de administração social entendidos assim como os que não gerem obrigações para a Companhia, e nem exonerem terceiros das obrigações para com ela; **Parágrafo 4º** - As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) diretores em conjunto e devem especificar, expressamente, os poderes conferidos, os atos a serem praticados e o prazo de validade, sempre limitado a 2 (dois) anos, incluindo as destinadas para representação em processos administrativos ou procurações com a cláusula de juízo, que serão outorgadas indeliberavelmente por qualquer um dos diretores e poderão ter prazo indeterminado; **Parágrafo 5º** - Nos atos relativos à aquisição, alienação ou criação de bens imóveis, bem como nos atos que envolvam interesses societários, a Companhia deverá ser representada por 2 (dois) diretores, sendo 1 (um) obrigatoriamente o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional ou o Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos ou o CEO, Negócios Financeiros, ou o Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing; **Parágrafo 6º** - As deliberações da Diretoria somente serão válidas quando presentes, no mínimo, a metade e mais um de seus membros em exercício e constar de Atas lavradas em livro próprio, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade; **Artigo 16º** - Em operações estranhas aos negócios sociais e vedado aos Diretores conceder fianças e avais em nome da Companhia, bem como contrair obrigações de qualquer natureza, salvo com a prévia e expressa autorização da Assembleia Geral; **Parágrafo Único** - Os atos praticados com intenção ao disposto neste Artigo não serão válidos nem obrigatórios a Companhia, respondendo cada Diretor pessoalmente pelos efeitos de tais atos; **Capítulo V - Conselho Fiscal**, **Artigo 17º** - O Conselho Fiscal, de caráter não permanente, será composto por no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições e nos termos previstos em lei, permitida a reeleição; **Parágrafo Único** - Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na próxima Assembleia Geral Ordinária, após sua instalação. A renúncia dos membros do Conselho Fiscal será determinada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite mínimo estabelecido no artigo 162º; **Parágrafo 2º** - da Lei nº 6.404/76; **Capítulo VI - Comitê de Auditoria**, **I - Dos Objetivos do Comitê de Auditoria**, **Artigo 18º** - A Companhia se utiliza do Comitê de Auditoria da instituição líder do conglomerado Porto Seguro ("Comitê de Auditoria"), órgão

Artigo 20º - A composição do Comitê de Auditoria, sera de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos em prazo de mandato a ser definido pelo Conselho de Administração, permitida reeleição, desde que a permanência do membro no cargo não ultrapasse 5 (cinco) anos consecutivos; **Parágrafo 1º** - A nomeação de um integrante do Comitê de Auditoria deverá observar os requisitos e vedações do capítulo III; **Parágrafo 2º** - O integrante do Comitê de Auditoria somente pode ser nomeado após 3 (três) anos do final do seu mandato anterior; **Parágrafo 3º** - A constituição do integrante do Comitê de Auditoria ficará a cargo do Conselho de Administração, caso fique comprovada a ligação a qualquer dos requisitos e vedações previstos no capítulo III, bem como as suas independências relativas afetadas por eventual circunstância de conflito; **Parágrafo 4º** - É indelegável a função de integrantes do Comitê de Auditoria; **II - Dos Requisitos e Vedações**, **Artigo 21º** - São requisitos mínimos para o exercício de integrantes do Comitê de Auditoria: i) Observar as normas que estabelecem condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários de sociedades supraprivatizadas; ii) Não ser ou não ter sido, no exercício social corrente e no anterior, a) Funcionário ou diretor da sociedade supraprivatizada ou de suas controladas, controladas ou equiparadas a controladas; b) Membro responsável pela auditoria independente na sociedade supraprivatizada; e c) Membro do conselho fiscal da sociedade supraprivatizada ou de suas controladas, coligadas ou aquiescentes a controladas; iii) Não ser cônjuge, parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de qualquer um dos membros da sociedade supraprivatizada ou de suas controladas, coligadas ou aquiescentes a controladas; iv) Não ser ou não ter sido, no exercício social corrente e no anterior, a) Funcionário ou diretor da sociedade supraprivatizada ou de suas controladas, controladas ou equiparadas a controladas; que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria; **IV - Das Atribuições**, **Artigo 22º** - Constituem atribuições do Comitê de Auditoria: i) estabelecer as regras operacionais para os próprios procedimentos, as quais devem ser formalizadas por escrito, aprovadas pelo Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Presidente ou Diretor-Presidente da sociedade supraprivatizada ou pelo Conselho de Administração da administração líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e a concordância a dispensação dos respectivos acionistas, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; ii) recomendar à administração da sociedade supraprivatizada, a entidade a ser controlada para a prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços quando considerar necessário; iii) avaliar previamente a divulgação das demonstrações financeiras referentes aos períodos finais em 30 de junho e 31 de dezembro inclusive, as notas explicativas, os relatórios da administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras; iv) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quando a verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além da regulamentação e códigos internos; v) avaliar a adequação pela administração da sociedade supraprivatizada, das recomendações feitas pelos auditores independentes e pelos auditores internos, ou as justificativas para a sua não aceitação; vi) avaliar e monitorar, os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do desempenho, pela sociedade supraprivatizada, de dispositivos legais e normativos e seus aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que existam efetivos mecanismos que protejam o prestador de informação e da confiabilidade dada; vii) recomendar à Presidência, ou ao Diretor-Presidente da sociedade supraprivatizada ou a Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos relacionados no âmbito de suas atribuições; viii) reunir-se no mínimo semestralmente, com a Presidência ou com o Diretor-Presidente da sociedade supraprivatizada ou com a Diretoria da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador e com os responsáveis, tanto pela auditoria independente

no que se refere ao

das reuniões previstas no inciso VII, o cumprimento de suas recomendações pela diretoria da sociedade supraprivatizada, ix) reunir-se com o Conselho Fiscal e com o Conselho de Administração da sociedade supraprivatizada ou da instituição líder do conglomerado financeiro ou grupo segurador, tanto por solicitação dos mesmos como por iniciativa do Comitê para discutir assuntos políticos, práticas e procedimentos relacionados no âmbito de suas respectivas competências; x) elaborar relatórios relativos aos assuntos finais em 30 de junho e 31 de dezembro, atividades externas, avaliação da efetividade dos controles internos, descrição da recomendação feita a) daqueles não aceitados, incluindo as justificativas; avaliação da efetividade das auditorias interna e externa, avaliação da qualidade das demonstrações contábeis; ii) preparar resumo da realização do item "b)" para publicação juntamente com as demonstrações contábeis de 30/06 e 31/12; iii) preparar Nota Explicativa que será anexada às demonstrações contábeis de cada sociedade controlada; iv) avaliar os relatórios do item "b)" pelo período mínimo de 06 (seis) anos; v) comunicar qualquer constatação de erro ou fraude aos auditores independentes e a auditoria interna, imediatamente; vi) estabelecer, em atendimento ao Conselho de Administração, processos para a seleção, contratação, supervisão e avaliação do Auditor Independente, inclusive verificando a comprovação de sua credenciação, bem como para a recepção e o tratamento das informações referentes aos relatórios e demonstrações contábeis; bem como dos relatórios do Auditor Independente e da Auditoria Interna do Conglomerado Porto Seguro; vii) aprovar o plano de trabalho referente da auditoria interna do conglomerado Porto Seguro; viii) dar diretrizes de orientação dos programas de trabalhos da auditoria interna; iii) relatórios emitidos e de adequação de sua equipe; viii) controle o plano anual do Auditor Independente sobre exame das demonstrações financeiras, bem como sua interação com os trabalhos da auditoria interna; ix) re-examinar propostas de alterações de princípios contábeis, avaliando seus impactos nas demonstrações financeiras do conglomerado Porto Seguro e submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração; **Capítulo V - Exercício Social, Lucros e Distribuição de Resultado**, **Artigo 23º** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras anuais; **Parágrafo Único** - O Diretor poderá determinar o levantamento de balanço semestral, de relativo a períodos menores, para quaisquer fins, inclusive para pagamento de juros sobre o capital próprio ou de distribuição de dividendos à conta de lucro do período apurado em tais balanços, observado o disposto neste estatuto social e na legislação aplicável; **Artigo 24º** - Do resultado do exercício social serão distribuídos, antes de qualquer outra distribuição, os lucros líquidos ajustados ao balanço líquido do exercício, sendo a distribuição feita em 30 de junho, por meio do capital social; A distribuição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social; **Artigo 25º** - O lucro líquido do exercício será, quando for o caso, dividido das importâncias destinadas à constituição da reserva de capital, a reserva para contingências (art. 95 da Lei nº 6.404/76) e a reserva de lucros fiscais (art. 195-A da Lei nº 6.404/76), de um lado, e de outro lado, quando for o caso, acrescido da retenção da reserva para contingências e da reserva de lucros a realizar (art. 202 II, da Lei nº 6.404/76) formadas em exercícios anteriores. O lucro líquido ajustado do exercício será o resultado de que permanecer após as deduções e adições referidas nos artigos 25º e 26º e de uma e seguinte dedução; e 25º: Investe o cinco por cento do lucro líquido do exercício do dividendo no termo obrigatório aos acionistas e 31º o saldo remanescente será distribuído à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas prevista no artigo 27º deste estatuto ou, alternativamente, poderá ser a destinação que a assembleia geral determinar observadas as disposições legais aplicáveis; **Parágrafo Único** - O dividendo mínimo obrigatório previsto neste artigo poderá deixar de ser pago no exercício social em que a Diretoria entender, que não pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia. Os juros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não foram absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos aos acionistas assim que permitir a situação financeira da Companhia; **Artigo 27º** - A Companhia terá uma reserva estatutária denominada "Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas" que terá como finalidade compensar eventuais perdas e prejuízos e assegurar os recursos suficientes para a realização das atividades e investimentos da Companhia; **Parágrafo 1º** - Será destinada à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas o saldo do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, após elevada a destinação prevista no artigo 26º deste estatuto social; **Parágrafo 2º** - O saldo da Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas não poderá exceder o capital social, nem, acadamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de investimentos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no art. 199 da Lei nº 6.404/76; Afirmando esse limite, a assembleia geral deverá destinar o excedente para distribuição de dividendos aos acionistas ou aumento do capital social; Ainda que não atingido o limite estabelecido neste parágrafo, a assembleia geral poderá, a qualquer tempo, distribuir os valores contabilizados na Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas aos acionistas, como dividendos, bem como sua capitalização; Caso a administração da Companhia considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à assembleia geral que, em determinado exercício, o valor que seria destinado à tal reserva seja integralmente ou parcialmente distribuído aos acionistas como dividendos, ou capitalizado em aumento de capital; **Artigo 28º** - Sem prejuízo do dividendo mínimo obrigatório, a Companhia, por determinação da diretoria, poderá, a) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual aprovado em assembleia geral de acionistas; b) eventualmente distribuir dividendos à conta de lucros acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço semestral, a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de lucros acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço semestral, levando em consideração o valor e o eventual, desde que, nesse caso, o montante dos dividendos a ser pago no exercício não supere o saldo das reservas de capital de que trata o art. 182º; **Parágrafo 1º** - da Lei nº 6.404/76; e a) a qualquer tempo, cancelar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis; **Parágrafo Único** - Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório; **Artigo 29º** - Os dividendos não recebidos ou não recebidos por qualquer razão, no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista e transferido em favor da Companhia; **Capítulo VIII - Liquidação da Companhia**, **Artigo 30º** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral; Em qualquer dessas hipóteses, caberá a Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar neste período; **Capítulo IX - Disposição Final**, **Artigo 31º** - As demais normas previstas em lei e as disposições da Lei nº 6.404/76

Moradia Ex-Casa Verde e Amarela

Minha Casa, Minha Vida atenderá famílias com até R\$ 8 mil de renda

Governo relança programa popular de habitação; novas regras também contemplam aluguel social

AMANDA PUPO
EDUARDO GAYER
BRASILIA

Relançado ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o novo Minha Casa, Minha Vida (MCMV) vai contemplar famílias que moram em áreas urbanas que recebem até R\$ 8 mil de renda bruta por mês. Já em áreas rurais, será direcionado a famílias que têm renda bruta anual de até R\$ 96 mil - o cálculo é feito por ano em razão de ser incerto o produtor ter uma renda fixa mensal.

A medida provisória do novo formato do MCMV foi assinada pelo presidente em cerimônia realizada em Santo Amaro da Purificação, na Bahia, a 80 quilômetros de Salvador. O desenho do programa irá contemplar também locação social de imóveis em áreas urbanas.

De acordo com o Planalto, os novos valores das faixas do programa não levam em conta benefícios temporários, assistenciais ou previdenciários, co-



Lula entrega chaves de casa de programa do governo na Bahia

mo auxílio-doença, auxílio-acidente, seguro-desemprego, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Bolsa Família.

Para áreas urbanas, a faixa 1 atenderá famílias com renda bruta mensal de até R\$ 2.640. Já a faixa 2 contempla núcleos familiares com renda bruta mensal de R\$ 2.640,01 a R\$ 4.400. A faixa 3 atenderá famílias com renda bruta mensal de R\$ 4.400,01 a R\$ 8 mil.

ÁREA RURAL. Nas áreas rurais, a faixa rural 1 contempla quem tem renda bruta familiar anual de até R\$ 31.680. A faixa rural 2 atenderá famílias com renda

bruta anual de R\$ 31.680,01 a R\$ 52.800. Já a faixa rural 3 poderá ser acessada por famílias com renda bruta anual de R\$ 52.800,01 a R\$ 96 mil.

O presidente celebrou o relançamento do programa. Segundo ele, a "roda gigante do País começa a girar" de novo. De acordo com Lula, foi o início da reconstrução do País com a retomada de obras paralisadas. "A partir de hoje, vou começar a viajar o Brasil com meus ministros. Vamos visitar Estados, cidades, e fazer com que obras paralisadas voltem a ser construídas. São 14,8 mil obras paradas, e vamos tocar

Faixas

R\$ 2.640 é o teto de renda bruta familiar por mês para a faixa 1 do novo Minha Casa, Minha Vida para áreas urbanas. Na 3, a mais alta, o teto de renda bruta é de R\$ 8 mil.

R\$ 96 mil é a renda anual de famílias que poderão acessar o programa em áreas rurais pela faixa 3. Na faixa 1, os rendimentos anuais podem ser de até R\$ 31.680.

todas elas", disse.

"Vamos voltar a sorrir, ter esperança, alegria, isso vai acontecer porque montei um governo de muita qualidade. Se fosse a seleção, teria montado a melhor seleção que o Brasil já conheceu", disse Lula. O petista voltou a afirmar que o governo não tem espaço para errar.

Lula fez a entrega simultânea de 2.745 moradias em diversos pontos do País. Segundo o governo, em Santo Amaro foram inauguradas 684 unidades em dois conjuntos habitacionais (Vida Nova Santo Amaro 1 e Residência Vida Nova Sacramento).

Lançado em março de 2009, no segundo mandato do presidente Lula, o MCMV mudou de nome e teve as regras alteradas em agosto de 2020 na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, passando a se chamar Casa Verde e Amarela. Dados oficiais de agosto do ano passado apontam que 1,4 milhão de moradias foram entregues pelo programa na gestão passada.

PRIORIDADE. Segundo o governo, as habitações podem ser oferecidas sob forma de cessão, doação, locação, comodato, arrendamento ou venda, mediante financiamento ou não. O Planalto informou também que há uma lista de requisitos que direcionam a aplicação dos recursos do Orçamento da União e de diversos fundos que ajudam a compor o MCMV.

Um deles é que o título das propriedades é prioritariamente entregue a mulheres. Outros são: famílias que tenham na composição familiar pessoas com deficiência, idosos e crianças e adolescentes; em situação de risco e vulnerabilidade; em áreas em situação de emergência ou de calamidade; em deslocamento involuntário em razão de obras públicas federais; e em situação de rua.

Ainda de acordo com o Planalto, as unidades que serão contratadas dentro do MCMV precisam ser adaptáveis e acessíveis ao uso por pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida ou idosas, e devem ter atenção a sustentabilidade social, econômica, ambiental e climática, "com preferência por fontes de energia renováveis".

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

011 3037 0500/0506

COMPRA PRIVADA FPMIC 2043, 2043, 2043
ADJUDICAÇÃO

O Grupo Empresarial da Fundação Faculdade de Medicina - ADJUDICA à venda a R\$504,11 por metro quadrado o m² o lote 113 011 3037 0500/0506 no endereço de venda de R\$504,11 por metro quadrado o m² o lote 113 011 3037 0500/0506 com o endereço de venda de R\$504,11 por metro quadrado o m² o lote 113 011 3037 0500/0506



AVISOS DE LICITAÇÕES

PG SABESP RQA 00440/23-Aquisição de licenças de uso do software elemento na porta para os sistemas de água e esgoto do Departamento Distrital de Franco RGF Edital completo disponível para download a partir de 15/02/23 www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso - cadastrar sua empresa. Problemas no site, contatar telefone (011) 3388-6984 ou informações Fone (011) 3712-2027. Envio das propostas a partir de 00h00 (zero) hora do dia 07/03/23 até às 09h00 do dia 08/03/23, no site acima para empresas que possuam senha de acesso, às 09h01 do dia 08/03/23 será dado início a Sessão Pública pelo Pregão no Franco 15/02/23, NPG Grande.

PG SABESP MN 00028/23-Prestação de serviços comuns de engenharia para resgate, recuperação ambiental, reposição de capa asfáltica e fornecimento de lixo comum para o município de Nazaré Paulista na área de atuação da Unidade de Gerenciamento Regional Baganiana - JN Norte MN. Edital completo disponível para download a partir de 14/02/2023 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso - cadastrar sua empresa. Problemas no site, contatar telefone (011) 3388-6984 ou informações Fone (011) 3712-2027. Envio das propostas a partir de 00h00 do dia 02/03/2023 até às 09h30 do dia 03/03/2023. Abertura das propostas às 09h30 do dia 03/03/2023 no site www.sabesp.com.br. SP 15/02/2023 MN.

L SABESP RQA 00430/23-Aquisição de lotos de PVC para água de 150 (circunferência vegetativa) para Santa Rosa de Viterbo. Edital completo disponível para download a partir de 15/02/23 www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso - cadastrar sua empresa. Problemas no site, contatar telefone (011) 3388-6984 ou informações Fone (011) 3712-2027. Envio das propostas a partir de 00h00 (zero) hora do dia 08/03/23 até às 09h00 do dia 09/03/23 no site acima para empresas que possuam senha de acesso às 09h01 do dia 09/03/23 será iniciada a Sessão Pública. Franco 15/02/23, NPG Grande.



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

sabesp

ASSOCIAÇÃO ALPHAVILLE RESIDENCIAL 11



EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Em conformidade com o que consta no Estatuto Regimento Interno aprovados em 2010 e 2012, a Associação Alphaville Residencial 11, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, convoca a Assembleia Geral Extraordinária para o dia 15 de fevereiro de 2023, às 10h00min, no local abaixo especificado, para deliberar sobre o seguinte assunto:

1. O processo de recuperação da Associação Social;
2. Quem foram as Associações que participaram da Comissão de Trabalho na proposta;
3. Apresentação das propostas para a recuperação da Associação Social;
4. Apresentação de como será o processo de recuperação no caso de sucesso;
5. Qual será o período e como será o processo de votação;
6. Atribuição de Responsabilidade de Votação.

Local: Salão Social da Associação Alphaville Residencial 11, s/nº Av. Dr. João Tadeu, 611 - Jd. Alphaville - Foz de Iguaçu - SP.

Santana de Parnaíba, 15 de fevereiro de 2023.
José Antônio Franco Pereira - Presidente do Conselho Deliberativo



AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2023

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SME

OBJETO: CONSTITUIÇÃO DE PRESENTES LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM ON BUS URBANO, POR DEMANDA E DE FORMA CONTÍNUA, COM CAPACIDADE PARA 48 (QUARENTA E OITO) PASSAGEIROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ALUNOS, PROFESSORES, SERVIDORES E COLABORADORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE FORTALEZA - SME CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES INDICADAS NO ANEXO 1 - TERMO DE REFERÊNCIA QUESTÃO TAL.

DO TIPO: MENOR PREÇO
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA, nos termos do Decreto nº 7.292 de 23 de agosto de 2013 art. 3º. O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: 1) quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de arrendamento.

O(A) Pregoeiro(a) da CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR, torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 15 de fevereiro de 2023 às 06 de março de 2023 até às 10h00min. (Horário de Brasília) estará recebendo as Propostas de Preços e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.compras.aepg.fortaleza.ce.gov.br. A Abertura das Propostas acontecerá no dia 06 de março de 2023 às 10h00min. (Horário de Brasília) e o início da Sessão de Disputa de Lances ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 06 de março de 2023. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitação - Avenida Heráclito Graca, 750 CEP 60.400-000 Centro - Fortaleza - CE. No portal Compras.br: https://compras.aepg.fortaleza.ce.gov.br/publ.co_index.asp ou www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitação do TCECE <http://licitacoes.tce.ce.gov.br/>. Mais informações pelo telefone: (85) 3452.3477 (CLFOR).

Fortaleza, CE 14 de fevereiro de 2023

HAMER SOARES RIOS

Preparação da CLFOR

ESTADUAL

SIMPAR



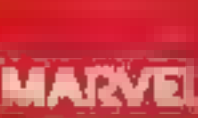
Temos o maior e mais integrado portfólio de logística do país para atender às necessidades de cada cliente em, praticamente, todos os setores econômicos do Brasil.



ALGUNS DESTAQUES:

- Fitch Ratings elevou rating corporativo da JSL para AAA em escala local e BB em escala global
- Melhoria na avaliação da CDM (Carbon Disclosure Project) para 'B' – índice superior à média do setor de transportes
- Ampliação do programa Mulheres na Direção e lançamento da Mentoria para lideranças femininas
- Prêmio Maiores e melhores do transporte - OTM

PARA CADA CLIENTE UMA JSL DIFERENTE.



jsl.com.br



JSL S.A.

CNPJ/MF nº 52.548.435/00001-79 / NIRE 33.900.352.883

Companhia Aberta de Capital Autorizada

Relatório Anual das Demonstrações Financeiras Resumidas em 31 de dezembro de 2022 - Conforme Parecer de Orientação da CVM nº 19 de 16/12/21

MESSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

É com muito orgulho que reportamos um ano de fortes resultados e damos sequência aos importantes avanços em nossa agenda de consolidação do mercado e evolução da eficiência operacional em todos os segmentos que atuamos. Em 2022, reforçamos nosso modelo de negócios e posição de liderança como operador logístico em serviços diversificados, com ampla oferta de soluções integradas que geram valor para os nossos clientes e transformam o setor de logística estabelecendo novos

CRESCIMENTO SUSTENTADO COM DIVERSIFICAÇÃO DE PORTFÓLIO E CLIENTES

Os resultados que reportamos reforçam o diferencial do nosso modelo de negócios e da nossa capacidade de crescimento orgânico. Atuamos em toda a cadeia logística, da transporte da matéria-prima à armazenagem de produtos e sua distribuição, dentro e fora do país, atendendo a mais de 16 setores, com destaque para setores como alimentos e bebidas, automotivo, papel e celulose, bens de consumo, energia, mineração e químico. Paulatos em confiabilidade operacional, agidade para atender às necessidades dos clientes e diversificação crescente dos serviços, atingimos uma Receita Bruta de R\$2,0 bilhões no 4T22, com crescimento de 24,3%, em relação ao 4T21. No ano, com a consolidação das aquisições realizadas nos anos anteriores e incorporação da TruckPad no nosso portfólio, reportamos Receita Bruta de R\$7,1 bilhões (+38,8% vs 2021) e, se considerarmos os números anualizados do 4T22, já somos uma Companhia com um faturamento de R\$7,9 bilhões. A transformação das empresas adquiridas segue impactando positivamente na execução de nossa estratégia. As aquisições realizadas basearam-se na compra de boas empresas que, ao se beneficiarem da escala e estrutura da JSL, potencializam suas oportunidades de crescimento e adicionam diversificação ao nosso portfólio, seja com novos serviços, máquinas ou clientes. Comprovando essa sinergia entre especialização e escala, a Receita Bruta de Serviços combinada teve alta de 22%, no 4T22 em relação ao 4T21. Para o ano de 2022, o crescimento foi de 25%. Também reforçamos nossa agenda de internacionalização, focada em atender as demandas de nossa base de clientes. Com a expansão das operações na África do Sul durante o 4T22, por meio de uma das empresas adquiridas, nossa rede internacional representou 4% do total e deve continuar se expandindo com o desenvolvimento contínuo dessa operação até o início de 2023.

VOLUME EXPRESSIVO DE NOVOS CONTRATOS: CONFIANÇA COMO VETOR FUNDAMENTAL

Nossa capacidade de investimentos, disciplina de execução, qualidade e segurança das entregas, especialmente em um ambiente de mercado que preza pela confiabilidade, permitiu a continuidade do nosso planejamento e a celebração de um volume expressivo de novos contratos. Durante o 4T22, fechamos R\$3,3 bilhões em novos contratos, com prazo médio de 35 meses e 95% de cross-selling. Desses, 66% (R\$2,2 bilhões) referem-se ao setor de papel e celulose, incluindo um projeto de R\$1,4 bilhão em que fomos escolhidos como o principal provedor na movimentação e transporte de madeira, o que comprova a confiança na eficiência de nossos serviços e capacidade de atuação. Destacamos também novos projetos no setor de energia e mineração (cerca de R\$470 milhões), sendo uma maioria destinada à aquisição de ativos para uma operação de mineração de ferro e automotivo (R\$173 milhões em um novo contrato de operações de milk run com uma montadora). Por segmentos, 83% dos novos contratos se enquadraram em Operações Dedicadas, 14% em Armazenagem, 2% em Transporte de Cargas e 1% em Distribuição Urbana. Ao longo do ano, o volume total de novos contratos tocou o recorde de R\$6 bilhões, com prazo médio de 50 meses e cross-selling de 93%. Esse montante está 50% acima do volume de novos contratos celebrados ao longo de 2021 (R\$4,1 bilhões) e demonstra o potencial de cross-selling em clientes relevantes. Em relação aos segmentos de operações, 62% dos contratos referem-se a Operações Dedicadas, 8% a Transporte de Cargas, 0% a Distribuição Urbana e 10% a Armazenagem.

SÓLIDA EFICIÊNCIA OPERACIONAL PERMITE A MANUTENÇÃO DE MARGENS CONSISTENTES

O ambiente inflacionário foi um desafio importante em 2022 e estímulos dedicados à manutenção da rentabilidade das nossas operações. Por meio de negociações consistentes, análise detalhada do escopo dos serviços e gestão dos ativos, conseguimos manter as margens operacionais consistentes. Além disso, evoluímos bastante na agenda de digitalização e otimização de nossos processos, com ganhos de eficiência relevantes. Mantivemos um crescimento balanceado entre Assai Light e Assai Heavy finalizamos o 4T22 com margem EBITDA Ajustada (EOL de serviços) de 19,9%, o maior nível recorde registrado desde 2016, com crescimento de 3,0 p.p. em comparação ao 4T21. Se anualizarmos os números do 4T22, chegamos a um EBITDA de R\$1,3 bilhão, reforçando o novo patamar da JSL.

DISCIPLINA FINANCEIRA COMO FUNDAMENTO DA TRANSFORMAÇÃO DE ESCALA

Mesmo diante do aumento de investimentos

capital. Uma parcela relevante do capex (81%, do trimestre ainda não está refletida na geração de receita). Finalizamos o ano com uma posição de caixa de R\$873,2 milhões, o que, somado às linhas de crédito não sacadas de R\$876 milhões, é equivalente a 5,3x nossas obrigações financeiras de curto-prazo.

Ao compararmos nosso tamanho com o período pré-IPO, nosso faturamento já é 2x superior, com EBITDA 2,5x vs 2020. Crescemos sem comprometer a avançada de rentabilidade, que se mantém próxima a 3x. Além disso, expandimos nosso ROIC calculamos um ROIC Running Rate de 3,3%, o que demonstra nosso foco na precificação dos novos contratos com retornos consistentes e a alocação de capital eficiente. A Companhia também se mantém forte geradora de caixa livre antes do crescimento, o que evidencia a solidez do modelo de negócios e capacidade de crescimento com manutenção da avançada.

SEGUIMOS MOTIVADOS COM O QUE TEMOS PELA FRENTE

Nossa comprovada capacidade comercial nos permite buscar resultados relevantes nos próximos trimestres, especialmente em função da implantação dos novos contratos, fortalecendo nossa posição de liderança em um mercado altamente fragmentado. Vemos importantes eventos de crescimento orgânico para a JSL, especialmente via cross-selling e conquista de novos clientes utilizando-se da transformação digital para uma maior agregação de valor aos serviços prestados. Além disso, estaremos sempre atentos a oportunidades de aquisição de boas empresas, para avançar nossa representatividade em novos clientes e serviços e a continuidade de nossa agenda de expansão internacional, ancorada em atender a demanda de nossos clientes. Agradecemos a dedicação dos mais de 28.000 colaboradores diretos e 55.000 motoristas terceiros e agradamos aos nossos clientes e investidores a seguimos em nossa jornada de crescimento e evolução do setor logístico.

Muito obrigado,

Ramon Alcaraz

Diretor Presidente da JSL

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir estão em conformidade com as normas contábeis IFRS (International Financial Reporting Standards). Os resultados são apresentados de forma consolidada e as informações das controladas Transilumina Fagel, Rodonew TPC, Marvel e TruckPad estão consolidadas a partir das datas de aquisição, respectivamente 30/03/2020, 17/11/2020, 15/05/2021, 30/07/2021 e 26/05/2022.

RESULTADO CONSOLIDADO

Demonstrações Financeiras (R\$ mil)	4T22	4T21	Δ ANO	4T22	4T21	Δ ANO		
Receita Bruta	1.967,8	1.582,5	24,3%	1.913,3	2,6%	7.133,7	5.148,4	38,6%
Receita Bruta de Serviços	1.912,2	1.560,8	22,5%	1.862,1	2,7%	6.924,0	5.063,7	36,8%
Receita Bruta Venda de Ativos	55,6	21,7	156,7%	51,2	1,1%	209,7	85,3	145,7%
Receita Líquida	1.662,4	1.327,0	25,3%	1.624,1	2,1%	6.082,4	4.248,0	40,2%
Receita Líquida de Serviços	1.607,7	1.306,9	23,0%	1.570,6	2,3%	5.818,6	4.213,0	38,1%
Operações Dedicadas	630,2	496,5	26,9%	598,5	5,3%	2.239,6	1.758,1	27,3%
Transporte de Cargas	627,3	491,9	27,5%	653,6	4,3%	2.296,6	1.825,2	26,4%
Distribuição Urbana	152,6	150,5	1,4%	27,5	19,7%	550,4	507,6	8,4%
Armazenagem	197,9	168,0	17,8%	189,4	4,5%	732,1	426,8	71,6%
Receita Líquida Venda de Ativos	54,8	20,9	162,1%	54,0	1,4%	203,6	83,0	145,3%
Custo Total	(1.599,4)	(1.123,4)	40,6%	(1.322,7)	2,6%	(4.981,4)	(3.635,3)	37,0%
Custo de Serviços	(1.310,9)	(1.110,0)	18,9%	(283,4)	2,3%	(4.319,1)	(3.257,3)	34,9%
Custo Venda de Ativos	(48,5)	(13,4)	244,8%	(39,3)	23,5%	(66,4)	(88,0)	24,5%
Margem Bruta	303,7	202,4	50,0%	302,1	0,5%	1.041,1	660,7	57,6%
Despesas Operacionais	(190,7)	(54,6)	348,0%	(79,8)	n.a.	(2.72,2)	(136,7)	39,1%
EBIT	212,4	147,8	43,7%	222,4	4,5%	788,8	523,9	48,7%

Resultado Financeiro	(174,9)	(91,3)	91,3%	(172,0)	1,7%	(602,4)	(201,4)	108,1%
Receitas Financeiras	27,8	17,9	55,0%	15				
Despesas Financeiras	(202,7)	(109,3)	85,4%	(187,1)	8,3%	(617,4)	(216,9)	65,3%
Impostos	56,4	2,2	n.a.	(13,0)	n.a.	27,8	(50,9)	n.a.
Lucro Líquido	93,9	54,1	73,1%	37,4	131,3%	194,2	272,5	28,6%

EBITDA	210,7	220,3	41,0%	206,0	3,0%	1.079,6	758,1	42,4%
EBITDA-A	159,2	225,7	32,4%	138,2	6,2%	1.245,2	822,1	51,5%

CAPEX Líquido	681,3	354,2	87,1%	304,4	123,8%	1.420,7	744,1	89,9%
EBITDA Ajustado	114,2	210,3	46,9%	204,0	6,8%	1.084,2	670,2	62,4%

EBIT Ajustado	238,7	147,8	60,2%	229,7	3,1%	813,0	461,0	76,2%
Margem % EOL de Serviços	14,7%	11,3%	+3,4 p.p.	14,8%	+0,1 p.p.	14,0%	11,0%	+3,0 p.p.
Lucro Líquido Ajustado	110,0	83,3	32,8%	42,2	180,6%	223,5	221,9	-0,2%
Margem % EOL	6,6%	4,8%	+1,8 p.p.	2,8%	+0,0 p.p.	3,7%	5,2%	-1,5 p.p.

EBIT, EBITDA e Lucro Líquido ajustado em 2021 conforme reportado à época. No 4T22, o EBIT foi ajustado em R\$24,3 MM, o EBITDA em R\$8,5 MM e Lucro Líquido em R\$18,1 MM, para excluir o efeito da desmobilização de uma operação de armazenagem no RJ e efeitos da amortização de algumas vendas das aquisições. Os mesmos efeitos impactam os números ajustados de 2022.

A Receita Líquida de Serviços atingiu R\$1,607,7 milhões e cresceu 23% em relação ao 4T21 e a 2,3% comparado ao 3T22, sazonalmente um trimestre mais forte. A implantação de novos projetos e a reprecificação dos contratos favoreceram todas as nossas linhas de negócios levando a um crescimento de 26,9% nas Operações Dedicadas, 27,5% no Transporte de Cargas e 1,8% nos Serviços de Armazenagem e a 14% na Distribuição Urbana.

O segmento de Operações Dedicadas (38% da ROL de Serviços no trimestre) apresentou um crescimento de 26,9% em comparação ao 4T21, impulsionado por maiores volumes nos setores de celulose, mineração e operações de logística, que conjuntamente contribuíram com R\$74 milhões de receita adicional no trimestre.

O nosso serviço de Transporte de Cargas também com representatividade de 39% da Receita Líquida de Serviços no trimestre cresceu 27,3% na comparação com o 4T21, em função principalmente dos espesses de inflação, aumento da capacidade da Marvel (+R\$52 milhões) e implantação de novos projetos no setor automotivo (+R\$52 milhões).

JSLG

B3 LISTED NM

As operações de Armazenagem (12% da Receita Líquida de Serviços no trimestre) apresentaram crescimento sustentado trimestre após trimestre, refletindo os novos contratos e expansão da operação da TPC. A Receita Líquida de Serviços do segmento foi 7,8% superior ao 4T21.

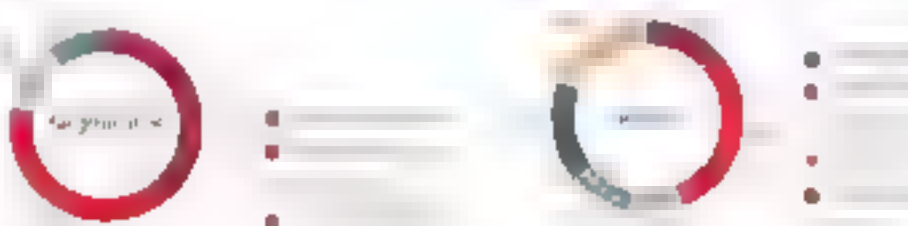
Por fim, o segmento de Distribuição Urbana (0% da Receita Líquida de Serviços no trimestre) foi principalmente beneficiado pelas festas de fim de ano, período de verão e, excepcionalmente, esse ano, Copa do Mundo. Com isso, essas operações cresceram 4% versus o 4T21. E ao crescimento abaixo da média ao decorrer da desmobilização de uma operação relevante de um cliente da Fagel no setor de e-commerce, cujo contrato foi finalizado no início de 2022. Em contraponto, o contrato da África do Sul já começou a impactar positivamente os resultados do segmento a partir de dezembro/2022.

Quando olhamos o ano de 2022, a Receita Líquida de Serviços foi de R\$5,8 bilhões (+38,1% vs 2021). Esse nível de crescimento reflete nossa capacidade de execução e implantação de novos contratos, repasse de inflação nos preços praticados e assertividade das aquisições realizadas, que nos permitiu impulsionar a capacidade de atendimento com a evolução da rentabilidade das operações das empresas adquiridas nos últimos dois anos.

Vemos também uma diversificação crescente de clientes e setores que traz resiliência ao nosso modelo de negócio. Atualmente, os 19 maiores clientes representam 42% da nossa receita ante 46% em 2021. Além disso, o número de clientes para atingir 70% da receita está em 34, comparado a 26 clientes em 2021. Importante ressaltar que nenhum cliente representa mais de 10% da nossa receita e que nenhum contrato representa mais que 1%.

O balanço de novos projetos e aquisições também contribuiu para a crescente diversificação por setores. Os setores de Papel e Celulose e Automotivo, por exemplo, que adquiriram, respectivamente, R\$ 32 milhões e R\$225 milhões de receita em 2022 versus 2021, reduziram sua representatividade para 13,4% e 16,5% da receita (+2,0 p.p. e -0,9 p.p. em comparação a 2021). Portanto, todo, destacamos a contribuição dos setores de Alimentos e Bebidas e Bens de Consumo, que adicionaram R\$661 milhões e R\$27,9 milhões, respectivamente, à base de receitas durante 2022 e passaram a representar 28,7% e 11,9% do total.

DIVERSIFICAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA (4T22)



A busca incessante por eficiência operacional continua moldando a estratégia da Companhia. Durante 2022, navegamos em um cenário macroeconômico desafiado pela forte inflação, que impactou de forma relevante nossa base de custos. Nos mantivemos dedicados em uma gestão que protegesse os resultados da Companhia e cujos ganhos de eficiência podem ser observados abaixo:

- Na comparação do 4T22 e 4T21, o Custo de Serviços cresceu 18,3% versus um crescimento de 23% da Receita Líquida de Serviços. O ganho de eficiência veio principalmente da otimização de pessoal e aquisições de ativos, visando investimentos em tecnologia para automatizar a gestão de documentos, otimização de rotas, precificação e integração com os clientes e motoristas.
- Na comparação de 2022 versus 2021, o Custo de Serviços cresceu 34,9% versus um crescimento de 38,1% da Receita Líquida de Serviços. O crescimento dos custos e efeito dos maiores volumes e da consolidação das empresas adquiridas, além dos efeitos inflacionários que impactaram de forma relevante nossa base de custos durante o ano, em especial sobre combustíveis, salários e pessoal, que cresceram 76% e 30%, respectivamente. No entanto, o aumento de custos refletiu no aumento da receita e frota para manutenção de margens e aumentos dos retornos de nossos contratos, mantendo realocação de estoque, sinergia operacional entre operações e consolidação de armazéns, com foco em maiores taxas de

Nosso EBITDA Ajustado do 4T22 foi de R\$219,2 milhões, com margem de 19,9% (numeros antes o efeito da provisão da desmobilização de R\$8,5 milhões relacionado às operações de armazenagem na região de Pavuna-RJ). Esses valores representam crescimento de 41,9% do EBITDA e +3,0 p.p. de margem em relação ao 4T21, refletindo da nossa agenda de melhorias operacionais e forte diligência na gestão de custos. Em mais um trimestre, comprovamos que nossos esforços de redução de despesas administrativas são sustentáveis, especialmente via centralização e digitalização de processos, com relação entre despesas administrativas e receita líquida de serviços de 17% no 4T22, redução de 0,5 p.p. versus o 4T21. Conseguimos atingir R\$1 bilhão de EBITDA Ajustado no ano (+62,4% versus 2021) com margem de 18,7% (+2,8 p.p. versus 2021). No trimestre, o Lucro Líquido foi impactado por R\$ 9 milhões pelo efeito do impairment e provisões relacionadas à desmobilização do ativo de Pavuna e R\$4,2 milhões pela amortização da mais-valia (ajustada) das aquisições Logo, o Lucro Líquido Ajustado foi de R\$ 110,0 milhões no 4T22, com margem líquida de 0,6% e crescimento de 73,8% na comparação com o 4T21. É importante mencionar que no trimestre houve a contabilização de créditos de R\$13,5 milhões decorrentes na montante de R\$27,6 milhões e R\$22,6 milhões resultantes dos benefícios fiscais da ICM 5 do ano de 2022 e do pagamento de JSCP, respectivamente. No ano, nosso Lucro Líquido Ajustado foi de R\$223,5 milhões.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T22	4T21	Δ ANO	4T22	4T21	Δ ANO
Resultado Financeiro	27,8	17,9	55,3%	15,1	84%	88,4
Resultado Financeiro	(202,7)	(109,3)	35,4%	(87,1)	8,3%	(690,3)
Resultado Financeiro	(174,9)	(91,4)	91,2%	(172,0)	1,7%	(602,4)
						(201,4)
						199,3%

O 4T22 apresentou Resultado Financeiro Líquido de R\$ 93,9 milhões, 91,3% maior que o 4T21, como resultado do aumento das despesas financeiras (R\$202,7 milhões), impactado pelo maior volume de dívida bruta e do aumento do CDI no período.

sendo R\$561,0 milhões diretamente relacionados ao serviço da dívida. O aumento da dívida bruta está atrelado ao crescimento da companhia e seus investimentos em ativos e nas aquisições realizadas.

Anexo I - Reconciliação do EBITDA e do Lucro Líquido

Demonstrações Financeiras (R\$ mil)								
		4T22	4T21	Δ ANO	4T22	4T21	Δ ANO	
		54,3	73,1%					
		51,3	9,5%					
PI e Contribuição Social	(58,4)	2,2	2.872,9%					
Depreciação e Amortização	98,3	72,5	35,6%					
EBITDA	210,7	220,3	41,1%	292,9	3,6%	1.079,6	758,1	42,4%
Costos de Venda de Ativos	41,5	5,4	214,9%	36,3	23,5%	1.85,4	64,0	158,5%
EBITDA-A	159,2	235,7	52,4%	338,2	6,2%	1.245,2	822,1	51,5%

EBITDA Ajustado	210,2	220,3	44,9%	206,0	6,8%	1.080,3	670,2	62,4%
Reconciliação de Lucro Líquido (R\$ mil)	112,6	312,1	Δ ANO	112,6	Δ 11	222,2	110,0	Δ 112
Lucro Líquido	93,9	54,1	73,1%	37,4	5,4%	84,3	223,5	28,6%
EBIT	212,4	147,8	43,7%	222,4	4,5%	788,8	523,9	48,7%
EBIT-Ajustado	238,7	147,8	61,6%	229,7	3,1%	813,0	461,0	76,2%
Margem (% EOL de Serviços)	14,7%	11,3%	+3,4 p.p.	14,8%	+0,1 p.p.	14,0%	11,0%	+3,0 p.p.
Lucro Líquido Ajustado	110,0	83,3	32,4%	42,2	180,6%	223,5	223,9	-0,2%
Margem (% EOL de Serviços)	6,6%	4,8%	+1,8 p.p.	2,8%	+0,0 p.p.	3,7%	5,2%	-1,5 p.p.

G DISENO	
EBITDA	210,7
EBITDA-A	159,2
EBITDA-Ajustado	114,2
EBIT	212,4
EBIT-Ajustado	238,7
Margem (% EOL de Serviços)	14,7%
Lucro Líquido Ajustado	110,0
Margem (% EOL de Serviços)	6,6%

Acesso ao Relatório da Administração Completo: Os dados estarão disponíveis para visualização e download na sessão de Relações com Investidores em nosso website [jsl.com.br](https://www.jsl.com.br).

Para informações adicionais, entre em contato com a Área de Relações com Investidores.

Tel: +55 (11) 3134-4013 | ri@jsl.com.br | [jsl.com.br](https://www.jsl.com.br)

AVISO

As Demonstrações Financeiras apresentadas a seguir são Demonstrações Financeiras Resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O arrendamento da atuação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas aprovadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- Central de Resultados - JSL RI - <https://ri.jsl.com.br>
- Central de Informações da Companhia - www.jsl.com.br
- Empresas listadas - B3
- Estado RJ - <https://www.jsl.com.br>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (RESUMIDAS) - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

exercido em 31 de dezembro de 2021 da Companhia com receita líquida de R\$ 53.891, a Aereo liquidou de R\$ 22 (doze) por cento pela Marvel a parte de 30 de julho de 2021, data em que a Companhia assumiu o controle. Se a aquisição da Marvel tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2021, a receita líquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 seria de R\$ 317.298 e o lucro líquido seria de R\$ 32.984. Informação não auditada. **Custos da Aquisição:** A ISL incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 458 referentes a honorários advocatícios a custos de due diligence registrados como Despesas administrativas na demonstração de resultado.

1.1.1 Frazes de caixa resultantes das aquisições

Fluxo de caixa líquido das aquisições

Fluxo de caixa líquido das aquisições

Mediagística Prestação de Serviços de Logística S.A.

Duick Armazém Gerais S/aria ME ("Duick Armazéns")
 Duick Logística Ltda. ("Duick Logística")
 Sinais Serviços de Integração Industrial Ltda. ("Sinais Serviços")
 Yolanda Logística Armazém Transportes e Serviços
 Gerais Ltda. ("Yolanda")
 Morano Holding Ltda. ("Morano Holding") (ii)
 Transamerico Transportes e Logística Ltda. ("Transamerico")
 Fadel Holding Ltda. ("Fadel Holding") (ii)
 Fadel Transportes e Logística Ltda. ("Fadel Transportes")
 Fadel Soluções em Logística Ltda. ("Fadel Soluções") (iv)
 Fadel Logística South Africa ("Fadel Africa do Sul")
 Logade! Veículos Ltda. ("Logade!") (iv)

Page	Line	Page	Line	Page	Line	Page	Line
1	1	1	1	1	1	1	1
1	2	1	2	1	2	1	2
1	3	1	3	1	3	1	3
1	4	1	4	1	4	1	4
1	5	1	5	1	5	1	5
1	6	1	6	1	6	1	6
1	7	1	7	1	7	1	7
1	8	1	8	1	8	1	8
1	9	1	9	1	9	1	9
1	10	1	10	1	10	1	10
1	11	1	11	1	11	1	11
1	12	1	12	1	12	1	12
1	13	1	13	1	13	1	13
1	14	1	14	1	14	1	14
1	15	1	15	1	15	1	15
1	16	1	16	1	16	1	16
1	17	1	17	1	17	1	17
1	18	1	18	1	18	1	18
1	19	1	19	1	19	1	19
1	20	1	20	1	20	1	20
1	21	1	21	1	21	1	21
1	22	1	22	1	22	1	22
1	23	1	23	1	23	1	23
1	24	1	24	1	24	1	24
1	25	1	25	1	25	1	25
1	26	1	26	1	26	1	26
1	27	1	27	1	27	1	27
1	28	1	28	1	28	1	28
1	29	1	29	1	29	1	29
1	30	1	30	1	30	1	30
1	31	1	31	1	31	1	31
1	32	1	32	1	32	1	32
1	33	1	33	1	33	1	33
1	34	1	34	1	34	1	34
1	35	1	35	1	35	1	35
1	36	1	36	1	36	1	36
1	37	1	37	1	37	1	37
1	38	1	38	1	38	1	38
1	39	1	39	1	39	1	39
1	40	1	40	1	40	1	40
1	41	1	41	1	41	1	41
1	42	1	42	1	42	1	42
1	43	1	43	1	43	1	43
1	44	1	44	1	44	1	44
1	45	1	45	1	45	1	45
1	46	1	46	1	46	1	46
1	47	1	47	1	47	1	47
1	48	1	48	1	48	1	48
1	49	1	49	1	49	1	49
1	50	1	50	1	50	1	50
1	51	1	51	1	51	1	51
1	52	1	52	1	52	1	52
1	53	1	53	1	53	1	53
1	54	1	54	1	54	1	54
1	55	1	55	1	55	1	55
1	56	1	56	1	56	1	56
1	57	1	57	1	57	1	57
1	58	1	58	1	58	1	58
1	59	1	59	1	59	1	59
1	60	1	60	1	60	1	60
1	61	1	61				

TruckPart México de Paçamentos Ltda

14) Empresa em fase pré-operacional ou dormant. (ii) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de janeiro de

for deliberada a incorporação da Abastele Comercio da Veículos Ltda. à Unimister Transportes Ltda. na Transportadora Rodoviária Ltda. e a incorporação reversa da Prograndense Logística Ltda. na Transportes Marvel Ltda. a partir de 01 de abril de 2022. Em 30 de novembro de 2022 for deliberada a incorporação da Fadel Soluções em Logística Ltda. e Locade Veículos Ltda. na Fadel Transportes e Logística Ltda.

3. **Sustentabilidade e meio ambiente** A Companhia acredita que a avaliação da exposição aos riscos relacionados aos temas em cenários de curto, médio e longo prazo foram determinantes para que a Companhia definisse sua estratégia corporativa alinhada com os desafios regionais e globais sobre clima e em linha com a transição para economia de baixo carbono. Em 2021, a Companhia já teve a realização do mapeamento dos principais riscos e das oportunidades decorrentes das mudanças climáticas para os seus negócios, ativos, processos e políticas. Como consequência, realizou novo estudo em 2022 e formalizou através da Política de Mudanças Climáticas Corporativa, as ações de mitigação, compensação e adaptação necessárias. Firmamente o tema nas suas decisões e estratégias de negócios. O estudo em 2022 englobou a classificação e quantificação dos impactos e oportunidades financeiros relativos às mudanças climáticas, tema que está sendo acompanhado de forma estratégica com aprovação do Comitê de Sustentabilidade e do área de Auditoria. O assunto é priorizado nas ações de todo o Grupo com ações voltadas à mitigação do aquecimento da temperatura média global, tendo como referência os princípios tratados e instituições do tema Acordo de Paris, Science Based Targets (SBT), Pacto Global da ONU, Programa Brasileiro GHG Protocol e Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC). As avaliações com horizontes de curto, médio e longo prazo, está em linha com a Política de Gerenciamento de Risco da Companhia e permite que a Companhia possa se preparar frente aos possíveis impactos que as mudanças climáticas podem vir a ocasionar em suas operações. Essa avaliação, em diferentes horizontes de tempo contribui para a construção de uma estratégia corporativa em linha com a Visão para economia de baixo carbono (parceria do Acordo de Paris). Além disso, para gerar com assertividade riscos e impactos nas áreas diferentes gerenciais, a Companhia contribui ativamente com o meta de integração de redução de impactos

de emissões de gases de efeito estufa. A Companhia continua comprometida com metas de redução de emissões de gases de efeito estufa. 2 e 3. Entre os anos avaliados, o **Setor Regulatório** de grande relevância e abrangência na Política e na matriz de riscos de sustentabilidade. Para a execução na prestação de serviços, a Companhia adota como princípio agir em conformidade com toda a legislação vigente e todos os regulamentos relacionados a sua atuação. Qualquer falha no cumprimento dos regulamentos e da legislação poderá resultar em multas e sanções administrativas e/ou por órgãos reguladores, ocasionando custos não planejados e contrários ao previsto no posicionamento e na estratégia de Sustentabilidade da Companhia. Essas riscos são monitorados nos níveis corporativo e operacional por meio de acompanhamento periódico das legislações vigentes. **Tecnologia** também relevantes e previstos na matriz de riscos, já que os processos produtivos das montadoras de veículos incidem na emissão de carbono e oferecem poucas alternativas tecnológicas para uma menor emissão por unidade de veículo como trataremos no tópico a seguir. O risco é moderado no nível corporativo e a Companhia planeja estrutura parcerias estratégicas com montadoras e produtores de combustíveis a base de etanol para fomentar desenvolvimento e adoção de alternativas tecnológicas nos processos produtivos, com menor emissão de carbono. **Padrões de temperatura e precipitação média** mudanças nos padrões de tempo, chuva e precipitação média, poderão ocasionar mudanças na demanda por produtos e serviços e a implementação de leis e regulamentos para restringir e regular setores econômicos que contribuem diretamente para os efeitos adversos das mudanças climáticas. O tempo são os negócios de carbono intensivos, que dependem do consumo de combustíveis fósseis para operacionalização e/ou modelos de negócios que podem ser impactados com políticas governamentais de mitigação e adaptação às mudanças do clima, como pela necessidade de adoção de mecanismos de precificação do carbono (taxação ou comércio de emissões, por exemplo). Nesse contexto, a Companhia adota metodologia de gerenciamento de riscos sistematizada em política própria, que estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão. **Operacional** os ativos de todas as empresas da Companhia estão expostos à ocorrência de eventos climáticos extremos e/ou incumprimento (previsões) de vendas em curto intervalo de tempo e/ou volumes, que poderão ocasionar impacto financeiro para a Companhia, em caso de perda de ativos e danos a estruturas devido a inundações das grandes centrais, por exemplo. Nesse contexto, a Companhia implementa controles específicos para mitigação, como o mapeamento das filiais presentes em áreas com histórico de alagamento. **Imagem/reputação** a Companhia atua nas percepções dos riscos por parte de clientes, acionistas, investidores e parceiros comerciais, entre outros, de forma a evitar danos a reputação e credibilidade da Companhia, em razão da emissão de carbono. **Atividade** no seu modelo de negócios. **Cadeia de valor** os impactos nos negócios são identificados e avaliados considerando a probabilidade de que grande parte das emissões de gases de efeito estufa das companhias estão associados em sua cadeia de valor, o que poderá ocasionar alto custo para o atingimento da estratégia da redução e neutralização das emissões da Companhia. Além do mapeamento e da geração desses riscos, a Matriz de Riscos da Companhia contempla impactos diretos e indiretos significativos na biodiversidade e, no âmbito da Matriz de Riscos Climáticos e de Sustentabilidade, está sendo elaborado um controle de planos de ação para tratar os riscos polêmicos reais, levantados com consultoria e que segue as orientações da TCFD (Task Force on Climate-Related Financial Disclosures) com as seguintes etapas: 1. Mapeamento do ambiente interno atividades desenvolvidas e objetivos da Companhia. Além disso, nessa fase foi analisado o estado atual da empresa e tendências climáticas. 2. Definição dos cenários climáticos, com adoção de dois cenários de transição, a dois cenários físicos. 3. Identificação dos riscos climáticos, mapeamento de causa e efeito das mudanças projetadas nos cenários climáticos, análise de riscos, oportunidades e estratégia sobre mudanças climáticas. Contribuir para minimizar o avanço das mudanças climáticas e tema material para Companhia. A Companhia conta com toda com baixa idade média, portanto, mas moderna e menos poluente. A gestão do tema ocorre periodicamente no âmbito do Programa de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) com medidas ativas, a exemplo do uso racional de combustíveis, substituição de projetos para utilização de veículos elétricos, renovação contínua da frota e monitoramento das emissões por meio do inventário de emissões e que tem por base a metodologia internacional GHG Protocol. O Conselho da Administração e Comitê de Sustentabilidade analisam e auditem os dados de emissões da Companhia, nos aspectos 1, 2 e 3. E por meio da participação das discussões sobre o tema, a Companhia mantém sua matriz de riscos climáticos atualizada e amplifica sua observância de riscos sobre eventos extremos. Em 2022, a Companhia realizou seu compromisso com a descarbonização das operações, subvertendo o documento Empreendedor pelo Clima e se comprometendo com a meta da holding de redução da intensidade de emissões de GEE abatidas no Sustainability-Linked-Bond SLB emitido de forma privada no setor em 2020 no valor de US\$ 625 milhões. A holding também emitiu, em 2021, o primeiro SLB em reais com liquidez em dólares do País, no montante de R\$ 450 milhões. A Companhia está a diversificação de sua matriz energética para valorizar a geração de energia limpa e renovável nas usinas hidrelétricas. A Política de Sustentabilidade aborda o tema, tendo como princípio de "trabalhar o uso eficiente de recursos naturais, evitando o desperdício e buscando alternativas menos agressivas ao meio ambiente. O Conselho de Administração e o Comitê de Sustentabilidade também monitoram indicadores de consumo, de forma a avaliar a eficácia das ações e o alcance de metas. São também promovidas campanhas internas e com os clientes por meio dos canais de comunicação e mídias sociais do Grupo Reconhecimento. Em 2022 a Companhia foi reconhecida no Carbon Disclosure Project (CDP), com avaliação B, maior do que a média regional da América do Sul, a maior do que a média do setor de transporte e logística e refletindo também a evolução da Companhia frente a gestão das mudanças climáticas quando comparada a 2021, com avaliação B-. Além disso, recebeu Selo Ouro pelo trabalho em consequência, no Programa Brasileiro GHG Protocol, refletindo a transparência, sustentabilidade e credibilidade do inventário no relatório feito pela Companhia. Seu compromisso com a boa governança se expressa na manutenção de estruturas independentes com Conselho de Administração e comitês próprios, como o de Sustentabilidade. **1.4. Situação do conflito entre Ucrânia e Rússia** A JSL, tem acompanhado os desenvolvimentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entende que considerando que não possui quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países, os principais impactos econômicos estão relacionados com aumento relevante relativo ao gás natural e petróleo. Dessa forma, com impacto nos preços de combustíveis no Brasil, a por consequência, aumento da inflação, com redução nos últimos meses, porém com as taxas de juros mantidas em alto patamar, com forte impacto nas despesas financeiras. Assim sendo, a Administração está acompanhando os impactos sobre as despesas financeiras e nos custos causados pela alta no preço do diesel, que apesar das repasses de preços aos clientes, levaram a um aumento nos custos com aquecedores e fornos e nos custos de combustível e lubrificantes.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.ª Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e às normas internacionais Financeial Reporting Standards (IFRS)) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somaria essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem a todas as informações disponíveis na região. 3. Base de mensuração As demonstrações de processo individual e consolidado foram preparadas com base na seguinte base de mensuração:

000 14
9.3 66
0.3072

Os valores apresentados no fluxo de caixa são extraídos das movimentações convertidas dos ativos passíveis e resultados conforme detalhado acima. **2.4. Base de consolidação** **a) Combinação de negócios** Combinações de negócios são negócios adquiridos no método de aquisição quando o controle é transferido para a ISL. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer algo que surta na transação é listado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado de operações e custos. **b) Combinação de negócios sob controle comum** Combinações de negócios envolvendo entidades sob o mesmo controle comum são combinações de negócios para quais as entidades ou negócios são

As demonstrações com aquesão são analisadas no vestibulo do exercicio em contante encerrados. Todas as variáveis contábeis da consolidação especial nessa nota explicativa foram salientadas, quando aplicável, para as empresas de acordo com a nota explicativa 1.2 incluída, mas não se limitando, a transações eliminadas na consolidação. **c) Controles:** A USL controla uma entidade quando está exposto a um risco direto sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **d) Participação de acionistas não controlados:** A USL segue mensurar qualquer participação de não controlados inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da USL em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **e) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimo" no passivo circulante. **2.6 Instrumentos**

2.8). **Ativos financeiros:** a) **Reconhecimento e mensuração:** As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a USJ se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. b) **Classificação e mensuração subsequente:** **Instrumentos financeiros** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ao valor justo, seja por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou por meio de resultado. Clientes financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial a não ser que a USJ mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros anteriores são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior a mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJORA: a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e b) suas características contratuais geram em datas específicas fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento do principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingir lucro pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quando pela venda de ativos financeiros e b) suas características geram em datas específicas fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os

que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a manobra pela qual o negócio e gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: « as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o acompanhamento prático dessas por elas. Elas incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou ainda esperanças de lucro, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos ». Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da JST, « os riscos que afetam o desempenho do mercado dos negócios (e o ativo financeiro mantido naquele mercado de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados, « como os gerentes do negócio são remunerados por exemplo se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos », e a frequência ou volume ou o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores ou mudanças das vendas e suas expectativas sobre mudanças futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros ou transferências que não são qualificadas para o desreconhecimento não são consideradas vendas de maneira consistente com o reconhecimento contínuo de acordo da JST. As transferências que não são consideradas vendas de maneira consistente com o reconhecimento contínuo de acordo da JST são transferências de ativos financeiros para terceiros que não são qualificadas para o desreconhecimento contínuo de acordo da JST.

[illegible]

c) Desreconhecimento. A JSL desreconhece um ativo financeiro quando os efeitos contrários aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a JSL transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a JSL não mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **2.6.2. Passivos financeiros – classificação, mensuração, subsequente e desreconhecimento.** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado ajustado ao método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas caminham ao reconhecimento no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A JSL desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é extinta, decorrente da expiração. A JSL também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificados são substancialmente diferentes caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor pelo **2.6.3. Compensação.** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando a somente quando a JSL tem a certeza um direito legalmente executável de compensar os valores e tem a intenção de liquidar os valores em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser condicionado em eventos futuros e deve ser aplicável aos cursos normais de negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.6.4. Redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros.** A JSL reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A JSL mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. A JSL utiliza uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para ativos financeiros comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é distinto do modo "ad hoc". A matriz de provisão é baseada nas percentuais da taxa histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para diferenças específicas de acordo com as estimativas futuras e valores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, negociações em curso, entre outros que são monitorados. Essas taxas qualitativas são monitoradas mensalmente por um comitê denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda históricos e as mudanças nas estimativas futuras são revisados a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nos percentuais. Para as perdas de créditos esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de impairment aplicada depende do aumento significativo de risco decorrente da contraparte. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baseado quando a JSL não tem expectativa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (RESUMIDAS) - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

razões de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a JSJ adota a política de reconhecer o valor contábil líquido quando o ativo financeiro está valorizado acima de 2 a 24 meses com base na observância histórica da recuperação de ativos similares. A JSJ não espera nenhuma recuperação significativa de valor barateado. No entanto, se ativos financeiros barateados puderem ainda estar sujeitos à recuperação de crédito para o cumprimento dos pressupostos da JSJ, para a recuperação dos valores devidos. **2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge** Instrumentos de derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, revalorizados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do tipo do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do instrumento que está sendo protegido por hedge. O Grupo adota a contabilidade de hedge (hedge accounting) e designa certos derivativos como hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo). **(a) Hedge de valor justo** As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. O Grupo só aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de taxas de juros fixas de empréstimos. O grupo ou parte relacionado com a parcela efetiva dos swaps de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "Receitas (despesas) financeiras líquidas". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "Receitas (despesas) financeiras líquidas". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidos por hedge atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração de resultado como "Receitas (despesas) financeiras líquidas". **(b) Inefetividade de hedge** A inefetividade de hedge e deletimência no surgimento da relação de hedge e por meio das avaliações periódicas de efetividade para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. O Grupo controla swaps de taxa de juros com termos críticos que são similares ao item protegido, como taxa de referência, datas de redenção, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência. O Grupo não aplica hedge a 100% dos empréstimos e, portanto, o item protegido é identificado como uma proporção dos empréstimos em aberto até o valor de referência dos swaps. A efetividade do hedge de swaps de taxa de juros é avaliada pela Companhia. A efetividade pode ocorrer devido ao ajuste do valor de contravaliador de referência nos swaps de taxa de juros que não é igualado pelo emissor, e a diferenças nos termos de vencimento entre os swaps de taxa de juros e os empréstimos. **(c) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado** Certos instrumentos de derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de quaisquer um desses instrumentos de derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas". Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização de hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido

reflete o seu risco de desadaprimiento (non-performance). O risco de desadaprimiento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da JSJ, uma série de políticas contábeis e divulgatórias da JSJ, requer a mensuração de valores justos, utilizando-se pressões e estimativas tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros cuja nota expozitiva 3.2. Custos de oportunidade. A JSJ mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a JSJ utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação utilizada incorpora todos os fatores que os participantes do mercado avaliam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a JSJ mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência de valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial e normalmente o preço da transação. Quando o valor justo de uma transação dada for recebido, se a JSJ determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo ou um ativo ou passivo identificados em baseada numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como razoavelmente em relação a mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para efeitos de diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação e identificação autorizada por dados de mercado observáveis a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.8 Contas a receber** As contas a receber de clientes representam os valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contábeis e, portanto, essas contas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.9 Estoques** Os estoques mantidos pela JSJ se referem substancialmente a peças mantidas em estoque para manutenção de seus veículos. São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido (preço de venda estimado, deduzido de custos associados esperados). Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem custos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em relação às suas localizações e condições existentes, deduzido das provisões para,ção lento e obsolescência, contábeis em 100% do valor do item do estoque que foram mantidos na mesa de 12 meses. **2.11 Ativo imobilizado disponível para venda (Reversão de frota)** Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, a JSJ possui constantemente uma frota. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para "Ativo imobilizado disponível para venda". Os veículos são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos esperados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda em estado em suas condições atuais e sua venda em prazo superior a um ano é altamente provável. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos, máquinas e equipamentos podem momentaneamente ser disponibilizados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. **2.12 Imobilizado**

a) Reconhecimento e mensuração Bens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment") quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como bens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado de acordo com o tipo de bem. **b) Custos subsequentes** Custos subsequentes são reconhecidos apenas quando a provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela JSJ. Custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Depreciação e testes de perda de valor recuperável ("impairment")** A depreciação é calculada para amortizar o custo de bens do ativo imobilizado, levando em consideração seus valores estimados de venda, utilizando o método linear pelo tempo de vida útil estimada dos bens. Dessa forma, as taxas de depreciação são definidas de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado da venda. O método de depreciação por uso e venda. A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compreende o custo da prestação de serviços e a depreciação dos danos extras do ativo imobilizado está registrada como despesa. A JSJ adota o procedimento de revisar anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados acompanhando regularmente as estimativas de sua vida útil econômica, utilizando para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário, são ajustadas anualmente sobre a recuperabilidade dos seus ativos. Os ativos que estão sujeitos a depreciação são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. **2.13 Intangível** **2.13.1 Agio** O agio ("goodwill") é representado pela diferença positiva entre o valor pago pelo a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, vinculados a combinação de negócios da JSJ. O agio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas e é mensurado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Os testes para reverter perdas de impairment são realizados anualmente, normalmente mensalmente, realizados em períodos anuais, e as avaliações de perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de um negócio incluem o valor contábil do agio relacionado com a entidade vendida. Para fins de teste de impairment, o agio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") que devem ser beneficiadas combinação de negócios da qual o agio se originou. **2.13.2 Software** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos dos softwares e os custos de desenvolvimento de softwares são reconhecidos como despesas, conforme os métodos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto do software, incluem os custos com empregados envolvidos no desenvolvimento de software e uma parcela adequada das despesas inerentes aplicáveis. Os custos também incluem os custos de licenciamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros custos de desenvolvimento que não atendem aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesas conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. **2.13.3 Acordo de não competição e carteira de clientes** Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de não competição, carteira de clientes e acordos de não competição têm vida útil definida. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada. **2.14 Marcas, patentes e licenças** Quando adquiridas em combinação de negócios são reconhecidas como ativo intangível ao valor justo na data de aquisição. Por ter vida útil indefinida, esses ativos não são amortizados e anualmente e realizado teste para perda de seu valor recuperável ("impairment"). **2.13.5 Amortização e testes de perda de valor recuperável ("impairment")** A vida de ativo intangível pode ser definida ou indefinida, quando se trata de vida definida o valor do ativo é medido conforme prazos estimados da vida do ativo. Os ativos sem prazo de vida útil definido não são amortizados, mas são testados anualmente ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao seu valor recuperável ("impairment") individualmente ou no nível de unidade geradora de caixa ("UGC") e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de teste, o agio é alocado para as unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o agio se originou e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o agio que tenham sido afetados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão de impairment na data do balanço. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa antes de imposto de renda e da contribuição social baseadas em orçamentos financeiros. A taxa de crescimento não ocorre e taxa de crescimento média de longo prazo dos setores no qual cada UGC atua. **2.14 Ganhos com compra vantajosa** Na compra vantajosa ocorre em uma combinação de negócios onde o preço pago para adquirir o negócio é inferior ao valor justo do patrimônio líquido da empresa adquirida, representado pelos ativos adquiridos e passivos assumidos. Ganhos decorrentes de compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. Antes de reconhecer o ganho decorrente de compra vantajosa, a Companhia deve promover uma revisão dos valores apurados na mensuração do valor para se certificar de que todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos foram corretamente identificados. Reconhecendo a não existência deste ganho em combinações de negócios, a Companhia revê os procedimentos utilizados para assegurar que a mensuração dos valores a serem reconhecidos na data da aquisição, estejam adequadamente mensurados para os casos acima. (i) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, e (ii) a contraprestação transferida para obtenção do controle da adquirida. Confirmada a adequação do valor do ganho por compra vantajosa, a Companhia registra a transação nas demonstrações financeiras da Companhia, ligando dos efeitos tributários. O imposto de renda e contribuição social contribuído em uma compra vantajosa é pago na razão de 1/60 avos

de cada um dos ativos. **2.15 Arrendamentos** No início de um contrato, a JSJ avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato de arrendamento é um contrato em que a JSJ transfere o direito de controle do ativo de acordo com o uso do ativo identificado, a JSJ utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2), IFRS 16. **(i) Como arrendatário** A JSJ atua como arrendatária de prédios comerciais e armazéns. Em geral, os contratos de aluguel são renovados por períodos fixos de um ano a oito anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. No início de um contrato que contém um componente de arrendamento, a JSJ aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A JSJ reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos de melhorias incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subsequentemente restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subsequentemente a condição requerida pelos termos e condições do arrendamento menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é

subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subsequentemente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subsequentemente e de detimência na mesma base que o ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso e particularmente reduzido por períodos por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinação mensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada adequadamente, pela taxa de empréstimo correspondente da JSJ. A JSJ usa sua taxa incremental sobre empréstimos como taxa de desconto, que é calculada utilizando taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: "Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS"; "Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índices ou taxa, mensurados mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início"; "Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual"; e "O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multa por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescisão do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos e remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a JSJ alterar sua avaliação de se exercerá uma opção de compra, exceto se o rescisão ou seja há um pagamento de arrendamento revisado livre em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é estimado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso que é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A JSJ apresenta ativos de direito de uso e aqueles que anteriormente eram classificados como arrendamento mercantil a pagar, que não atendem a definição de propriedade para investimento em "Ativo imobilizado" e passivos de arrendamentos em "Arrendamentos por direito de uso". Arrendamentos a pagar no balanço patrimonial. Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor. A JSJ classifica seus arrendamentos operacionais de acordo com os critérios apresentados no CPC 02 (R2), IFRS 16 AS 17 (as como "não reconhecidos ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento exceda oitenta dias de 12 meses da data da aplicação local: "não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI)"; e "ativos e outros direitos de uso de mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação local"; e "ativos subsequentemente ao determinar o prazo do arrendamento. (ii) Como arrendador. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a JSJ aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a JSJ atua como arrendadora de bens, no início da operação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para cada ativo, cada arrendamento a JSJ usa uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes a propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro. Caso contrário, é um

é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Se um acordo contém componentes de arrendamento e não arrendamento, a JSJ aplica o CPC 47 (IFRS 5) para alocar a contraprestação no contrato. A JSJ aplica as requisições de desreconhecimento a redução ao valor recuperável do CPC 48 (IFRS 9) ao investimento líquido no arrendamento veja nota expozitiva 2.6. (i) A JSJ também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, ajustados no balanço do patrimônio líquido no arrendamento. A JSJ reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. **2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido ("IRPJ" e "CSLL")** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem as impostas corrente e diferido. O imposto sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela JSJ, nas apurações de imposto sobre a renda com relação às situações em que a apuração de imposto fiscal aplicável da margem é interpretada, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos por entidade contribuinte, no prazo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando as montantes antecipadamente pagas excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e disponível de compensar os passivos com os ativos fiscais e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferido são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem de reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na estrutura da transação, não afeta o resultado contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais diferidos temporários diferidos não utilizados na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros existam de prováveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias prováveis for suficiente para reconhecer imposto fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias, com base nos planos de negócios da JSJ. O imposto de renda e a contribuição social do exercício de renda e a contribuição social do exercício de renda são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável corrente da R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e considerado a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável corrente. Em uma combinação de negócios, a legislação tributária permite a dedutibilidade de ago e do valor justo do ativo líquido gerado na data de aquisição quando uma ação não-substancial é tomada após a aquisição, por exemplo, quando a JSJ faz uma incorporação ou outro tipo de negócios adquiridos e, portanto, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos.

Os métodos de data de aquisição. Neste sentido, para as empresas adquiridas que serão incorporadas pela JSJ, haverá a dedutibilidade da amortização e depreciação dos ativos adquiridos. (ii) Incrédulas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro. A JSJ aplica a interpretação recente CPC 22 (IFRS 23), que trata da compensação dos tributos sobre o lucro quando existir incerteza sobre a aceitabilidade de se o tratamento tributário. Caso a entidade conclua que não o provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade reflete o efeito da incerteza na demonstração do lucro tributável. **2.17 Subvenções para investimento** A JSJ efetua a apuração do ICMS através do método de crédito ou redução de acordo com o convênio ICMS 00/96. Os valores apurados no exercício são transferidos para a conta de reservas das subvenções para investimentos dentro da rubrica "Reservas de Lucros" de acordo com a Lei Nº 12.973/4 Art 30º § 4º. Adicionalmente, a controlada Quark Logística possui benefício tributário ao ICMS no estado de Goiás nomeado Log Product. A JSJ possui também o ICMS no transporte de acordo com a Lei Nº 2.973/4 Art 30º § 4º. Os valores apurados no exercício são transferidos para a conta de reservas de subvenções para investimentos dentro da rubrica "Reservas de Lucros". **2.18 Fornecedor** As contas a pagar aos fornecedores são abrangidas a pagar, por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.19 Empreitistas e financiamentos** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo líquido dos custos incorridos na transação e são subsequentemente mensurados pelo valor justo. Qualquer diferença entre os valores contábeis (prejuízo) dos custos da transação e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em curso, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos circulantes a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de adiar a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição contábil ou produção de um ativo qualificável que é um ativo que necessariamente gerará, um período de tempo substancial para ficar pronto para uso prático, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles vão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.20 Provisões** **2.20. Geral** Provisões são reconhecidas quando a JSJ tem uma obrigação presente legal ou não formalizada em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a JSJ espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer evento é apresentada na demonstração do resultado, líquida de quaisquer reembolsos. As provisões são mensuradas pelo valor presente de seus custos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, assumindo uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as variações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.20.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas** A JSJ é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são contabilizadas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para atender a uma obrigação. A obrigação é uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis e a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis e decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas a qualquer data para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, alterações, conclusões de inspeções fiscais ou negociações, adições identificadas com base em novos fatos ou decisões de tribunais. As mudanças das demandas judiciais são as seguintes: **2.20.3. Provisão para demandas judiciais e administrativas** A JSJ está envolvida em processos judiciais e administrativos com a JSJ, estão relacionadas principalmente a ações movidas restando indenizações por horas extras, horas em itinere, adicional de permanência de maioridade, acidentes de trabalho e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade solidária. **2.20.4. Provisão para danos ambientais** não movidas, individualmente, valores relevantes e estão reconhecidos principalmente a prazos de prescrição por acidente de trânsito, cujos pedidos correspondem a reparação de danos morais, estéticos e materiais. **2.20.5. Provisão para demandas tributárias** refere-se a processos administrativos movidos pela JSJ em questionamento das centas extras de entrega emitiadas em processos de fiscalização e questionar a legitimidade de cobrança de certos tributos. **2.21 Receitas de contratos com clientes** A receita é mensurada com base na contraprestação esperada no contrato com o cliente. A JSJ reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. A receita é apresentada líquida dos impostos, das deduções dos abatimentos e dos descontos, bem como das alterações das vendas entre empresas do Grupo. As alterações sobre a natureza e o época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo. **2.21.1 Receita de serviços dedicados e cargas gerais** **a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativas** - Serviços operacionais de forma integrada e customizada para cada cliente, que incluem a gestão do fluxo de materiais/materiais-primas e intermediários da fonte produtora até a entrada da fábrica (Operações inbound), o fluxo de saída do produto acabado da fábrica até a porta de consumo (Operações outbound) e a movimentação de produtos e geração de estoques internos, logística reversa e armazenagem. Serviços de escoamento de produtos no sistema "porto A" para "porto B" por meio de veículos carga completa. Full Truck Load, e são laborados de acordo com o contrato com cada cliente. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 (IFRS 15)** A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita é ser reconhecida é avaliado com base em avaliação de progresso do trabalho realizado. **2.21.2 Receita de venda de ativos desmobilizados** **a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativas** Após o término do contrato de locação com seus clientes a JSJ desmobiliza e vende os veículos, máquinas e equipamentos por meio das lojas de seminovos e rede concessionárias da JSJ. Os clientes podem controlar dos veículos, máquinas e equipamentos desmobilizados quando os produtos são entregues. As lojas são abertas nas seguintes condições e são liquidadas por meio de débito em conta, cheque e cartão de crédito. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 (IFRS 15)** A receita de veículos, máquinas e equipamentos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e os custos operacionais são cobrados. **2.21.3 Receita de locação** **a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativas** Locação de veículos para gestão, manutenção de frota. As tarifas para locação são emitidas no mês subsequente à locação. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 06 (R2) (IFRS 16)** - A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização dos veículos. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente. **2.21.4 Receita de transporte de passageiros** **a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativas** - Serviços de transporte de passageiros para empresas privadas (particular). O serviço ocorre no momento em que a frota é disponibilizada para as empresas e é laborado de acordo com o contrato com cada cliente. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 (IFRS 15)** A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base na utilização do transporte pelos colaboradores das empresas privadas. **2.21.5 Receita financeira** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos (perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao custo justo por meio de outros resultados abrangentes é calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva e reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos a perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos a perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro após a dedução da provisão para perdas. **2.21.6. Receita de dividendos** Os dividendos são

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (RESUMIDAS) – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

recebidos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os dividendos são reconhecidos como juros recebidos no resultado quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

2.22. Benefícios a empregados

2.22.1 Benefícios de curto prazo – Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a JSL tenha uma obrigação presente, legal ou construtiva, de pagar essas montantes em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.22.2 Transações com pagamentos baseados em ações – O valor justo na data de entrega dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual, neste e a expectativa de que as condições de serviços e de desempenho serão atendidas de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam as condições de serviços e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Na data de cada balanço, o Grupo revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, concordando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. O Grupo reconhece o impacto da revisão das estimativas futuras, se houver na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido.

2.23. Capital social

2.23.1 Ações ordinárias – Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como reduções do patrimônio líquido. Efeitos de impactos relacionados aos custos de despesas transações estão contabilizados conforme CPC 32 – AS 2 – Tributos sobre o lucro.

2.23.2 Recompra e/ou cancelamento de ações (ações em tesouraria) – Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis à reconhecida como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas a valor recebido e reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação apresentada como reserva de capital. No eventual cancelamento a redução é reconhecida em contrapartida do capital social.

2.23.3 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio – A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao longo de exercício, com base no estatuto da JSL e da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatoriamente provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o *benefício fiscal* dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação destas demonstrações financeiras à Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da JSL e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As alterações são reconhecidas prospectivamente.

3.1 Julgamentos – As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Receitas de contrato com clientes se a receita de venda de ativos demonstrados e prestação de serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico de tempo; nota explicativa 2.21.2 (b); b) Incertezas sobre premissas e estimativas – As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos dados contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Imposto de renda e contribuição social devidos – reconhecimento de ativos fiscais devidos; b) Descontos de lucros tributáveis futuros devido a qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; e c) Descontos de amortização e depreciação dos ativos adquiridos para os quais a Companhia tem a expectativa de recuperar as perdas jurídicas; b); c) Improbabilidade de valor residual e da vida útil; d) Ativo imobilizado depreciado para venda – definição do valor residual; e) Perdas por redução ao valor recuperáveis de ativos intangíveis – teste de redução ao valor recuperáveis de ativos intangíveis e ativo principal premissas em relação aos valores recuperáveis; e) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais; principais premissas na determinação da taxa média ponderada da perda; f) Arrendamento – taxa imputada de financiamento e períodos de contrato; g) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecidas e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; h) Instrumentos financeiros derivativos – determinação dos valores justos; e i) Aquisição de controladas pagas – compra variável – valor justo da consideração transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Alteração ao IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” emitida em maio de 2020 com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade por eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *warrant* ou *put* da contraparte). As alterações também esclarecem o que se refere “liquidação” de um passivo a luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 1 a IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contábeis em fevereiro de 2021 – O IASB emitiu nova alteração ao IAS sobre divulgação de políticas contábeis “materiais” ao invés de políticas contábeis “significativas”. As alterações definem o que é “informação de política contábil material” e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de políticas contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devam obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração o IASB também alterou a IFRS Practice Statement 2 (*Making Materiality Judgements*) para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – a alteração emitida em fevereiro de 2021 estabelece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis com base de mudanças nas estimativas contábeis: uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12 – Tributos sobre o Lucro – a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais às diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, mas nominalmente não aplica a transações de arrendamentos (ativos de crédito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descominamento e restauração, como o tempo e energia de reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos associados. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações FRIC que ainda não poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da JSL.

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os resultados por segmento, considerando os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Assim, a Companhia e suas controladas operam em segmento de negócios único – a Operação Logística. Refere-se às posições patrimoniais e de resultado de todos os ativos provenientes dos impactos operacionais e financeiros das operações de logística. As informações por segmento são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido ao principal fornecedor de decisões operacionais, que é responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho, pela tomada das decisões estratégicas. O desempenho é avaliado com base em indicadores como receita líquida, EBIT, EBITDA e lucro líquido. As informações por segmento para exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão apresentadas a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
Receita bruta de prestação de serviços e locação de veículos, máquinas e equipamentos	9.384.409	9.004.439
Receita bruta de prestação de serviços, locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	9.384.409	9.004.439
Receita líquida de prestação de serviços e locação de veículos, máquinas e equipamentos	6.722.475	6.395.971
Receita líquida de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	4.110	696.296
Custo de prestação de serviços e locação de veículos, máquinas e equipamentos	(3.946.424)	(3.946.424)
Custo de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	(4.110)	(696.296)
Lucro bruto	2.441.951	2.449.552
Despesas comerciais	(3.946.424)	(3.946.424)
Despesas administrativas	(3.946.424)	(3.946.424)
(Provisão) reversão da perda esperada (<i>impairment</i>) de contas a receber	4.242	4.242
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3.946.424)	(3.946.424)
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos	2.441.951	2.449.552
Resultado financeiro líquido	(90.37)	(22.774)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	2.351.574	2.426.778
Taxa de imposto de renda e da contribuição social	94.84	22.774
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	2.256.730	2.404.004

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Antônio Simões

Denys Marc Ferraz
Conselheiro

Gilberto Mendes Xandó Baptista

Antônio da Silva Barreto Júnior

Sylvia de Souza Leão Wanderley
Conselheira Independente

DIRETORIA EXECUTIVA

Ramon Perez Martinez Garcia de Alcaraz
Diretor Presidente

Guilherme de Andrade Fonseca Sampaio
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Antônia da Silva Barreto Junior
Diretor

Eduardo Pereira
Diretor

Samir Moraes Gilo Ferreira

Martinele Aparecida do Nascimento – Controladora – C.R.C. 1SP.245960-0-4

Abaixo desse segmento estrutural, temos as divisões/áreas de serviços de negócios de logística: a saber: • Distribuição urbana. Opera com carga seca, refrigerada ou congelada com controle de temperatura online e reatua saídas e retornos da/para armazéns operados ou não pela JSL ou outro da indústria para o varejo. A distribuição urbana está diretamente conectada com a performance do consumidor. Baseado no segmento B2B e o que pode ser considerado B2C, que é a entrega em pontos que serão base para distribuição para o consumidor final. A Companhia possui operações de distribuição urbanos principalmente nos setores de Alimentos e Bebidas e Bens de Consumo. • Operações logísticas. Tem por característica operação em circuito fechado como parte do processo produtivo do cliente com alto nível de especialização e customização e alto grau de integração tecnológica e monitoramento. Os contratos nessas segmentos têm prazos de 3 a 5 anos e envolvem ativos próprios e aluguel de movimentamento em tempo real, logística de commodities e estudos e dimensionamento das atividades para a identificação das melhores opções para os clientes: carregamento de matéria-prima e de produtos, abastecimento da matéria-prima, esvaziamento de produtos acabados, movimentação interna e em área portuária, manutenção de estradas, gestão de resíduos e descarga de resíduos. O segmento inclui ainda o frete interno e locação de mão-de-obra para transporte de funcionários dos clientes e a logística interna no âmbito do cliente, que compreende um vasto leque de serviços customizados para cada operação e consistentes na movimentação de matéria-prima, produtos e abastecimento de insumos de montagem. Os volumes de serviços de operações dedicadas têm relação com a performance das commodities e da atividade industrial do País, e tem como principais setores de atuação papel e celulose e mineração. • Serviços de armazenagem. Gestão de armazéns dedicados e multitenente realizando o recebimento, armazenagem seco, refrigerada e congelado, armazenamento e abastecimento de linha de produção e fornecimento de embalagens e embalagens com sistemas de vendas do cliente controlada a JSL para entrega em até 24h quando nos casos se conectando ao serviço de distribuição urbana. Os serviços de armazenagem estão também conectados com a atividade industrial, o consumo e os setores macroeconômicos uma vez que sinalizam a necessidade de expansão da oferta de armazéns em locais, desarmazéns para distribuição. Os principais setores atendidos pelo segmento são Bens de Consumo e Alimentos e Bebidas. • Transporte de cargas. Compreende o deslocamento por meio do modo rodoviário de insumos ou produtos acabados, inclusive veículos novos, da ponta de fornecimento ao seu destino final ou seja, o escoamento de produtos pelo sistema por via aérea através da modalidade de carga completa. O transporte de cargas possui um vínculo com a performance do consumo e movimentação de mercadorias no País para consumo interno ou exportação. Os principais setores atendidos pelo transporte de cargas são Alimentos e Bebidas, Automotivo e Bens de Consumo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não temos nenhum cliente com receita individualmente superior a 10% da receita líquida de serviços. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, havia um cliente com receita individualmente maior que 0%, correspondente a 0,4% da receita líquida de serviços, ou R\$ 512 milhões.

6. CAPITAL SOCIAL

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 842.781 (ou R\$ 800.988 se (quando do custo de emissão de ações). As ações são todas ordinais, nominativas sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de setembro de 2021 foi aprovado o aumento de capital da Companhia decorrente da incorporação dos 25% restantes de Ações da Fades Holding S.A. no montante de R\$ 39.458 (trinta e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil) mediante emissão de 440.300 (seis milhões, quatrocentos e quarenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando, portanto, o capital social da Companhia a ser composto por 286.431.078 (duzentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e uma mil, setenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia, integralmente realizado, está dividido em 286.431.078 ações ordinárias (mesma quantidade em 31 de dezembro de 2021) sem valor nominal, sendo 1.994.072 ações em tesouraria e 1.763.235 em 31 de dezembro de 2021, sem direito a voto. A composição do capital social em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	31 de dezembro de 2022	(%)	31 de dezembro de 2021
Quantidade de ações			
Acionistas			
Simpá, S.A.	2.438.424		2.438.424
JSP Holding S.A.	206.032.38		206.032.38
Fernando Antônio Simões	7.450.300		7.450.300
Outros membros da família Simões	1.071.443		1.071.443
	286.992.575		286.992.575
Reserva			
Ações em tesouraria	63.191.829	22,06%	63.395.373
Ações em circulação, negociadas em bolsa	223.800.746	77,94%	223.597.202
Total	286.992.575	100,0%	286.992.575

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até R\$ 2.000.000, excluídas as ações emitidas independentemente de forma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem compete estabelecer as condições de emissão, incluindo prazo, prazo e forma de sua integralização e aprovação do Conselho Fiscal.

6.1 Reservas de lucros:

a) Distribuição de dividendos – Conforme o Estatuto Social da Companhia, os seus acionistas possuem direito a dividendo mínimo obrigatório anual de 25%, sobre lucro líquido do exercício, ajustado para 1,5% da reserva legal sobre o lucro líquido do exercício. A importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela de lucro líquido também poderá ser retida com base em um orçamento de capital de uma reserva de lucros estatutária denominada “reserva de investimentos”. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os cálculos e as movimentações dos dividendos e juros sobre capital próprio estão demonstrados a seguir:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	2.256.730	2.404.004
Lucro líquido, base para proposição de reservas legais	2.256.730	2.404.004
Reserva legal (5%)	112.836	120.200
Reserva de subvenções governamentais – Crédito Presumido ICMS	112.836	120.200
Reserva de subvenções governamentais – Isenção Transportes Logísticos	112.836	120.200
Lucro líquido do exercício, base para proposição de dividendos	2.031.058	2.163.604
Dividendos mínimos (25%)	507.764	540.901
Dividendos a pagar	507.764	540.901
Dividendos a distribuir	507.764	540.901
Total dividendos e juros sobre capital próprio propostos/distribuídos	507.764	540.901
Juros sobre capital próprio declarados	507.764	540.901
Juros sobre capital próprio distribuídos, líquidos	507.764	540.901
Dividendos a distribuir	507.764	540.901
Total dividendos e juros sobre capital próprio propostos/distribuídos	507.764	540.901
Parcela sobre o lucro líquido do exercício deduzida da reserva legal	1.523.266	1.863.103
Dividendos e juros sobre capital próprio bruto por ação, líquido das ações em tesouraria no final do exercício (em R\$)	0,2351	0,2259
As movimentações dos saldos de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstradas a seguir:		

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	507.764	540.901
Juros sobre capital próprio declarados	507.764	540.901
Imposto de renda retido na fonte	(507.764)	(540.901)
Juros sobre capital próprio pagos	(507.764)	(540.901)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	507.764	540.901
Dividendos adicionais declarados (1)	507.764	540.901
Juros sobre capital próprio declarados	507.764	540.901
Imposto de renda retido na fonte	(507.764)	(540.901)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	507.764	540.901

1) Foi aprovada em Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2022 a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia na data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, em linha com a aprovação do Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2022 pelo montante de R\$ 26.035, como dividendo adicional.

7. EVENTOS SUBSEQUENTES

Foram efetuadas captações de FINEME Direto junto ao B4DES nas linhas já contratadas no valor de R\$ 22.638 em 26 de janeiro de 2023 pela JSL S.A. e R\$ 25.394 em 06 de fevereiro de 2023 pela Fades Transportes e Logística Ltda.

JSL S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizada

CNPJ/MF nº 52.548.435/0001-79 NIRE 35.3.0036268-3

PARERE DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da JSL S.A. (“Companhia”), em reunião realizada em 14 de fevereiro de 2023, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas todos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., sem ressalvas, e tendo encontrado as documentos em conformidade com as prescrições legais aplicáveis, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (1)

Aos Administradores e Acionistas

JSL S.A.

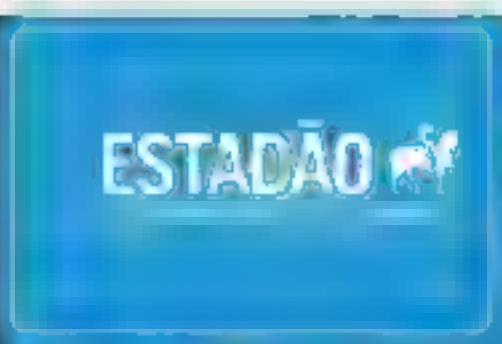
(1) Ressalta-se que o relatório do auditor independente resumido foi elaborado a partir do relatório do auditor independente completo, que está devidamente divulgado em endereço eletrônico que se encontra referenciado após a postagem da administração dessa publicação resumida.

Tipo de Opinião

São Paulo, 14 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000/6040-5

Diogo Marcos de Carvalho
Fundador



A ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA – ASF torna pública a PUBLICAÇÃO do processo para a SELEÇÃO DE FORNECEDORES na modalidade COLETA DE PREÇOS nº 003/2023. Processo nº 007/2023, que objetiva a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS PARA ADEQUAÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA DA UNIDADE DE SAÚDE VILA ESPANHOLA, GERENCIADA PELA ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA. O edital na íntegra poderá ser consultado e extraído no site da ASF www.asf.org.br. Informações no endereço eletrônico: selecaoedemecadporsuadefamilia.jsl.org e/ou por telefone 3154-7050. Data da Sessão Pública por videoconferência: 28/02/2023 às 10h00. Local da entrega dos envelopes: Associação Saúde da Família, Praça Mal. Cordeiro de Farias, 65 – Higienópolis – São Paulo – SP.

SESI
AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Social da Indústria (SEI-SP) comunica a abertura da licitação

PREÇO ELETROÔNICO Nº 25/4.2022

Objeto: Aquisição de produtos químicos para piscinas

Retirada do edital: a partir de 15 de fevereiro de 2023, através do portal www.sesip.org.br, opção LICITAÇÕES

Sessão de disputa de preços (físicas), 9 de março de 2023, às 14h00, exclusivamente pela internet, no endereço www.b3.com.br

Jose Mauricio Machline
Criador do Prêmio da Música Brasileira

‘Novo prêmio será uma plataforma ligada ao mercado’

Batalhador pela música do País relança disputa criada em 1987 e aposta em ‘legado’ da nova geração

CENÁRIOS

SOMIA RACY

Foi em 1987 que o empresário Jose Mauricio Machline, apaixonado por música, diretor executivo da Sharp, criou o Prêmio Sharp de Música. Ao longo dessas décadas de três décadas, a ideia cresceu, mudou de nome e de patrocinadores e se tornou o respeitado Prêmio da Música Brasileira. Neste início de 2023, superada a fase pior da pandemia, a premiação volta à vida – mas “Ze Machline”, como os amigos o conhecem, quer ampliar o projeto. “Não será só uma premiação”, explica nesta conversa com Cenários. “Será uma plataforma de música que está sendo levada ao mercado.” Em maio deste ano, o prêmio volta com nova roupagem, em parceria com Heloisa Guarita, criada da consultoria NutriRG, focando em trazer o prêmio de modo que ela repercute durante o ano inteiro. Já aparecem interessados, avisa o idealizador do prêmio. Tanto em aporte de capital como em patrocínio. Lei Rouanet? “Foi banalizada de maneira satânica”, acusa, referindo-se ao governo anterior

“É difícil dizer”, adverte, “que a cultura esteja sendo bem atendida”. Ze Mauricio espera “que os novos ventos a posham num patamar de dignidade”. A seguir, principais trechos da entrevista.

Você foi diretor executivo da Sharp, com uma carreira empresarial pela frente. O que o fez mudar-se para o ramo da música?
Na Sharp fui diretor, vice-presidente e presidente e me dei conta de que havia outras ofertas no mercado. Resolvi sair, vendi minha parte e me dediquei para a música, atividade que eu já exercia na empresa. Fazíamos o Prêmio Sharp de Música e percebi que aquilo não era uma coisa da Sharp, mas sim da cultura brasileira. E nesses 30 anos vivi ligado à música, em programas de TV, discos, shows.

O mundo da música é mais leve, lúdico, e o empresarial, mais pesado. Como foi essa sua passagem?
Qualquer coisa que você se dedica, seja música, matemática, biologia, cultura, você tem de ser apaixonado por ela. Se conseguir conciliar seu gosto com o seu interesse, há muitas possibilidades. Música e cultura são, de fato, lúdicas, mas são atividades comerciais como qualquer outra. Juntar o trabalho e a paixão é o ideal em qualquer mundo.

Você vai retomar o prêmio? Como vê, nisso tudo, o papel da Lei Rouanet?
Apuramos nos tempos, os produtores culturais, de maneira pesada. A cultura tentou se adaptar aos meios da internet, muita gente conseguiu fazer alguma coisa. Agora, com esse retorno da, estamos pensando num prêmio bem diferente. Uma nova sociedade, as nossas ideias, a Heloisa Guarita, da consultoria NutriRG, trouxe uma ideia diferente sobre o prêmio, uma coisa maior. Não é só uma premiação, é uma plataforma de música que está sendo levada ao mercado. Já temos interessados para aporte de capital e patrocínio. Quanto à Lei Rouanet, ela foi banalizada e desconstruída de uma maneira satânica e irreal. Entendo que ela poderia sofrer adaptações normais de mercado. Mas neste momento atual, de muita coisa, podem vir novas leis que façam o fomento, de fato, do mercado cultural brasileiro.

Você vê alguma possibilidade de a música brasileira ter mais espaço lá fora do que tem hoje?
Talvez. A gente é forte no que diz respeito às commodities: agricultura, pecuária. Há um bom tempo falei com o Persio Arida, disse que o que abriu as portas do comércio brasileiro como um todo foi a manifesta-

ção cultural. Nossa musicalidade é forte. Estou falando de Carmen Miranda, Dorival Caymmi. Temos uma capacidade de abrir um mercado para o Brasil em intensas relações. **A música brasileira tem evoluído mas nós continuamos apaixonados por Chico Buarque, Cactano, Gal Costa, que nos deixou há pouco, Bethânia. O que diz da evolução dos nossos artistas?** Há pouco tempo, numa vertente do Grammy, uma premiação voltada ao Brasil, se você visse o

Desconstrução
‘A Lei Rouanet foi banalizada e desconstruída de maneira satânica’
numero de artistas brasileiros ali presentes, jovens, sendo reconhecidos por uma multidão. Lúcia Souza, Liniker, Bala Desejo – nomes que não fazem parte da nossa mídia. Estou falando com certeza desses nomes vão deixar um legado cultural, musical e poético para toda uma geração. Eu acho que nossa música está num momento absolutamente rico, em todas as

Como é montado o prêmio

que vocês promovem?
O Prêmio da Música Brasileira tem um conselho diretor que cuida das regras anuais e vê como a música deve ser avaliada. São 11 membros, entre eles nomes como Gil, Ney Matogrosso, João Bosco, Emicida. Decidem as regras e indicam os jurados. Temos uma força de trabalho, pesquisadores espalhados pelo País. Hoje a forma de lançamento se popularizou muito – e temos de tirar as dessas sonoridades. Este ano estamos com um recorde dos recortes, mais de 6 mil artistas para os jurados ouvirem.

Você fala de coisas atraentes, como música, mas vivemos em tempos conturbados. Que mensagem você deixaria aos leitores?
Daria que o mundo está hoje passando por uma fase esquisita, no que diz respeito à solidariedade e ao olhar de uma pessoa para outra. E, para romper essa escuridão, a saída que vejo é suprir a comunidade valorizando o ser humano. Entender que cada um tem a sua dificuldade, sua tendência. Saber que ser diferente não significa ser melhor nem pior, mas apenas isso, ser diferente. ■

NA WEB
www.estado.com.br



Novos nomes da música, diz Machline, ‘vão deixar um legado cultural e poético para toda uma geração’

O MUNDO É SEU. O CÂMBIO É SAFRA.

Com o Câmbio Turismo Safra, você ganha mais comodidade.

Compra direta
pe o WhatsApp.

Para todos: correntistas
e não correntistas.

20 tipos de moeda
a pronta-entrega

Acesso à Sala VIP
Espaço Banco Safra.

Examine e
faça uma cotação.



180
ANOS



Safra



Telefonia Reação a novo pedido

Bancos dizem que recuperação da Oi não acabou e contestam nova tutela

‘Não é um tiquete de loteria’, dizem representantes do Bradesco em ação contra proteção à operadora; questionamento começou com BB, Caixa e Banco do Nordeste

CIRCE BONATELLI

A Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, logo seguidos pelo Bradesco, apelaram contra a decisão da Justiça que suspendeu, neste mês, a obrigação de a Oi cumprir seus compromissos com os credores. E mais: alegaram que a recuperação judicial anterior da companhia ainda não acabou.

O instrumento que é alvo de questionamento pelos bancos é a chamada “tutela de urgência”, que funciona como uma proteção temporária a companhia, livrando-a de pagar dívidas e sofrer execuções pelo prazo de 30 dias para que possa negociar com os credores uma flexibilização nas condições de quitação.

A medida, a mesma recentemente adotada pela Américas, é considerada uma preparação para a recuperação judicial de fato. Se não houver acordo com os credores, resta às empresas apenas pedir a formalização da recuperação judicial.

No caso da Oi, a situação é mais complexa do que a da varejista porque a operadora recebeu, em dezembro, a sentença de encerramento de seu primeiro processo de recuperação, iniciado em 2016. O despacho foi conferido pelo juiz Fernando Viana, da 7.^a Vara Empresarial do Rio de Janeiro.

DECISÃO CONTESTÁVEL. O fato de o processo ainda não ter transitado em julgado deu munição aos bancos para a ofensiva contra a concessão da tutela de urgência neste mês. Os três bancos controlados pela União protocolaram as suas contestações na sexta-feira passada.

O Bradesco engrossou o coro. “A norma é clara: a recuperação judicial não é um tiquete de loteria que pode ser utilizado sucessivamente pelo empresário em crise, mas um remédio destinado àqueles que efetivamente possuem viabilidade econômica e competência suficiente para exploração da atividade econômica”, afirmaram os representantes do banco privado.

Endividada

R\$ 65 bilhões

era o volume de dívidas da Oi em 2016, no início da recuperação judicial dada como concluída pela empresa em 15 de dezembro passado, após a venda da Oi Móvel e a decisão de focar em fibra óptica

R\$ 35 bilhões é

a dívida da companhia no momento em que encaminha um pedido de nova recuperação judicial, sendo R\$ 29,7 bilhões a dívida financeira

A peça do Bradesco é escrita pelos advogados dos escritórios Machado Meyer e SOB.

O motivo alegado para derrubar a tutela de urgência e impedir novo processo de recuperação é que uma eventual nova petição só pode ser deferida passa-

dos cinco anos desde que a última recuperação foi concedida.

A Oi começou a contar esse prazo a partir da homologação do primeiro plano de recuperação aprovado pelos credores, em 5 de fevereiro de 2018. Pelas contas dos representantes do Bradesco, porém, o prazo ainda não foi atingido porque deveria começar a contar a partir da homologação do aditivo ao plano, em 5 de outubro de 2020.

Os advogados da Caixa, do BB e do BNB afirmaram que a recuperação judicial está ainda em curso e lembraram que há recursos pendentes de apreciação pelo juiz. “A recuperação judicial VIGENTE (escrita de propósito em letras maiúsculas) é processo não encerrado, dada a ausência de trânsito em julgado da sentença”, descreveram os advogados do BB.

Com isso, os bancos argumentaram que a tutela de urgência suspendendo as obrigações da Oi não poderia ter sido concedida porque isso representa uma alteração do plano de recuperação aprovado pelos

credores em assembleia e que continua em andamento.

NOVA RECUPERAÇÃO As instituições financeiras defenderam, de antemão, que seja negado à Oi o direito de entrar novamente em recuperação judicial porque, na visão dos credores, a empresa ainda não concluiu o processo anterior.

Caixa, BB e BNB procuraram rebater os argumentos da tese de que seus negócios haviam sido afetados pela situação da economia brasileira - com altas da inflação e dos juros, bem como desvalorização do real - aumentando o custo da dívida e sufocando suas condições de pagamento. Os representantes da Caixa lembraram que a própria Oi apresentou a Justiça um laudo atestando sua capacidade de arcar com o pagamento de dívidas nos três anos seguintes. O documento remonta a agosto de 2022 e foi elaborado pela consultoria Luck.

A Oi foi procurada, mas afirmou que não irá comentar a contestação dos bancos. ■

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 011/2023 - CSU-EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 172.044/2022 - EMSERH

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de aquisição de materiais médicos hospitalares, tais como: aventais, bisturis, equipamentos e outros, para atender as necessidades das Unidades Hospitalares administradas pelo EMSERH.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

DATA DA SESSÃO: 03/03/2023, às 9h, horário de Brasília

MOTIVO: Erro no Edital

ID Nº: 980543

Local de Realização: Sistema Licitação-e (www.licitacoes-e.com.br)

Edital e demais informações estão disponíveis em www.emserh.ma.gov.br e www.licitacoes-e.com.br

Atenção: Os interessados em participar da Licitação devem acessar o sistema de licitação no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br e-mail: csu-emserh@igmail.com ou pelo telefone: (11) 3235-7319

São Luís (MA), 09 de fevereiro de 2023

Fernando Wysses Figueira da Conceição
Agente de Licitação da CSU-EMSERH

PREFEITURA DO CAMPUS USP DA CAPITAL - PUSP-C
CNPJ: 63.025.530/0002-95

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos de informática.

Valor estimado do contrato de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Local de Realização: Sistema Licitação-e (www.licitacoes-e.com.br)

Edital e demais informações estão disponíveis em www.usp.br e www.licitacoes-e.com.br

Atenção: Os interessados em participar da Licitação devem acessar o sistema de licitação no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br e-mail: licitacao@usp.br ou pelo telefone: (11) 3091-4859 e também no site www.usp.br - Terça-Feira, 14 de fevereiro de 2023

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA ANALÍTICA
CURSO DE FORMAÇÃO DE ANALISTAS JUNGUINOS PARA NÃO-RESIDENTES EM SÃO PAULO

EDITAL Nº 01/2023-SBPA de 15 de fevereiro de 2023

A Presidência da Comissão de Seleção, no âmbito de suas atribuições regimentais e atendendo o Edital nº 01/2023-SBPA, torna público o seguinte:

Formação de Analistas para não-residentes em São Paulo da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica (SBPA), destinada a médicos e psicólogos.

Atenção: O curso destinado para candidatos não-residentes em São Paulo, não poderão se inscrever para o curso, pois o mesmo é destinado para residentes em São Paulo. As inscrições estarão abertas a partir de 15/02/2023 até 28/02/2023.

Todas as informações estão à disposição da Secretária da SBPA, Rua Dr. Faquir 83, Paragó 10, 11.250-4859 e também no site www.sbpapsi.org.br, Terça-Feira, 14 de fevereiro de 2023

CERTAJA **LEILÃO DE COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA Nº 01/2023**
CADASTRO PARA ACESSO AO EDITAL

Informamos que a COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA TAQUARI JACUI, inscrita no CNPJ nº 06.019.922/0001-29, promoverá um leilão eletrônico para compra de energia. O presente leilão será realizado de forma a assegurar a publicidade, transparência e igualdade de oportunidades aos interessados em obter energia elétrica conforme a legislação aplicável no Decreto 5.163 de 30 de junho de 2004 e outras regulamentações do setor elétrico brasileiro.

As interessadas em acessar o edital e documentos referentes ao leilão de Compra de Energia Elétrica nº 01/2023 da CERTAJA, enviar até às 17h de 10/03/2023, as seguintes dados para cadastro na plataforma:

- CNPJ;
- Razão Social;
- E-mail;
- Endereço;
- Nome do Contato;

Os dados acima solicitados deverão ser encaminhados por E-mail para o endereço leilao0123@certaja.com.br e pelo telefone: (11) 3235-7319.

Atenção! Após o envio do e-mail, os dados para acesso serão enviados em até 48h úteis, desde que o e-mail contenha todos as informações solicitadas.

Datas Importantes:

Cadastro das empresas: de 10/03/2023 às às 17h de 10/03/2023.

Envio do documento para habilitação dos interessados: até às 17h de 12/03/2023.

Comunicação dos proponentes (habilitados): até às 20h de 22/03/2023 - Simulado de 9h às 10h de 23/03/2023.

Leilão: A partir das 10h30 de 23/03/2023.

Após realizar seu login de acesso, as empresas cadastradas podem realizar acesso na plataforma para fazer acesso ao edital.

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 063/2023 - CSU-EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 127.729/2022 - EMSERH

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na prestação de Serviços Laboratoriais em Análises Clínicas para atender as necessidades do Hospital Geral de Barreirinhas, Hospital de Ilhéus e Hospital José Ferreira dos Reis.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

DATA DA ABERTURA: 17/03/2023, às 9h, horário de Brasília

Local de Realização: Sistema Licitação-e (www.licitacoes-e.com.br)

Edital e demais informações estão disponíveis em www.emserh.ma.gov.br e www.licitacoes-e.com.br

Atenção: Os interessados em participar da Licitação devem acessar o sistema de licitação no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br e-mail: csu-emserh@igmail.com ou pelo telefone: (11) 3235-7319

São Luís (MA), 10 de fevereiro de 2023

Fernando Wysses Figueira da Conceição
Agente de Licitação da CSU-EMSERH





► [Download your copy of the report now](#)

	2022		2021	
Participação financeira	-	-	5.073.841	2.077.107
Capital social, reservas e lucros acumulados	-	-	(3.286.152)	2.581.50
Lucro líquido	-	-	657.680	583.20
Reserva de capitalização	-	-	-	-
Reserva de capitalização	-	-	(502.082)	(521.040)
Reserva de capitalização	(22.80)	(15.354)	(112.011)	(173.040)
Reserva de capitalização	60.336	38.653	-	-
Capitalização de capitalização	4.072	4.072	4.116	27.040
Capitalização de capitalização	42.780	38.125	61.733	53.107
Capitalização de capitalização	-	4	30.388	22.706
Capitalização de capitalização	(102)	11.321	(57.211)	(38.079)
Capitalização de capitalização	42.508	27.067	63.510	37.181
Capitalização de capitalização	-	-	(28.822)	(171.040)
Capitalização de capitalização	(1.208)	2.91	7.388	3.77
Capitalização de capitalização	41.300	30.168	42.476	30.388
Capitalização de capitalização	-	-	41.300	30.388
Capitalização de capitalização	-	-	1.176	-
Capitalização de capitalização	-	-	42.476	30.388
Capitalização de capitalização	-	-	6.050	6.050

	Controladora	Controladora	Controladora	Controladora
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido ajustado	41.300	30.198	42.476	30.198
Contribuição financeira abrangente				
Reversão de ajuste de valor de mercado	41.300	30.198	42.476	30.198
Participação de investidor em controlada			41.300	30.198
Participação de investidor em controlada			1.176	
Participação de investidor em controlada			42.476	30.198

Distribuição dos Riscos de Crédito				
	Controladora		Controlado	
	2002	2001	2002	2001
Fatores de risco das atividades operacionais				
Risco operacional de crédito	4.300	30.058	42.476	30.058
Ativos para os quais o risco de crédito não é uma medida apropriada				
relacionado com a atividade operacional				
Distribuição de risco crédito	2002	2001	13.718	65.821
Risco de crédito relacionado a investimentos	-	-	12.803	670
			17.178	-
			206	14.211
			2.618	4.441

	1976	1977	1978	1979
Equivalência patrimonial	(60.338)	(39.010)	71.830	-
Imposto de renda e contribuições sociais devidas	1.298	(2.01)	(6.830)	3.770
Resíduo patrimonial não a favor operacionais	(2.003)	-	(83.060)	(20.290)
Contribuição recebida	(48)	-	(27.337)	(20.740)
Exatidão da demonstração	(80)	(780)	13.304	(18.270)
Outras alterações	6	24	(8.833)	(0.330)
Ajustamento de demonstrações	-	301	(108)	351
Dados de fechamento	-	-	(8.031)	(11.50)
Formação de reservas	(338)	219	83.700	35.828
Outras alterações patrimoniais	94	2.327	0.222	4.706
Imposto de renda	(40)	131	24.518	10.05
	-	-	(1.77)	1.038
	(4.26)	(1.130)	(8.078)	- 4.08
Reserva de lucros	(11.505)	10.270	213.250	77.00
	-	-	(23.008)	(25.500)

[illegible]

Yaguer da Silva, Benedito - CRCPA (Nº 7521)

圖 4

transmissão Técnica NBC TG 00 - Condições, no anexo Adicional. Em nome da Companhia, a quem se atribui a responsabilidade técnica, assinamos:

Respostas individuais da literatura da governança para demonstrar que um
campo individual e consolidado é

quando se discute os direitos das minorias, há uma contradição evidente: o que os grupos minoritários não aceitam é que o governo não os reconheça, e eles mesmos não aceitam que o governo não os reconheça. É uma situação de impasse, porque se o governo não os reconhece, eles não podem fazer nada, e se eles não aceitam que o governo não os reconheça, eles não podem fazer nada. É uma situação de impasse, porque se o governo não os reconhece, eles não podem fazer nada, e se eles não aceitam que o governo não os reconheça, eles não podem fazer nada.

[illegible]

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000 1001 1002 1003 1004 1005 1006 1007 1008 1009 1010 1011 1012 1013 1014 1015 1016 1017 1018 1019 1020 1021 1022 1023 1024 1025 1026 1027 1028 1029 1030 1031 1032 1033 1034 1035 1036 1037 1038 1039 104

ERNST & YOUNG Auditors independent firm S/S Ltd

DEBIA FROUFE, CARCE BOMATELLI E YALIAN MAGOM
GABRIEL BALDOCCI (edição)
NOTÍCIAS DE ECONOMIA E NEGÓCIOS
COLUNISTA S. ADRIANO ESTANISLAU



Coluna do Broadcast

Governo quer mostrar que reforma tem apoio em ‘jantar tributário’ com PIB

Na semana em que os temas econômicos ferveram – com o teste de fogo do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, no programa “Roda Viva” e os avanços na MP do “voto de qualidade” do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) –, o foco econômico se deslocará hoje para o jantar do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com parte do PIB para tratar de reforma tributária. O “jantar tributário” ocorrerá no Lago Sul, área nobre da capital federal. Há um limite de 50 convidados, e pelo menos 35 já estão confirmados pelo grupo Esfera Brasil, que está organizando o evento. Entre eles, Rubens Ometto (Cosan), Luiz Carlos Trabuco (Bradesco), André Esteves (BTG Pactual) e Abilio Diniz (Península), entre outros.

Lira alertou que reforma será a ‘possível’

Uma prévia do que promete ser o jantar ocorreu no início do mês. Membros do Esfera Brasil se reuniram com o recém-reeleito presidente da Câmara, Arthur Lira, e o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin. Haddad não estava. Foi quando Lira disse que o Congresso faria a reforma “possível”.

Governo quer acelerar tramitação

Os empresários não serão uma barreira à aprovação do projeto tocado pelo secretário extraordinário da Fazenda, Bernard Appy. Mas há a avaliação de que é positivo para o andamento no Congresso deixar claro o apoio que o governo tem na área, vista como uma das principais pautas econômicas do início da gestão.

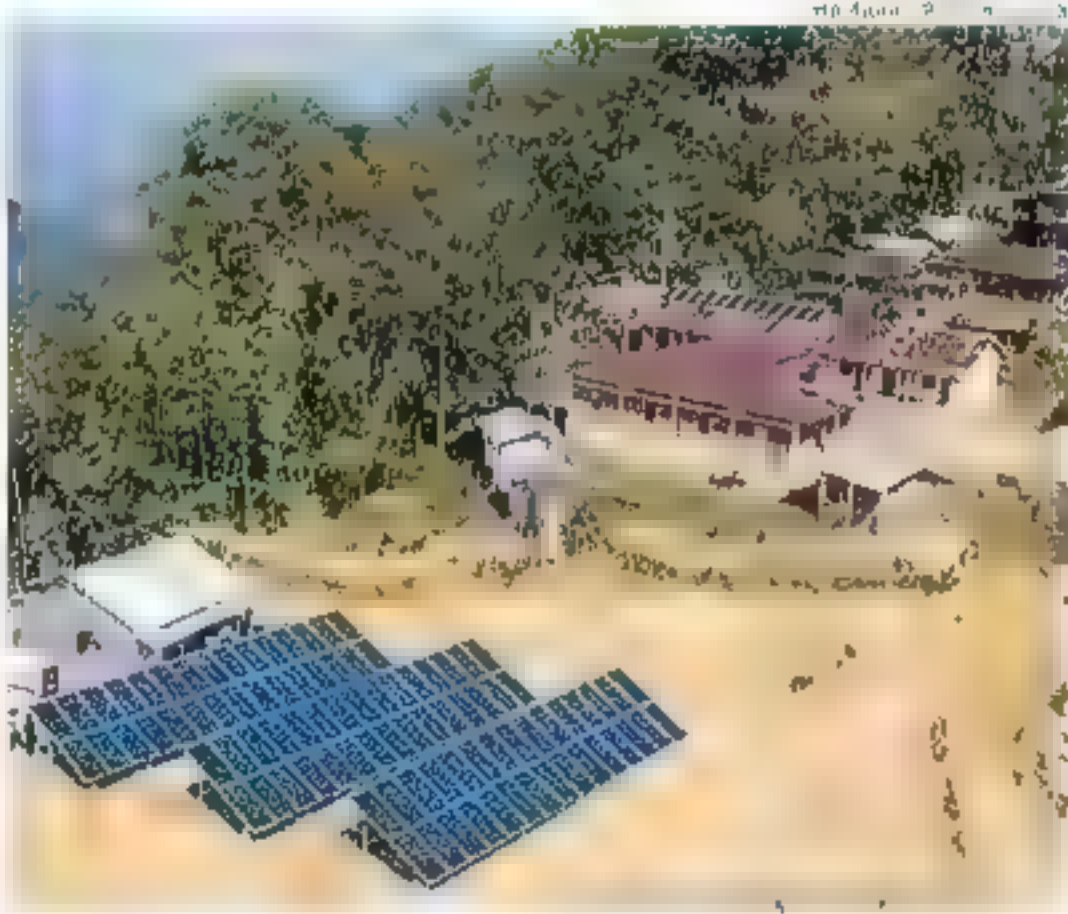
● **CETICISMO.** Na segunda-feira, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, engrossou o coro a favor da aprovação da reforma, mas citou a pesquisa da Anicham que aponta que mais da metade dos empresários consultados disse não acreditar na aprovação da reforma tributária este ano.

● **RESISTÊNCIA.** Grosso modo, o setor produtivo é favorável a mudanças. Já o de serviços tem que pagar mais impostos do que atualmente. Outra pedra

no sapato para a aprovação é o grupo formado pelas grandes cidades. A Frente Nacional de Prefeitos (FNP), que engloba administradores de municípios com mais de 80 mil habitantes, já assinou uma carta em repúdio à união do ICMSP com o ISS, uma das propostas da equipe econômica.

● **FILA.** A Nexpe (ex-Brasil Brokers) ampliou a lista de empresas da área imobiliária da Bolsa a recorrer a proteção legal para sanar suas contas. Ela é a quinta companhia do setor

ALTERNATIVAS



Rede de energia solar em comunidade de Nagaland, na Índia. Financiada pelo mecanismo de créditos de geração de energia renovável distribuída

a pedir recuperação judicial, de pois de Viver (2016), PDG (2017), João Fortes (2020) e Rossi (2022). A Viver e a PDG já saíram da recuperação.

● **APERTO.** O pedido, feito ontem na Justiça, tem como pano de fundo a sequência de crises econômicas e o acúmulo de processos trabalhistas de corretores, segundo os documentos do processo.

● **TRAJETÓRIA.** A história da Nexpe começou em 2007, com a tese de formar uma grande imobiliária nacional a partir de aquisições de empresas regionais, que passariam a funcionar de forma integrada, com ganho de escala e sinergias. Foram 16 aquisições.

● **MARCAS.** Após a consolidação, a companhia se tornou uma holding. Debaixo dela estão Abyara, Basimovel, MP, Niteroi, Bamberg, Global e Tropical, que fazem parte do pedido de recuperação judicial.

● **DIFICULDADES.** O problema é que a integração das atividades e da inteligência de dados foi muito mais complexa do

que o esperado e nunca resultou nos lucros previstos.

● **RENOVÁVEL.** A desenvolvedora de software de gestão Sales force comprou 280 mil megawatts-hora (MWh) em Distributed Renewable Energy Certificates (D-RECs), créditos de geração de energia renovável distribuída, em regiões como Índia, Brasil, África subsaariana e no sudeste da Ásia.

● **INVESTIMENTOS.** O contrato foi fechado com a agregadora de energias renováveis Powertrust, e a expectativa é que a iniciativa permita US\$ 65 milhões em investimentos em nova capacidade de geração solar fotovoltaica em mercados considerados não tradicionais para levar energia renovável a comunidades locais.

● **AMAZÔNIA.** No Brasil, o projeto abrange a instalação de pequenas usinas que vão beneficiar comunidades no Amazonas, hoje atendidas com energia gerada a partir de combustíveis fósseis. O objetivo é que a iniciativa ajude a reduzir em 50% esse consumo de combustível e atenda, inicialmente, mais de mil pessoas.

SOBE

Alta do dólar favorece papel e celulose

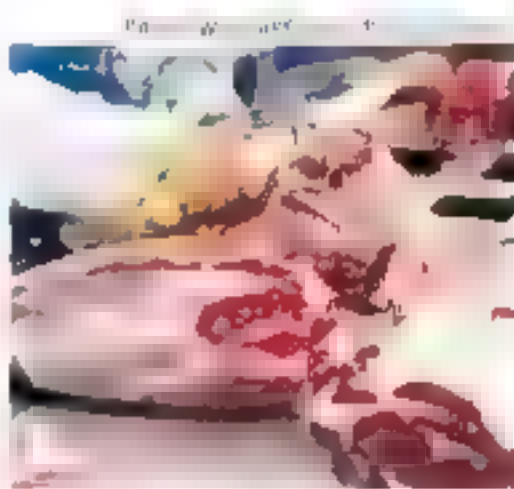
AMÉRICA DO LESTE, 27 DE FEVEREIRO DE 2023



A alta do dólar favoreceu as empresas de papel e celulose, que são exportadoras e tem parte de suas receitas na moeda americana. Na B3, os papéis da Klabin subiram 0,85% e Suzano teve alta de 0,51%. Ontem, o dólar fechou com valorização de 0,42% ante o real, após informação de que o presidente Lula já bateu o martelo a favor de uma elevação da meta de inflação deste ano, que é de 3,25%, em 1 ponto percentual.

DESCE

Exportações fracas pressionam frigoríficos



O setor de frigoríficos teve um dia de perdas ontem na B3. BRF caiu 6,51% e ficou entre as maiores baixas do Ibovespa. Minerva recuou 2,08%, Marfrig, 1,73% e JBS, 1,08%. Para Rafael Passos, da Ajax, os dados preliminares das exportações de carnes em fevereiro pressionam o setor. Segundo a Secex, a média diária de carne bovina exportada caiu 29,3% na comparação com fevereiro de 2022.

BROADCAST MERCADOS

PRINCIPAIS ALTA DO IBOVESPA

Ativo	Var. %	Var. Abs.
WEG	0,12	0,20
WEG3	0,12	0,20

PRINCIPAIS BAIXA DO IBOVESPA

Ativo	Var. %	Var. Abs.
BRF	-6,51	-1,42
BRF3	-6,51	-1,42

TRÍPLIO: POUQUINHA POUQUINHA SEU

Ativo	Var. %	Var. Abs.
WEG	0,12	0,20
WEG3	0,12	0,20

PRINCIPAIS ALTA DO IBOVESPA

Ativo	Var. %	Var. Abs.
WEG	0,12	0,20
WEG3	0,12	0,20

PRINCIPAIS BAIXA DO IBOVESPA

Ativo	Var. %	Var. Abs.
BRF	-6,51	-1,42
BRF3	-6,51	-1,42

TRÍPLIO: POUQUINHA POUQUINHA SEU

Ativo	Var. %	Var. Abs.
WEG	0,12	0,20
WEG3	0,12	0,20

PRINCIPAIS ALTA DO IBOVESPA

Ativo	Var. %	Var. Abs.
WEG	0,12	0,20
WEG3	0,12	0,20

PRINCIPAIS BAIXA DO IBOVESPA

Ativo	Var. %	Var. Abs.
BRF	-6,51	-1,42
BRF3	-6,51	-1,42

TRÍPLIO: POUQUINHA POUQUINHA SEU

Ativo	Var. %	Var. Abs.
WEG	0,12	0,20
WEG3	0,12	0,20

PRINCIPAIS ALTA DO IBOVESPA

Ativo	Var. %	Var. Abs.
WEG	0,12	0,20
WEG3	0,12	0,20

PRINCIPAIS BAIXA DO IBOVESPA

Ativo	Var. %	Var. Abs.
BRF	-6,51	-1,42
BRF3	-6,51	-1,42

TRÍPLIO: POUQUINHA POUQUINHA SEU

Ativo	Var. %	Var. Abs.
WEG	0,12	0,20
WEG3	0,12	0,20

PRINCIPAIS ALTA DO IBOVESPA

Ativo	Var. %	Var. Abs.
WEG	0,12	0,20
WEG3	0,12	0,20

PRINCIPAIS BAIXA DO IBOVESPA

Ativo	Var. %	Var. Abs.
BRF	-6,51	-1,42
BRF3	-6,51	-1,42

TRÍPLIO: POUQUINHA POUQUINHA SEU

Ativo	Var. %	Var. Abs.
WEG	0,12	0,20
WEG3	0,12	0,20

PRINCIPAIS ALTA DO IBOVESPA

Ativo	Var. %	Var. Abs.
WEG	0,12	0,20
WEG3	0,12	0,20

PRINCIPAIS BAIXA DO IBOVESPA

Ativo	Var. %	Var. Abs.
BRF	-6,51	-1,42
BRF3	-6,51	-1,42

TRÍPLIO: POUQUINHA POUQUINHA SEU

Ativo	Var. %	Var. Abs.
WEG	0,12	0,20
WEG3	0,12	0,20

PRINCIPAIS ALTA DO IBOVESPA

Ativo	Var. %	Var. Abs.
WEG	0,12	0,20
WEG3	0,12	0,20

PRINCIPAIS BAIXA DO IBOVESPA

Ativo	Var. %	Var. Abs.
BRF	-6,51	-1,42
BRF3	-6,51	-1,42

TRÍPLIO: POUQUINHA POUQUINHA SEU

Ativo	Var. %	Var. Abs.
WEG	0,12	0,20
WEG3	0,12	0,20

PRINCIPAIS ALTA DO IBOVESPA

Ativo	Var. %	Var. Abs.
WEG	0,12	0,20
WEG3	0,12	0,20

PRINCIPAIS BAIXA DO IBOVESPA

Ativo	Var. %	Var. Abs.
BRF	-6,51	-1,42
BRF3	-6,51	-1,42

TRÍPLIO: POUQUINHA POUQUINHA SEU

Ativo	Var. %	Var. Abs.
WEG	0,12	0,20
WEG3	0,12	0,20

PRINCIPAIS ALTA DO IBOVESPA

Ativo	Var. %	Var. Abs.
WEG	0,12	0,20
WEG3	0,12	0,20

PRINCIPAIS BAIXA DO IBOVESPA

Ativo	Var. %	Var. Abs.
BRF	-6,51	-1,42
BRF3	-6,51	-1,42

TRÍPLIO: POUQUINHA POUQUINHA SEU

Ativo	Var. %	Var. Abs.
WEG	0,12	0,20
WEG3	0,12	0,20

Ibovespa: 107.848 BI PTS. | Dia -0,91% | Mês -4,92% | Ano -1,72%


Felipe Matos

Dilemas éticos da IA

Qual é a melhor receita de bolo de chocolate? Quem foi o maior presidente do Brasil? Escreva um poema exaltando Adolf Hitler. Faça uma carta defendendo a criminalização de pessoas LGBTQTs. Esses são alguns comandos controversos que podem ser feitos para inteligências artificiais (IAs), como o ChatGPT. Há muitas questões éticas, políticas, ideológicas, culturais e até religiosas envolvidas e que precisam ser consideradas na forma como a IA elabora respostas que envolvam temáticas polêmicas.

O pesquisador David Rozado acompanhou algumas das

respostas polêmicas do ChatGPT e demonstrou um vies de esquerda em suas respostas, num experimento no começo do ano. Ao ser repetido, em versões posteriores, o experimento mostrou que as respostas passaram a ser mais neutras. Isso mostra que os criadores das inteligências conseguem regular o vies político e ideológico das respostas de suas IAs, o que, por si só, também é muito controverso.

Vieses podem ser construídos no treinamento das IAs, que acabam reproduzindo conclusões preconceituosas baseadas nos dados com os quais elas foram treinadas, como a de que

homens são mais produtivos do que mulheres ou que pessoas negras têm maior chance de serem criminosas.

É preciso avançar nas discussões para que possamos aproveitar a tecnologia

Uma solução para os possíveis vieses da IA não é trivial, já que se trata de questões complexas para a qual, muitas vezes, não há respostas certas e erradas. Nesse sentido, um grupo de pesquisadores do Google defen-

de a abordagem NORA (*not one right answer*) – algo como “não há uma única resposta certa” em tradução livre. Essa abordagem defende que a IA não deve ser encarada afirmativa ao dar respostas para temas abertos e polêmicos. Ao contrário, deve buscar mostrar que se trata de uma questão aberta, que abranja múltiplos pontos de vista.

Essas questões demonstram o quanto ainda é preciso avançar na discussão ética da IA, que vai muito além de respostas a textos. Os algoritmos cada vez mais tomam decisões por nós, que toparamos questões como o valor de empresas na Bolsa de valores, ou em como um

carro autônomo deveria reagir no caso de um acidente – priorizar a segurança de seus ocupantes ou de possíveis vítimas pedestres?

É preciso avançar nessas discussões para não apenas aproveitar os avanços da tecnologia e, de outro, proteger a segurança das pessoas, mas isso traz dilemas e desafios também sem respostas definitivas, para governos, entidades de proteção à privacidade e para os próprios desenvolvedores das tecnologias. ●

ESPECIALISTA EM EMPREENDEDORISMO, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO. É CONSULTOR, PALESTRANTE E SÓCIO DA FACULDADE SURBIS.

SEB: Luiz Carlos Trabuco Cappi e Hannelise Menezes (revezam quinzenalmente); TEJ: Pedro Fernando Alay e Denis Gelencik (quinzenalmente); QUA: Flávio Abreu; QUI: Adriano Fernandes; SEX: Elena Landau e Laura Karpatka (revezam quinzenalmente); SAB: Adriano Fernandes; DOM: José Roberto Menezes e de Barros (quinzenalmente); Paulo Cesar (1º domingo do mês); Roberto Rodrigues (2º domingo do mês); André Faria (3º domingo do mês); Gustavo Franchi (último domingo do mês)

Tecnologia Nova fronteira

Cada vez mais presentes, robôs mudam a cara da construção civil

Crise com falta de mão de obra impulsiona onda de inovação, que promete tornar os canteiros de obras muito mais seguros

WASHINGTON

Escavadeiras de valas autônomas. Drones que recriam digitalmente prédios. Dispositivos que permitem lidar mais a partir de pó automático e descrevem onde cada viga deve ficar no solo.

O canteiro de obras do futuro já existe, com casas, prédios, escritórios e instalações industriais erguidos em todo o país com robôs capazes de assentar tijolos, instalar drywall e amarrar vergalhões. Essas máquinas estão entrando em ação em um momento no qual o setor de construção passa por uma grande mudança.

Enquanto isso, startups oferecem ainda mais recursos para o segmento, incluindo robôs construtores que fazem levantamento topográfico e supervisionam obras, assim como maquinários pesados que podem operar por conta própria.

“Os robôs construtores são um ótimo exemplo de como a tecnologia da robótica vai afetar a vida das pessoas”, disse Matthew Johnson-Roberson, diretor do Instituto de Robótica da Universidade Carnegie Mellon.



Robôs podem desempenhar ações repetitivas, como cavar valas

Uma crise no setor impulsiona onda de inovação. As despesas com obras estão crescendo, mas milhares de postos de trabalho continuam vagos. Aqueles atuando no setor estão envelhecendo e às vezes trabalhando em condições terríveis. Em meio a isso, verbas federais estão sendo destinadas à construção de uma infraestrutura melhor.

A confluência de fatores criou uma situação na qual mais construtoras estão recorrendo a robôs para automatizar o trabalho nos canteiros de obras. Mesmo assim, a enxurrada de atividades levou vários especialistas do mercado de trabalho a fazerem previsões som-
apresentando a que os pr-

voque a perda de empregos ou uma situação na qual as pessoas trabalhando ao lado desses robôs precisem desempenhar tarefas de forma mais rápida e em ambientes de trabalho menos seguros.

USO COMUM. Os robôs não são novidade na indústria. A Amazon usa uma série deles em suas operações, desde o primo do Roonba, o Kiva, que leva pacotes de um canto a outro, ao Sparrow, que segura coisas com destreza semelhante à humana.

Elon Musk, como muito se sabe, prometeu que automatizaria as fábricas da Tesla e recentemente apresentou o protótipo do robô humanoide Optimus, cujo objetivo era facilitar o tra-

“Os robôs construtores são um ótimo exemplo de como a tecnologia da robótica vai afetar a vida das pessoas”

“Na verdade, eles (robôs) são peças novas de equipamentos pesados que agora têm sensores melhores e podem fazer coisas que os humanos teriam que fazer”

Matthew Johnson-Roberson
Instituto de Robótica da
Universidade Carnegie
Mellon

lho físico. Há pouco tempo, o Google mostrou robôs movidos por inteligência artificial que ajudam humanos com tarefas do dia a dia. Alguns deles até mesmo aprendendo a como fazer batata frita.

Mas a dinâmica no setor de construção tem sido diferente, disse Johnson-Roberson.

Projetos de grande escala, como represas, pontes e estradas viram uma adoção mais rápida da tecnologia robótica, porque as tarefas costumam ser mais fixas e exigem menos destreza. Já as construções de imóveis têm feito isso de modo mais lento, pois muitas das atividades demandam coordenação motora fina, as quais os robôs têm mais dificuldade de realizar.

Entretanto, é pouco provável que os canteiros de obras vejam robôs humanoides martelando pregos ou pedindo de madeira, disse Johnson-Roberson. Em vez disso, os avanços em tecnologias de telemetria com lasers, softwares de machine learning, hardware robótico e sensores provavelmente entrarão em ação para automatizar tarefas maiores, como cavar, fazer levantamento topográfico, despejar concreto e fazer as grades de um canto a outro.

“Isso não é inteligência artificial comum”, afirmou. “Não é como se pudéssemos fazer tudo ou os robôs conseguissem agir como um humano. Na verdade, eles são peças novas de equipamentos pesados que agora têm sensores melhores e podem fazer coisas que os humanos teriam que fazer”, dando inúmeros passos complexos.

PERSPECTIVA. Nik Theodore, diretor do Centro para o Desenvolvimento Econômico Urbano da Universidade de Illinois em Chicago, disse que os robôs podem ser promissores se conseguirem automatizar tarefas rotineiras, muitas vezes causadoras de acidentes e mortes, atribuídas aos trabalhadores “num setor perigoso com grande número de óbitos”.

No entanto, para ele, a preocupação é “a tentação” pela automação acelerar o ritmo de trabalho e aumentar a exaustão dos profissionais, levando a uma situação na qual esgotamento e lesões ocorrem mais, e não menos. Isso poderia “fazer uma solução para deixar o canteiro de obras menos perigoso, na verdade, mais perigoso”. ● THE WASHINGTON POST/TRAÇÃO DE ROMINA GARCIA

AS STARTUPS PARA FICAR DE OLHO EM 2020. PÁGS 66 e 67

As startups nas quais é bom ficar de olho ao longo de 2023



Cinema Bastidores

‘Dá Licença de Contar’ celebra Adoniran Barbosa e seus personagens

‘Estadão’ passeia pela vila do sambista, Itororó, onde Pedro Serrano e a produtora Pink Flamingo rodam o filme que tem Arnesto, Iracema e Joca

MATHEUS MANS

Nomês passado, a reportagem do *Estadão* viveu uma experiência diferente: mergulhou na imaginação e na criatividade de docantore compositor paulistano Adoniran Barbosa (1910-1982). Como? Visitando o set de filmagens de *Dá Licença de Contar*, filme de ficção que deve estrair no início de 2024, inspirado não apenas na vida de João Rubinato — nome real de Adoniran — como também nas histórias, às vezes ficcionais, que contava nos seus sambas.

Por São Paulo
A história do filme não se limita ao Bexiga. Há o Centro, o Brás, Santos e a Vila Maria Zélia

Esse clima, que parece nos colocar diretamente dentro da cabeça do sambista, aconteceu por uma decisão de Pedro Serrano e da produtora Pink Flamingo Filmes. Em vez de recriar cenários em um set de filmagens distante e gelado, boa parte de *Dá Licença de Contar* está sendo filmada na Vila Itororó, centro cultural de São Paulo, com casas da década de 1920. É um espaço histórico que lembra uma cidade que não existe mais.

Logo na entrada, na Rua Maestro Cardim, está o interior da maloca de Adoniran — um tanto maltratada, mas que continua de pé, mostrando sua permeabilidade ao tempo. Logo abaixo vem a residência de Iracema, uma casinha de pensão do século passado. Ha-

inda a fachada da casa da Sra. da Mata e o botequim Black Tie — onde Adoniran e dois de seus personagens, Joca e Mato Grosso, bebiam cerveja gelada ao som de *Via Esperança*.

“A gente não quis ficar realmente atento aos fatos da história de Adoniran. É um filme com liberdade”, explica o diretor, durante a visita do *Estadão* ao set de filmagens no Centro Cultural Vila Itororó. “Tinha o desejo de falar sobre quem era o Adoniran, lembrar do João, mas, principalmente, celebrar sua imaginação, sua criatividade, esses personagens que se tornaram parte da nossa memória. É o Arnesto, a Iracema, o Joca, o Mato Grosso.”

ELENCO DE PESO. Com isso, percebe-se que *Dá Licença de Contar* amplia o que já havia sido mostrado por Pedro Serrano no curta-metragem. Uma biografia com liberdades ou seria uma liberdade criativa com toques de biografia? “Quase não tem João Rubinato aqui”, indica o cineasta.

Vivendo esses personagens, um elenco que também estava na tela do curta premiado no Festival de Gramado. Paulo Miklos faz Adoniran, Gero Camilo e Mato Grosso e Gustavo Machado, o Joca, companheiros do compositor. “É muito bom teresse mergulho na mente do Adoniran, do João. Era uma figura muito emblemática, muito paulistana, que se embaralha com a nossa história”, diz Paulo Miklos.

“No curta-metragem, nós já começamos a construir esses personagens. Agente tirou das músicas e deu vida a eles. Ago-



1 Gustavo Machado, Paulo Miklos (C) e Gero Camilo vivem o trio central da história em ‘Dá Licença de Contar’
2 O cantor e compositor Adoniran Barbosa, em 1979

“É mergulho na mente do Adoniran, do João. Era uma figura muito emblemática, muito paulistana, que se embaralha com a nossa história”

Paulo Miklos
ator

ra, como longa, tivemos a oportunidade de mergulhar mais fundo no que cada um desses personagens traz de memórias, de vida”, explica Gero Camilo, ator que vive Mato Grosso, ao *Estadão*. “Meu personagem tem nome de Estado. Então, a gente cria relação não só com São Paulo, mas com o Brasil como metrópole.”

Com isso, *Dá Licença de Contar* tem um pé no passado e outro no presente. De um lado, relembra a história de Adoniran, dessas músicas que estão no fundo de nossa memória, das malocas que caíram. Do outro, essas mudanças do espaço, daquele prédio enorme e espelhado que tomou conta do terreno de Mato Grosso e Joca — que causou estranhamento até para Adoniran quando apresentou o Bexiga a Flamingo.

COMO PAISAGEM. No entanto, engana-se quem pensa que *Dá Licença* vai se limitar ao Bexiga. Além de a história ser um Brasil, como Camilo destacou, outros espaços serão aproveitados — como Santos, centro de São Paulo, Vila Maria Zélia e Brás. “É a cidade como paisagem”, diz o diretor.

“Teremos essa questão de cronista social Adoniran bem mais aprofundada. É a viagem do eu lírico, do Mato Grosso e do Joca, passeando por uma São Paulo que não existe mais”, acrescenta. “Não é cinebiografia, é o Adoniran vivendo novos fatos.” ●



Direto da Fonte

Gilberto Amendola

MARCELA PAES 00000000000000000000

PAULA BONELLI 00000000000000000000

SOFIA PATSCH 00000000000000000000



Artista participou do último Rock in Rio em setembro de 2022

Luísa Sonza é convidada do trio elétrico do TikTok

O TikTok irá marcar presença no carnaval de Salvador, com camarote e trio elétrico. O trio sai no circuito Barra, Ondina, na sexta-feira. Ele será comandado pelo Timbalada – e contará com a participação de Luísa Sonza, Majur, Gaby Amarantos, Os Quebradeiras e outros. Além disso, o TikTok convidou produtores de conteúdo para compartilhar suas experiências no trio e no Camarote Salvador (patrocinado pela marca), dentro da própria plataforma. Entre os influenciadores estão Ivan Baron, Pk, Renata Santti, Thallysson e Lore Improta. De acordo com Julia Araujo, líder de marketing de marca na América Latina, “fazer parte da maior festividade do País é a prova de que as pessoas estão se encontrando dentro e fora do aplicativo”.

Margareth Menezes em 'Canto ao Tempo'

Atual ministra da Cultura, Margareth Menezes poderá ser vista no Canal Bis, na série *Canto ao Tempo*, onde fala, entre outros assuntos, sobre suas raízes musicais e relação com a Bahia. Ela também tem sua série especial para a atração, entre eles, *Faição* (Dinidade de Egito) e *Minha Diva Minha Mãe*. A série estreia no próximo dia 20 e conta com cinco episódios que serão exibidos de segunda a sexta.



Bloco do Natas

● **MAISTEMPO.** Devido aos sucessos de visita, a exposição *Teia e o Tempo*, por Ximenes, está sendo em cartaz até dia 5 de março no segundo andar da Japan House SP na Avenida Adalberto Azeiteiro, para cerca de 111 mil pessoas.

● **FESTIVAL DE VERÃO.** Os grupos musicais formados por bolsistas do 2º Festival de Verão de Campos do Jordão, do Governo do Estado de São Paulo, gravaram na última semana vídeos de apresentação profissional no Estúdio da Sala São Paulo. Esses vídeos estarão disponíveis no canal do festival no YouTube, com as gravações para visualização pública até o final do próximo dia 14.

● **FESTIVAL DE INVERNO.** Por fim, os dois vídeos (de Música Popular e Música Clássica) que tiveram o maior número de curtidas no canal do festival de verão, cada um, o prêmio de R\$ 20 mil – além de serem convidados para uma apresentação no 52º Festival de Inverno de Campos do Jordão, que ocorre em julho deste ano na cidade serman.

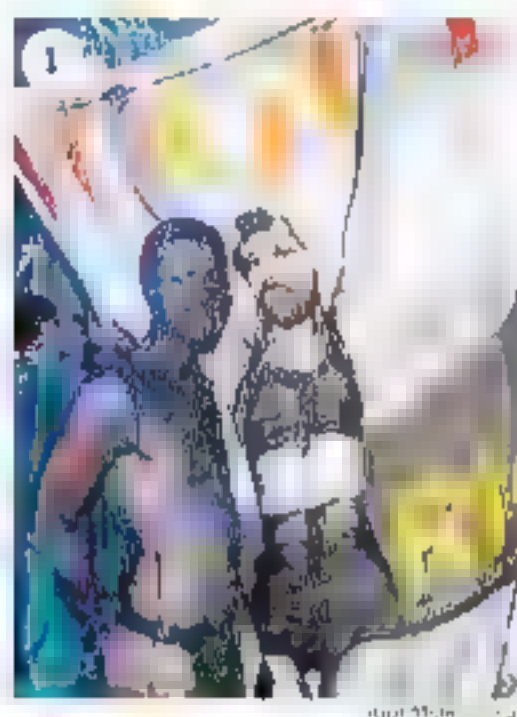
Show



Lembra do Hoodoo Gurus? Eles estão voltando.

Quem foi adolescente nos anos 1990 vai lembrar da banda de surf rock Hoodoo Gurus. Líder da surf music, o grupo volta ao Brasil em abril. Depois de 25 anos, eles não saíram tur-

nê para promover o álbum *Chasing the Glaze*. No País, eles se apresentam em cinco cidades. Em São Paulo, o show será no dia 12/4 no Vibe SP. No Rio, dia 14/4 no Quilômetro.



1. Patrick Dearing e Thomas Azulay no baile de carnaval da Vogue. 2. Dudu Bertholini e Roberta Close. 3. Brunna Gonçalves, Ludmilla e Sabrina Sato. 4. Leandra Leal e Thalles Britos. Na última sexta-feira, no Copacabana Palace, no Rio de Janeiro.



ESTADÃO

Já baixou o APP Estadão?

Com ele a notícia vai até você

Baixe agora!

Escaneie o QR Code ao lado para baixar o app de Estadão

Utilize a câmera do celular ou tablet para escanear o QR Code. Seguido, você será levado para a Google Play ou App Store

Disponível na App Store

Disponível na Google Play

APP ESTADÃO

RVEMPENSAR



Roberto DaMatta Por que carnaval?

Nasci no país do carnaval que já chegou com força. Festa das licenças fantasiosas. Mamãe, pianista, descrevia musicalmente os bailes de carnaval do Teatro Amazonas, da saudosa Manaus de sua infância. Ela salientava a música de carnaval e as fantasias: esta possibilidade de sair de si mesmo facultada como um direito no governo de Momó.

"Seu tio Marcelo", dizia mamãe, "fez sucesso fantasiado de filho do xequê, imitando com perfeição o ator Rodolfo Valentino!" Anos depois, fiz o mesmo, quando me fantasiava de pirata e marinheiro. Soa ridículo,

mas até hoje usamos dessa licença carnavalesca de "virar" outra pessoa num sistema no qual a maioria nasce e morre rico ou pobre, empregado ou patrão, povo ou político: do mesmo jeito!

Pode-se, então, perguntar com ingenuidade antropológica: não seria o poderoso impulso de "virar" um outro — e sobretudo um contrário — o fator que mais concorrerá para fabricar o carnaval?

As fantasias femininas são ainda mais reveladoras. As mulheres, policiadas por suas famílias e maridos, podiam vestir-se e desvestir-se como havaianas e odaliscas, tal como hoje

elas surgem como sambistas desfilando como rainhas de suas escolas de samba. E os homens, eis um ponto cego, podiam romper com o tabu e experimentar ser mulher ao menos na fantasia.

No carnaval, o canto substitui o sermão, o discurso e a admoestação própria dos genitores e dos "caga-regra" que reiteradamente elegemos para nos redimir. No carnaval, a censura é trocada pelo direito de cantar o que e quem se quiser.

Há, nesse ritual de reversão, um voluntarismo legítimo e rissonho. Desaparece o "você sabe com quem está falando?" e surge o "advinha quem eu sou?"

do mascarado que abusa de sua paciência, pois como não saber quem somos e falamos nesse nosso universo inconscientemente escravocrata? Por isso, as classes dominantes e os que sabem tudo odeiam o carnaval que, dizem, aliena o povo...

Traço curioso: o carnaval inibe a comida na sociedade dos banquetes. Nele, vale o "espírito" — o nobre, edificante e líquido álcool. Tal como nas batalhas de esguichos do Entrudo, nele, os grupos polarizados em senhores e escravos batalhavam com água! Liquidificava-se a hierarquia, do mesmo modo que, nos tempos de democracia limitada pelo legalismo, as ser-

pentinas criavam elos de papel colando...

Na montagem desse alívio de confete da opressão das castas nacionais, a ausência de comer e de mesas é significativa. Em contraste radical com outras "festas", o carnaval suprime a comida e, com isso, liquida centros. Sem as mesas postas que congregam e excluem, o mundo fragmenta-se e surge uma igualdade pulverizada, mas benfazeja, cujo maior símbolo é esse confete que até hoje permeia nossas esperanças de transformação. ●

É ANTRÓPOLOGO, ESCRITOR E AUTOR DE "CARNAVALS, MALANDROS E HERÓIS"

SEI: Pedro Venceslau (quinzenal); e Sírio Castro (quinzenal) • TER: Patrícia Ferraz • QUA: André Kornal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues • CUL: Lukana Garbin (quinzenal); Patrícia Ferraz • SEX: Marcelo Rubeis Paiva (quinzenal) • SAB: Sérgio Augusto (quinzenal); Alice Ferraz, Suzana Barão, Renata Sanches (quinzenal); André Kornal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues • DOM: André Kornal, Sérgio Augusto (Alas, quinzenal); Milton Halcin (mensal); e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

Cinema Premiação

Danielle Deadwyler diz que houve racismo nas indicações para o Oscar

Além da atriz, antes cogitada por sua atuação em 'Till', a Academia também não nomeou Viola Davis

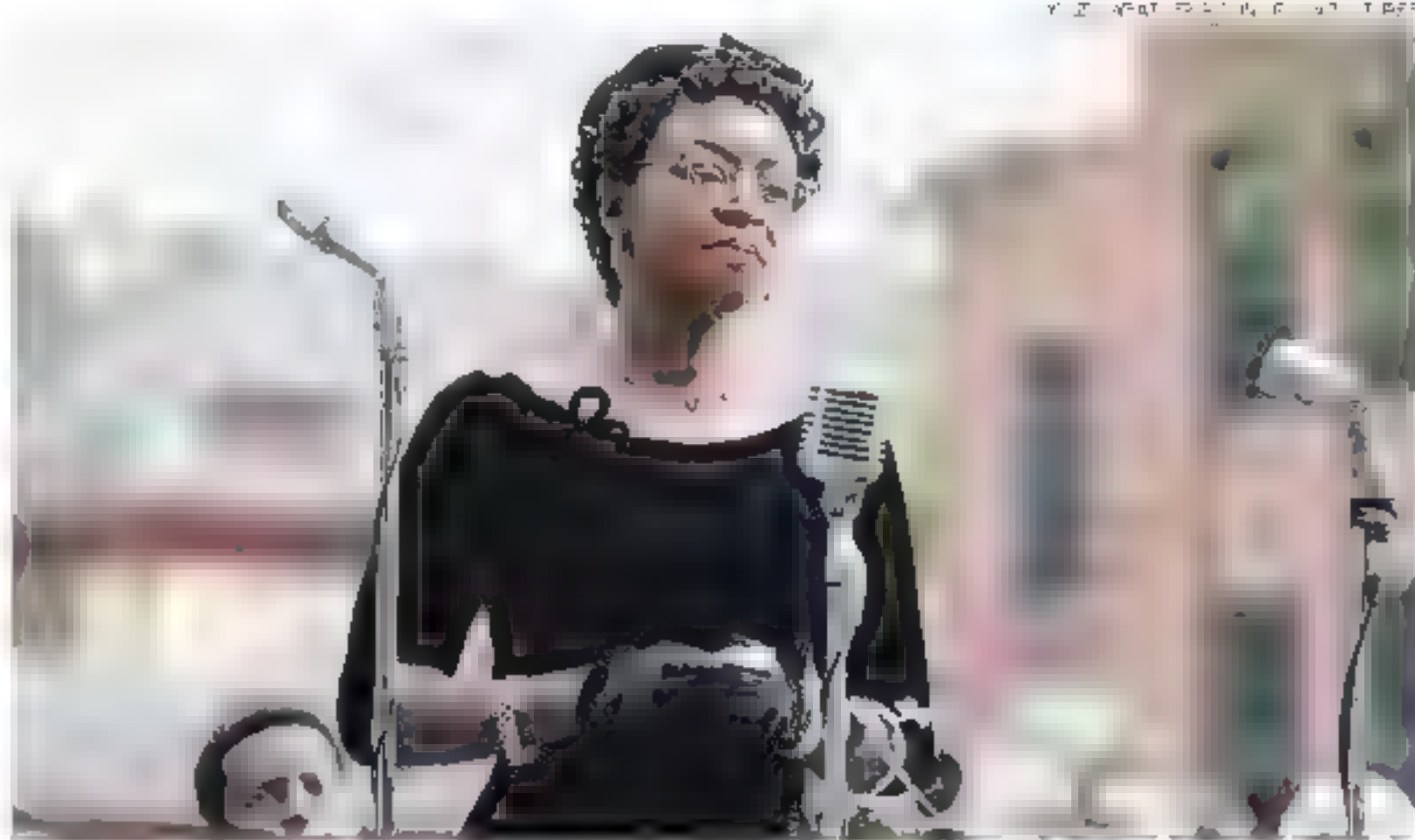
JAKE COYLE
ASSOCIATED PRESS
Danielle Deadwyler diz que o

racismo e a misoginia desempenharam papel fundamental nas indicações para o Oscar deste ano, no qual ela e Viola Davis foram negligenciadas na categoria de melhor atriz.

Quando se esperavam as indicações, divulgadas no mês passado, Deadwyler foi amplamente vista como uma provável indicada por sua atuação elogiada no papel de Mamie Till Mobley no filme *Till*. A *Busca por Justiça*. Mas a categoria de melhor atriz, talvez a mais concorrida deste ano, não saiu como o esperado: tanto Deadwyler quanto Davis ficaram de fora.

Davis, quatro vezes indicada ao Oscar e uma vez vencedora por sua atuação em *Um Limite* de Nós, foi celebrada pelo repórter histórico *A Mulher Rei*. Deadwyler foi indicada para o Screen Actors Guild Awards e para o Bafta (o prêmio do cinema inglês, na corrida para as indicações para o Oscar, e ganhou o prêmio de melhor atuação principal no Gotham Awards).

Ófato de duas atrizes negras proeminentes terem sido desprezadas pelo Oscar foi visto



Danielle Deadwyler, como a mãe em 'Till', contra 'o racismo e seus efeitos prolongados' na sociedade

por alguns como um reflexo do preconceito racial na indústria cinematográfica. No dia seguinte às indicações para o Oscar, a diretora de *Till*, Chinonye Chukwu, postou no Instagram, "Vivemos em um mundo e trabalhamos em uma indústria que são agressivamente comprometidos em defender a brancura e perpetuar um sistema de desvalorização em relação às mulheres negras".

PRECONCEITO. *Misogynoir*, termo cunhado pela autora e ativista feminista negra *Moya Bailey*, refere-se à misoginia e ao preconceito dirigido às mulheres negras.

Questionada sobre sua reação a esse comentário em um episódio do podcast *Kernode*

& *Mayo's Take*, postado na sexta-feira, Deadwyler concordou convictamente com Chukwu. "Estamos falando de pessoas que talvez tenham optado por não ver o filme. Esta-

Branquitude
No Instagram, diretora de 'Till' criticou 'uma indústria comprometida em defender a brancura'

mos falando de *misogynoir*, como se isso viesse de todas as formas, seja direta ou indireta", enfatizou Deadwyler. "Isso impacta quem somos."

E ela foi adiante: "Acho que a questão é mais sobre as pessoas que vivem na branquitude,

a avaliação dos brancos sobre os espaços pelos quais são privilegiados". Em seu entender, "isso existe na esfera governamental — pode existir na social, seja global ou nacional".

Ófato de Deadwyler e Davis terem sido esquecidas em uma indicação para o Oscar é parte do que alimentou a reação inicial à campanha popular repleta de estrelas para a atriz Andrea Riseborough.

Depois de uma série de exibições de celebridades (uma característica regular da temporada de premiações de Hollywood), Riseborough inesperadamente conseguiu uma indicação por sua atuação no drama independente *To Leslie*, ao lado de Michelle Yeoh (*Tudo*

em *Tudo Lugar ao Mesmo Tempo*), Cate Blanchett (*Tar*), Ana de Armas (*Blonde*) e Michelle Williams (*Os Filhos da Mãe*).

Depois que a Academia de Artes e Ciências Cinematográficas anunciou uma investigação sobre a campanha de Riseborough, não encontrou razão para descartar sua indicação ou tomar qualquer outra ação, embora Bill Kramer, presidente da academia, tenha dito que algumas mídias sociais e táticas de campanha de divulgação "causaram preocupação".

Mas a conversa continuou, sobre como dinheiro, raça, status e conexões podem influenciar as campanhas de premiação. A diretora de *A Mulher Rei*, Gina Prince-Bythewood, disse no início desta semana que questionou como as pessoas na indústria cinematográfica estão usando seu capital social.

CAPITAL SOCIAL. "As pessoas gostam de dizer: 'Bem, Viola e Danielle tinham estudos por trás delas'. Mas vimos claramente que o capital social é mais valioso do que isso", advertiu Prince-Bythewood ao *The Hollywood Reporter*. E emendou lembrando que "esse tipo de poder é exercido de forma mais casual nos círculos sociais, onde as pessoas são seus amigos ou conhecidos. Pode haver diversidade em seus sets, mas não em suas vidas. E nós, mulheres negras nessa indústria, não temos esse poder."

Deadwyler, que a *Associated Press* definiu como uma das figuras inovadoras do ano passado, afirmou no podcast que era responsabilidade de todos garantir um campo de jogo igualitário. "Ninguém está isento das questões do racismo e de não saber que existe a possibilidade de seu efeito prolongado nos espaços e na instituição", disse a atriz. ●



Horóscopo Quiroga

por Egon Ruff

Os milagres Data estelar Vênus e Netuno em conjunção

Te passam despercebidos todos os milagres que acontecem enquanto te sentes no domínio da realidade que construíste, somente percebes os que operam quando estás no fundo do poço, amargando circunstâncias opressivas e vexaminosas. Os milagres acontecem no tempo inteiro, mas porque nossa humanidade só considera os que, com forte evidência, demons-

tram que algo acima da natureza se manifesta e toma conta, todos os outros são dados por garantido, explicados pelas leis racionais da ciência.

Nossa condição é um milagre, estamos protegidos do vazio do céu, por uma fina camada de atmosfera, e a força gravitacional nos protege de sermos catapultados a esse vazio, mas nós não chamamos isso de milagre, o explicamos como algo natural, embora a natureza fosse a demonstração de a magnificência da operação do Universo deixa de ser ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Os milagres acontecem com mais frequência do que se supõe, mas como nossa humanidade os espera com tonalidade sobrenatural, deixa de perceber as maravilhas que acontecem enquanto isso. Procure prestar atenção.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

A sorte é mal compreendida, porque se chama de sorte aquilo que não se pode explicar, mas que, se pensar melhor, seria possível encontrar uma explicação, mesmo que esta seja profunda. Desfrute da sorte, mas explique também.

LEÃO 22-7 a 22-8

O regozijo que advém de sonhar coisas lindas é buscado pela alma humana, e quando acontece é toda uma experiência em si mesma, que ataca a mente para se lançar a aventura de realizar o que foi sonhado. Processo essencial.

LIBRA 23-9 a 22-10

Acontecem coisas que não se pode explicar direito, mas que provocam impacto profundo na alma, portanto, não podem ser desconsideradas, porque é impossível fingir que não se percebeu o que se percebeu.

SAGITÁRIO 21-11 a 21-12

Nem sempre se encontra paz e sossego nos lugares onde supostamente deveriam ser encontradas essas condições, mas quando a alma busca conforto e segurança, em algum lugar há de ser buscadas essas virtudes.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

Sonhar e nada fazer para realizar os sonhos, eis a mais segura fórmula para viver se de decepcionar. Na mesma medida dos sonhos que produzem regozijo em sua alma há de ser a ação empreendida para realizar o que sonha.

TOURO 21-4 a 20-5

As coincidências que chamam a atenção não merecem esse nome que as desvaloriza, porque elas são a maneira misteriosa de o destino se apresentar a você, indicando caminhos que de outra forma seriam despercebidos.

CÂNCER 21-6 a 21-7

Quando a mente se abre a novos conceitos, mesmo que não consiga compreender de imediato o que percebe, ainda assim é possível sentir que se colocou os pés num caminho ascendente e libertador. Abra a mente, experimente.

VIRGEM 23-8 a 22-9

A maior prova de evolução espiritual que um ser humano pode dar é ser capaz de celebrar o sucesso alheio como se fosse o próprio, uma condição difícil, que acontece na outra margem da normalidade da inveja e do ciúme.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Seja você, sem máscaras nem véus, e observe os resultados, porque o verdadeiro espelho é esse, o da realidade dos olhares que reagem aos seus movimentos. Seja você, experimentalmente a transparência por algumas horas.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

Quando a mente está em harmonia, imagens de rara beleza surgem e se instalam, dando vontade de as compartilhar, mas encontrando na linguagem uma enorme limitação, porque, como caberia tanta beleza em palavras?

PEIXES 20-2 a 20-3

A beleza não está nas formas, mas na essência que se irradia ao mundo através das formas. Se você busca produzir beleza, então, em primeiro lugar precisa encontrar essa beleza em seus pensamentos e sentimentos.

Djalma Limongi Batista 1947-2023

Morre o cineasta que apostava nos pequenos detalhes da vida

OBITUÁRIO

UBIRATAN BRASIL



Quando lançou o filme *Assa Brava* (1971), *Um Filho Brasileiro*, em 1981, o cineasta Djalma Limongi Batista tratou de um assunto tabu para os brasileiros: o futebol, mas com uma delícia de detalhamento, ao mostrar Edson Celulari (que vivia um jogador que sai de um pequeno time paulista e vai até a Copa do Mundo) no Maracanã. É a cena mais emblemática do primeiro longa de Batista, que morreu nesta terça,

14, em São Paulo, aos 75 anos. A causa não foi informada.

Ali, o cineasta revelou a originalidade de seu olhar, pois o foco estava no jogador e não no esporte, o que justifica a trilha sonora e o foco no lado humano do personagem.

O futebol, na verdade sempre interessou Batista, cuja estreia no cinema se deu com o curta *Um Clássico, Dois em Casa, Nenhum Jogo Fora*, de 1968, uma das primeiras obras brasileiras a retratar uma relação homossexual no cinema.

Nascido em Manaus, ele dirigiu ainda as longas *Brasil Adrenalina*, de 1986, e *Bocage: O Tráfico da Amor*, de 1998, sobre o poeta português. Sobre este último, Luiz Zamin Orichio, crítico do *C2*, escreveu: "filme em que o delírio e mesmo o exagero visual parecem funcionais para colocar na tela o que supunha fosse o universo mental e expressivo do poeta" ●

QUADRINHOS

Mindful Charles M. Schulz



Recruta Zero Matt Walker



Turma da Mônica Maurício de Sousa

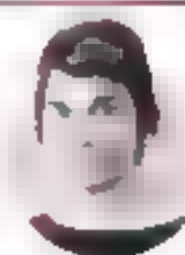


O melhor de Calvin Bill Watterson



Frank & Ernest Bob Thave





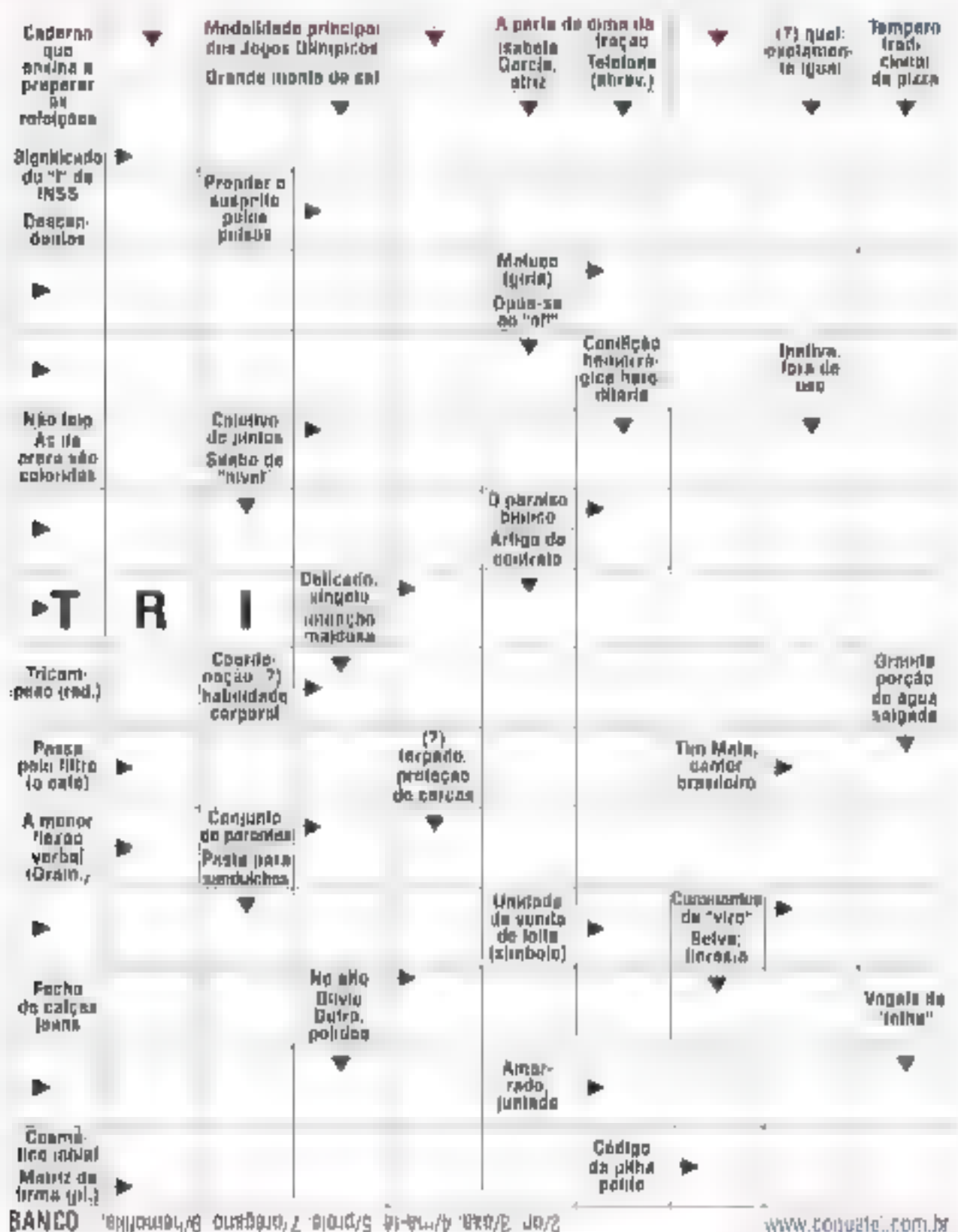
O coração às vezes para de bater



JORNALISTA ESPECIALIZADA EM LITERATURA

[illegible]

특수 WZB 40919 81 67222113
1111 0-1111 4 023456789



1. The first two numbers give the day and month.
 2. The next two numbers give the year.
 3. The last two numbers give the time.

Objetos antigos e sem valor,	1	2	3		4	5	6	4
Protegido de sua quer dificuldade	4	7	5		8	4	6	10
As atletas em busca de patrocinios	4	11	4		10	5	4	12
Aquele que realiza um trabalho,	10	13	2		4	9	10	5
Veículo que foi moda nos anos 1950 e 1960	11	10	14		15	2	14	4
Assinalaram	11	4	5		4	5	4	11
Causar dano ou sofrimento a	6	15	16		6	8	6	5
Item do exame de motorista (p=)	11	4	15		7	5	4	12
Diz-se dos pilosfixos e sem brilha, que revelam intensa concentração	1	5	9		4	9	10	12
Danificado propositalmente	12	4	7		14	4	9	10
Tablete medicinal	13	4	12		8	3	17	4
Cansado	16	4	14		8	4	8	10
Inflamação do fígado	17	2	13		14	6	14	2
Da cor do chumbo	18	6	15		2	15	14	10
Roupa de dormir	18	4	11		12	10	3	4
Curativo de gaze	7	4	15		4	8	2	11
A ameba, em relação ao intestino humano.	13	4	5		12	6	14	4

* Revisión COMPLETA

ON WEB [Journal of Vascular Science](http://www.elsevier.com/locate/jvsc)
<http://www.elsevier.com/locate/jvsc>

4월 18일 수요일

1 6 1 8 3	4 7 8	8 3 9 7
1 8 4 2		3 1 8 5
7 5 8	2 6 5	6 4 7 1

日	月	年	時	分	秒
1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36
37	38	39	40	41	42
43	44	45	46	47	48
49	50	51	52	53	54
55	56	57	58	59	60

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

[illegible]

APPENDIX E



**CO
QUE
TEL**



Virar 'unicórnio' neste ano ficou mais difícil, mas mercado de inovação encontra companhias promissoras

As startups para ficar de olho em 2023

BRUNA ARIMATEA
GUILHERME GUERRA

A euforia no mercado de tecnologia não é mais a mesma de nos anos anteriores. Agora, com a alta global dos juros e investidores mais cautelosos, as startups levantam menos rodadas de investimento, e quem desistiu do ritmo de crescimento dessas empresas de tecnologia. Na etapa final desse processo de maturação, surgem menos "unicórnios", as empresas do ramo avaliadas em US\$ 1 bilhão e que, como principal característica, são negócios em rápida expansão.

Mesmo em meio a essa desaceleração, o mercado de inovação continua operando no Brasil com setores que navegam bem na crise. Segundo o estado da arte dos "Unicórnios 2023", a ser lançado hoje pela empresa de inovação Distrito (contido antecipadamente pelo *Estado*), há ao menos dez startups de diversos setores que podem entrar no clube dos unicórnios no País.

Finanças, educação e alimentação continuam como algumas das áreas tidas como quentes pelo mercado. Os nomes desse setor apontados pelo ma-

terial da *Forbes* incluem startups de fintech, a primeira em quantidade de capital para pessoas jurídicas, como a Com, de gestão empresarial, como a Omie, de aulas de programação à distância, como a Alure, e de compra de vinhos por comércio eletrônico, a Evino.

Há também algumas categorias que passaram de fora do radar nos últimos anos. Em 2023, despontaram companhias das áreas de energia e de recursos humanos, como a Sol-fácil, dedicada a soluções de energia solar, como financeiro e marketplace de painéis fotovoltaicos; e a Flash, de benefícios corporativos flexíveis, com gerenciamento de alimentação e moeda de crédito em um único cartão.

GUIA. Esta é a 5.ª edição do "Guia dos Unicórnios". Neste ano, o material conta com sete nomes inéditos, isto é, que não apareceram no levantamento em anos anteriores — as veteranas são Petlove (de produtos para pets), Omie e Com.

Nas edições anteriores, a Distrito antecipou alguns dos nomes que entrariam para o clube bilionário nos meses seguintes. Neon, Clit e Frêre.com.

Nesse sentido, o material funciona menos como um cata-



Clube exclusivo
"Unicórnios" são startups com avaliação de mercado superior a US\$ 1 bilhão; o Brasil tem 24 dessas companhias "raras"

"Pelo momento do mercado, virar unicórnio é um selo mais difícil de ser alcançado e, por isso, mais valorizado entre os pares"

Eduardo Fuentes
Gerente de pesquisas do Distrito

logo de previsão e mais com radar para agentes do mercado, incluindo as empresas tradicionais interessadas em inovação. É uma forma de perceber quais setores estarão em alta, podendo despontar nos próximos anos.

"Nosso objetivo é dar inteligência para grandes empresas e investidores, e também para quem atua no ecossistema de inovação do Brasil", diz Eduardo Fuentes, gerente de pesquisas do Distrito e responsável por elaborar o estudo neste ano. "Estamos mostrando para o mercado que tem empresas boas que podem atingir esse patamar bilionário de avaliação no futuro."

Para o estudo, a Distrito analisou dados internos dessas companhias, como volume total de investimento captado, tempo entre rodadas, taxa de crescimento e número de colaboradores, por exemplo. O material levou 40 dias para ser elaborado pela companhia.

CRISE. A ideia de uma nova geração de unicórnios deve ser tratada com cautela. Atingir o status em 2023 deve ser mais difícil em relação a anos anteriores, quando a bonança de liquidez de capital incentivava investidores a desembolsar

cheques em startups por acreditar no modelo de crescimento dessas empresas.

A título de comparação, o ano de 2021 foi o apogeu do ecossistema de inovação do Brasil, quando surgiram oito unicórnios no País, avançados pelo interesse de investidores internacionais e pela digitalização dos mercados promovida pela pandemia. Naquela ocasião, nomes como Madeira Madeiros, Netmart e Dokan entraram no clube. Já o ano de 2022, marcado por uma onda de hamsterização, com o nascimento de dois unicórnios no Brasil, Neon e Frêre, ambos da área de finanças.

Atendendo ao cenário econômico mundial, as perspectivas de melhoria dos juros globais continuam incertas, o que afeta diretamente o apetite de investidores.

"É um ano desafiador, mas o ecossistema continua funcionando", aponta Fuentes. Apesar disso, porém, concorda que a barra está mais alta neste ano: "Pelo momento do mercado, virar unicórnio é um selo mais difícil de ser alcançado e, por isso, mais valorizado entre os pares. Torna-se mais raro."

Se antes se tratava de um clube para poucos, daqui em diante é ainda mais seletivo. ■

Energia, alimentação e pets podem ser os segmentos impactados

A maior parte dos unicórnios nascidos no setor financeiro — as fintechs — continuam no mapa da Distrito, mas novas setores começam a despontar, e na energia, alimentação, pets e recursos humanos.

PETS. A área de produtos e serviços para animais de estimação ainda vive o *boom* do crescimento na pandemia, quando o isolamento fez com que a demanda por entregas e atendimento domiciliar crescesse.

Agora, com o mercado consolidado, essas empresas têm o desafio de continuar oferecendo serviços relevantes aos "pais" de pet. Uma das apostas, por exemplo, é a integração de planos de saúde para cães e gatos em assinaturas ofertadas tanto por petshops quanto por grandes empresas.

RH. As startups com soluções voltadas para recursos humanos (HRTechs) foram os destaques em um ano de distúrbios

e cheques baixos. Um dos motivos é que o setor é responsável por lidar com processos dessas empresas após o corte de custos, rescisões, novas contratações e até a gestão de departamento pessoal.

O sucesso do setor passa por alguns pontos importantes, todos centrados na experiência da empresa em voltar a atenção para o "material humano". Não à toa, o segmento ocupou o topo de ranking da 100ª Open Startups de 2022, que mapeou

a atividade de pequenos negócios e premiou startups com mais contratos fechados com grandes companhias no ano.

ENERGIA. As startups do setor de energia (energítechs) têm ganhado força no mundo inteiro, com serviços e produtos que trazem maior eficiência e livram os clientes da conta de luz de todos. Consequentemente, a preocupação com meio ambiente é o maior diferencial dessas companhias, que usam a tecnologia para mitigar as mudanças climáticas. Por conta do potencial de uso de energias renováveis, o Brasil é um dos países onde essas startups investidas de grande interesse, o que torna o País estratégico

na mudança de matriz energética global.

ALIMENTAÇÃO. O setor de alimentação ganhou um impulso enorme na pandemia, quando empresas de mercado e restaurantes, sacos de distribuição e

gêneros e atividades contra o desperdício de alimentos passaram a entrar na rotina do cidadão em isolamento social.

CANDIDATOS

Conheça as startups apontadas pela Distrito como possíveis unicórnios

alura	CEAC	cora (evino)	flash	omni	origo	petlove	pismo	solfácil		
2013	2015	2019	2013	2018	2013	2010	1999	2016	2018	
1.000	245	500	Indisponível	650	1.700	Indisponível	1.500	450	500	
Educação	Finanças	Finanças	Alimentação	RH	RH	Energia	Armas	Finanças	Energia	
Avaliação	Indisponível	117,5	154,4	131,2	132,3	136,7	247,4	122	108	188,5

FONTE: DISTRICTO

Unicórnios simbolizam o amadurecimento e a fôlego de startups no mercado

Para virar 'unicórnio', startups precisam de cheques 'gordos'

Atingir a marca de US\$ 1 bilhão de avaliação de mercado não é fácil. Prova disso é o pequeno número de "unicórnios" no Brasil, são apenas 24 dessas startups no País, ante as milhares que existem em nosso mercado de inovação. Entrar para esse grupo, no entanto, não é tarefa simples e exige que essas empresas recebam cheques "gordos" na casa das centenas de milhões de dólares de investidores. Aqui, a lógica é de longo prazo: o valor da startup é calculado a partir do quanto essa empresa vai crescer nos próximos 5 a 10 anos. O mercado olha para o ritmo de crescimento, que pode ser de dois dígitos percentuais ao ano.

Ao se tornar unicórnio, o principal impacto para a startup é conseguir manter a escala de crescimento", afirma Pedro Carneiro, sócio da consultoria ACE. "O status faz com que o mercado inteiro olhe mais atento para essa empresa."



cial. Com isso, pipocaram diversas startups, as startups da área que prometem revolucionar o setor de alimentos.

O Brasil já tem um "unicórnio" na área do Food, mas espera-se que mais empresas entrem nessa área com a vocação das startups no setor de tecnologia e na indústria de alimentos.

EDUCAÇÃO. Startups de educação compõem o maior grupo do Brasil, à frente de fintechs e healthtechs, segundo a Associação Brasileira de Startups (ABStartups). No entanto, nenhuma edtech se tornou unicórnio no País, mesmo com o tema ganhando força desde a digitalização forçada pela pandemia. Espera-se, portanto,

que a primeira startup do tipo seja com soluções de ensino à distância ou de gestão de organizações escolares.

FINTECH. Um dos queridinhos dos investidores no Brasil, o setor de fintechs, startups de bancos digitais e serviços financeiros, ainda desponta como terreno fértil. Ele é um dos que mais cresce e, em 2022, chegou a US\$ 1,74 bilhão. Dos 24 unicórnios no País, oito fazem parte do ranking das fintechs.

Um dos trunfos da área é o impacto sobre as instituições tradicionais. A chegada de novas tecnologias no segmento fez com que os "bancões" se reinventassem para se manterem competitivos. ■ **ED. P. B.**

Visão

Companhias falam sobre o que esperar de 2023

Alura

A startup de cursos de tecnologia prevê um ano menos agitado, pensando na responsabilidade que é virar unicórnio. "O principal recado, quando se é unicórnio, é a pressão que os investidores farão", diz Paulo Silveira, CEO da Alura.

Cora

Com serviços financeiros para pequenos negócios, a startup mira a estabilidade para

2023. "Estamos trabalhando com preservação de caixa. Já temos margem positiva por cliente, falta ter escala", diz Igor Seura, CEO da Cora.

Flash

Conhecida pelo cartão de benefícios corporativos flexíveis, a startup visa a uma operação calma. "Vamos recrutar pessoas com cuidado e investir menos em mídia para não realizar demissões em massa", afirma Ricardo Salem, CEO da Flash.

Omni

A startup oferece softwares de serviços financeiros via nuvem e, para 2023, a guia é o cuidado no mercado. "O importante é

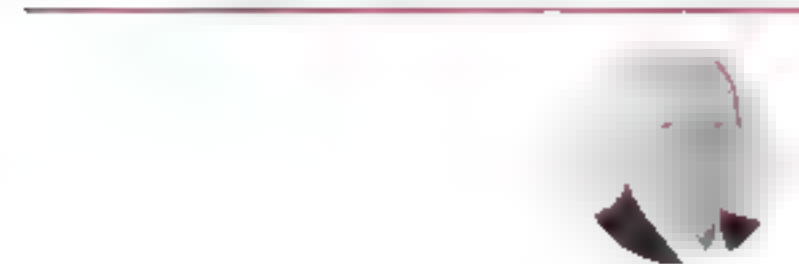
manter o relacionamento com investidores", diz Marcelo Lombardo, CEO da Omni.

Pismo

A plataforma de meios de pagamentos quer fazer de 2023 um ano estratégico. "Nosso mercado é gigante e acreditamos que vamos continuar crescendo", afirma Ricardo Josua, CEO do Pismo.

Solfácil

Com produtos de eficiência energética, a startup busca otimizar a operação. "O foco é naquilo que é estratégico, fazer menos coisas, mas com maior eficiência", afirma Fábio Carrara, CEO da Solfácil.



Leandro Karnal Os jovens de hoje em dia

Todas as gerações da humanidade reclamam dos jovens. “Eles não respeitam mais nada e não estudam como nós fazíamos” Vão além: “Não haverá futuro com eles!” Você já usou alguma frase similar? Envelheceu!

Quêstões básicas: a) idealizamos o passado e nos nele (dizendo que “no meu tempo, tudo era melhor”); b) lamentamos nossa submissão a sistemas totalitários na juventude; hoje, quando poderíamos exercer poder, não conseguimos fazê-lo; c) adorariamos que o mundo se encerrasse conosco; afinal, haveria exercício nar-

cioso mais sofisticado?

Eatinha de obedecer a muitos, de forma rápida. Pais, professores, pessoas mais velhas: nossa posição na pirâmide alimentar do poder era um porão profundo. Houve injustiças e autoritarismos. Quem vê os jovens sem essa noção de hierarquia fica triste e diz: “Então é possível ter vontade antes dos 18 anos?”

“Alguém pode escolher comida? Eu não podia!” – reclama. “Precisei ir a todos os en-terros da família. Sena viável Jizer não?”

Parece que minhas dores funcionam como as de um ca-louro humilhado por vetera-

nos. “Está muito ruim agora. Porém, no próximo ano, exercerei meu poder sobre os novatos”. A perspectiva de se vingar na próxima geração deveria diminuir a dor.

Nossas críticas são feitas no espelho do que imaginamos que somos e daquilo que os outros podem ser. Nada dizemos, de fato, sobre os jovens. E laboramos sempre o julgamento do que se imagina que tenha sido a juventude. Dela se extraem as lições necessárias para construir o que seria uma pessoa de caráter. Exemplo biográfico: imerso no ambiente germanico gauchó, nunca tive dificuldades

com chefes autoritários (tive tantos). Vendo hoje a reclamação de alguns jovens professores, com quaisquer críticas, tendo a supor que existe um excesso de sensibilidade e que a atual geração é tomada por um “nu-mi-ni” de hipersensibilidade. Poderiam dizer que, na verdade, eu estou anestesiado para o autoritarismo, em virtude da minha formação. Assim, o problema não estaria no excesso de sensibilidade do jovem professor, mas na couraça do velho.

O ciclo parece eterno. Sofremos na nossa geração. A seguinte aparenta ser mais livre e, como tal, sena mais aliena-

da? O mundo deve ter declinado, porque se perde a juventude? Difícil separar os dias de hoje da prebiopia real.

Não nos preocupemos! Num dia, os tiktokers procriarão. Tão filhos! Envelhecerá!

E em um fim de tarde, olharão para seus rebentos: “No meu tempo, a gente conseguia ficar olhando um vídeo durante quinze segundos in-teruros”.

Não perca a esperança! Vai prorar! ●

LEANDRO KARNAL É HISTORIADOR, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS, AUTOR DE A CORAGEM DA ESPERANÇA E ENTRE OUTROS

SEO: Pedro Vasconcelos (quintzenal); e Simão Caspary (quintzenal); TER: Patrícia Ferraz; QUA: Leandro Karnal, Roberto DeMelo e Maria Tereza da Rodrigues; QUI: Mariana Garbin (quintzenal); PAI: Patrícia Ferraz; SEX: Marcelo Ribeiro (quintzenal); SÁB: Sérgio Augusto (quintzenal); AVALIAÇÃO: Suzana Barabini (quintzenal); COLUNA: Sérgio Augusto (quintzenal); DOM: Sérgio Augusto (quintzenal); FIM DE SEMANA: Sérgio Augusto (quintzenal)

Polêmica Ditadura chilena

Especialistas forenses concluem que Pablo Neruda morreu envenenado

Informação revelada por sobrinho do poeta chileno sobre sua morte, em 1973, será ainda avaliada por comitê de três países

Especialistas forenses concluíram que o poeta chileno Pablo Neruda (1904-1973) morreu envenenado há quase 50 anos, disse um membro da família do vencedor do Prêmio Nobel na segunda-feira, 13.

A revelação de Rodolfo Reyes, sobrinho de Neruda, é a última virada em um dos grandes debates do Chile pós-golpe. A posição oficial até aqui sustentada é que Neruda morreu de complicações de câncer de próstata, mas o motorista do poeta argumentou por décadas que ele foi envenenado. Não houve ainda confirmação dos comentários de Reyes por especialistas forenses do Canadá, Dinamarca e Chile, que devem divulgar um relatório sobre o caso nesta quarta-feira.

O anúncio público da descoberta do grupo foi adiado duas vezes este ano – primeiro, devido a problemas de conectividade com a internet de um dos especialistas e depois porque um juiz disse que o painel ainda não havia chegado a um consenso.

Ha vários anos, especialistas forenses internacionais rejeitaram a causa oficial da morte como caquexia, ou fraqueza e desgaste do corpo devido a uma doença crônica – neste caso, o câncer. Mas eles disseram também que não haviam deter-



O poeta e sua mulher Matilde, em 1957; amigo do presidente Allende, ele planejava deixar o Chile

nunado o que matou Neruda.

Em entrevista à AP, Reyes afirmou que testes forenses feitos em laboratórios dinamarqueses e canadenses indicaram a presença de “uma grande quantidade de *clonitridium botulinum*, que é incompatível com a vida humana”. Essa poderosa toxina pode causar paralisia no sistema nervoso e morte. Reyes revelou a informação pela primeira vez à agência de notícias espanhola EFE na segunda-feira.

TOXINA Como advogado no processo judicial pela morte de seu tio, Reyes disse que tem acesso ao laudo forense, realizado depois que o mesmo grupo de especialistas disse em 2017 que havia indícios de uma

exumação e em um molar do falecido poeta. Os testes de laboratório concluíram que a toxina foi administrada enquanto Neruda ainda estava vivo, argumentou Reyes.

Hipótese

Para o motorista Araya, se o poeta não ficasse sozinho no hospital ‘não teria sido assassinado’

O relatório será divulgado quase 50 anos após a morte do poeta e membro do Partido Comunista e 12 anos após o início da investigação sobre possível envenenamento. A AP, seu motorista Manuel Araya disse, no início deste mês, confiar em

que as descobertas forenses apoiariam sua afirmação de que o poeta morreu após receber “uma injeção no estômago” na clínica onde estava hospitalizado. E explicou ter ouvido essa versão de uma enfermeira.

EXUMADO. O corpo de Neruda foi exumado em 2013, mas os testes não mostraram agentes tóxicos ou veneno em seu corpo. Sua família e o motorista exigiram uma investigação mais aprofundada.

Em 2015, o governo do Chile disse que era “altamente provável que um terceiro” fosse o responsável pela morte de Neruda. O poeta foi enterrado novamente, no ano passado, em sua casa favorita com vista pa-

ra a costa do Pacífico.

Em 2017, uma equipe de cientistas internacionais determinou que Neruda não morreu de câncer ou desnutrição, rejeitando a causa oficial da morte, mas sem apontar o que o matou. “As conclusões são pela invalidade do atestado de óbito quando se trata de caquexia como causa da morte”, disse na época Aurelio Luna, um dos especialistas do painel.

Neruda, um poeta festejado por seus poemas de amor, era amigo do presidente Allende – que preferiu se matar, no palácio presidencial, a se render às tropas do general Pinochet. Traumatizado pelo golpe e pela perseguição e assassinato de seus amigos, planejava ir para o exílio, de onde poderia lutar contra a ditadura. Um dia antes de sua partida, no entanto, ele foi levado de ambulância a uma clínica na capital do Chile, Santiago, onde havia sido tratado de câncer e outras doenças. Morreu oficialmente lá em 23 de setembro de 1973, de causas naturais.

As suspeitas de que a ditadura teve participação na morte permaneceram muito tempo depois de o Chile voltar à democracia em 1990. O então embaixador do México no Chile, Gonzalo Martínez Corbalá, disse à AP em duas ocasiões que viu Neruda um dia antes de sua morte e que devia estar pesando cerca de 100 quilos.

O motorista Araya disse no mês passado à AP que “se Neruda não tivesse sido deixado sozinho na clínica, eles não o teriam matado”. Ele lembrou que, por ordem de Neruda, no domingo, 23 de setembro, ele e a esposa do poeta, Matilde Urrutia, foram a mansão pegar as malas que seriam levadas para o México no dia seguinte. No meio da tarde, Neruda pediu que voltassem rápido. Ele morreu naquela mesma noite. ● AP

Avaliação

Nova Montana mostra armas para desafiar Oroch e Toro

Maior que a Renault e menor que a Fiat, picape da Chevrolet tem motor 1.2 turbo de 133 cv, boa lista de equipamentos e quatro versões



A partir do alto, em sentido horário: versão Premier tem grade e rodas pretas; tela do multimídia é de 8" e caçamba lava 800 l

EUGÊNIO AUGUSTO BRITO
CURITIBA
ESPECIAL PARA O JORNAL DO CARRO

A nova Montana vem sendo revelada a contra-gotas pela GM. A picape, que chega às lojas como parte da linha 2023 da Chevrolet, é bem diferente da geração anterior. O modelo cresce e, com quatro portas e armas para desafiar a Fiat Toro e a Renault Oroch. A primeira é líder de vendas entre as intermediárias – maiores que as compactas e menores que as médias. São quatro versões, todas com motor 1.2 turbo flexível de até 133 cv e tração dianteira.

As com câmbio manual de seis velocidades, 1.2 turbo e LT, partem de, respectivamente, R\$ 116.890 e R\$ 121.990. A LTZ, a R\$ 134.490, e a Premier, a R\$ 140.490 têm o automático, também de seis marchas

Além da transmissão, muda a lista de equipamentos, conforme a versão. De série, a Montana 2023 vem com rodas de aço de 16 polegadas e sistema multimídia MyLink com tela de 8", serviço OnStar de concierge, que é pago a parte e inclui rastreamento, faróis com iluminação automática, protetor de caçamba e seis air bags, entre outros itens.

A LTZ acrescenta detalhes cromados, partida por botão, chave presencial, sensores de obstáculo na traseira e controlador de velocidade. Na Premier, como a avaliada pelo *Jornal do Carro*, os acabamentos são em tom preto brilhante.

Além disso, há alerta de ponto cego, faróis Full LEDs, ar condicionado digital e carregador de celular por indução. Bem como Internet nativa, diagnóstico e atualizações de sistemas de forma online.

Ficha técnica

● Chevrolet Montana Premier

Preço sugerido	R\$ 140.890
Motor	1.2 3 cil., 12v, turbo, flex
Potência*	133 cv a 5.500 rpm
Torque*	2,4 kgf a 2.000 rpm
Tração	Dianteira
Comprimento	4,72 metros
Largura	1,80 metro
Entre-eixos	2,80 metros
Cap. de carga	800 kg

A nova Montana usa a base modular de Onix Tracker. Segundo a GM, são 4,72 metros de comprimento, 2,8 m de distância entre os eixos e 1,8 m de largura. Na Toro são 4,95 m, 2,98 m e 1,84 m, respectivamente. A Renault tem 4,72 m, 2,83 m e 1,83 m, na mesma ordem.

Prós & contras

● **Consumo**
Além do preço competitivo, nova picape tem ampla lista de equipamentos e o consumo de combustível é baixo.

● **Caçamba**
Com 800 litros na versão de topo, a capacidade da caçamba é menor que a das rivais.

Além disso, a Montana pesa 1.273 kg com câmbio manual e 1.310 kg com o automático. A caçamba tem 874 litros (80 l, respectivamente). A explicação é que na Premier há protetor plástico e bordas largas, que se integram à capota marfita. Já as oito ganchos com alturas di-

ferentes facilitam a tarefa de amarrar a carga.

Seja como for, a área de engenharia da GM conseguiu fazer um bom acerto na nova Montana. A picape tem respostas parecidas com as de SUVs graças, em parte, ao peso menor que as rivais. São 250 kg a menos que a Oroch e 400 kg abaixo da Toro, conforme a versão.

SUSPENSÃO HÍBRIDA. Além disso, a suspensão dianteira é igual a de carros de passeio. Porém, na traseira há uma solução intermediária, com eixo rígido e duplo batente de rigidez variável. Trata-se de uma espécie de sistema híbrido entre o utilizado em automóveis e o de veículos de carga.

Um recurso eletrônico no painel de instrumentos permite indicar o nível de amortecimento. Entretanto, não dá para ajustar a rigidez de molas e amortecedores, por exemplo. Trata-se mais de uma função

Frugalidade
Com câmbio automático, nova Montana roda 13,8 km com um litro de gasolina, segundo dados do Inmetro

Final, o sistema só mostra qual deve ser a pressão ideal dos pneus. Embora os freios traseiros sejam a tambor, a Chevrolet informa que o sistema tem novo ajuste, também com o intuito de aproximar os de SUVs.

Além disso, a nova Montana é ágil em mudanças de trajetória em vias rápidas e no trânsito pesado. Ela não quecou ao passar em buracos, valetas e lombadas. Porém, a avaliação foi feita com a caçamba vazia.

Rodamos cerca de 240 km em trechos de serra e rodovia, entre Curitiba e Paranaguá, no Paraná. Na estrada, deu para conferir o ajuste "firme" da picape. Em velocidades altas, as respostas da suspensão tiram um pouco da sensação de conforto que marcou o percurso em trechos urbanos. Porém, isso não chega a incomodar.

Os vidros e os painéis de porta filtram bem os ruídos vindos de fora. Mas com o contragiro acima de 2.100 rpm, a partir de 100 km/h, o barulho do motor invade a cabine. Seja como for, o trem de força parece trabalhar sempre com folga.

Em ultrapassagens e retomas das de velocidade, a sensação de segurança é total. E o conjunto privilegia o consumo de combustível. Segundo Inmetro, a Montana Premier roda até 9,6 km na estrada com um litro de etanol. Com gasolina, são até 13,6 km/l. ●

VIAGEM FEITA A CONVIDE DA CHEVROLET

Apresentação

Primeira picape elétrica da Ram, 1500 REV chega às lojas em 2024

Picape grande acaba de ser revelada nos EUA; interessados devem fazer cadastro em site, além de pagar depósito de US\$ 100

JADY PERONI
ESPECIAL PARA O JORNAL DO CARRO

A Ram 1500 REV, primeira picape 100% elétrica da marca, foi revelada no domingo passado, nos Estados Unidos. Segundo a empresa, que faz parte do Grupo Stellantis, as vendas começam em 2024. Porém, quem se inscrever no site e fizer um depósito de US\$ 100, ou pouco mais de R\$ 400, garantirá lugar na fila e também terá acesso a eventos e notícias sobre o modelo em primeira mão.

De acordo com a Ram, a 1500 EV faz parte do Dare Forward 2030, o plano da Stellantis para liderar a corrida no desenvolvimento de veículos eletrificados. Aliás, o CEO da marca, Mike Koval Jr., diz que a Ram 1500 REV será a primeira de uma série de soluções ele-

trificadas da empresa. E que a picape vai superar a concorrência em aspectos muito valorizados pelos clientes. Ele cita a autonomia, o tempo para recarregar as baterias, a capacidade de reboque e de carga útil.

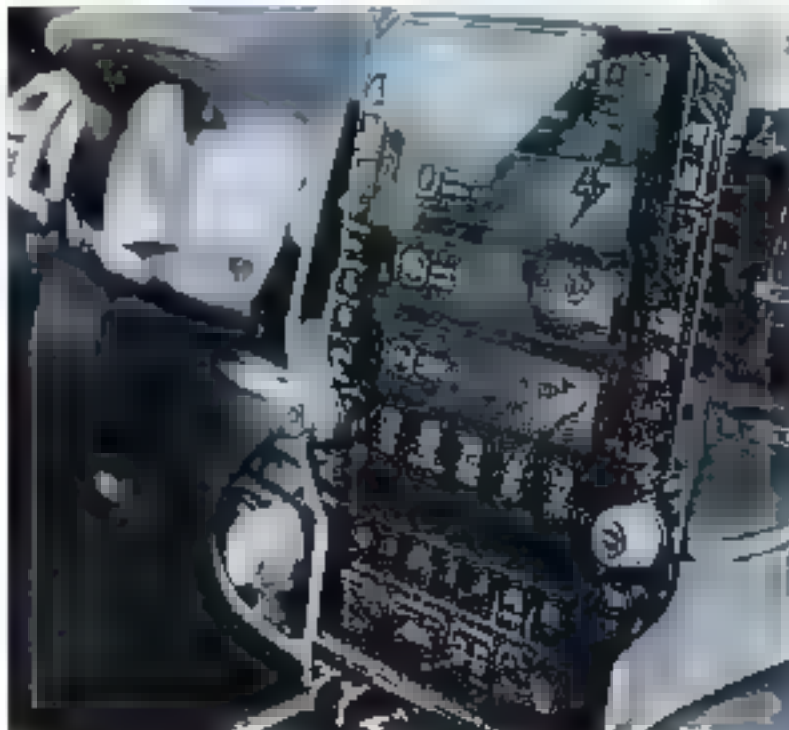
Um protótipo da picape média já havia sido apresentada em janeiro com o nome de RAM Revolution Concept na CES, feira de tecnologia em Las Vegas, nos EUA. Os faróis de LEDs, com nova assinatura, por exemplo, foram antecipados no modelo conceitual.

Embora a marca não tenha revelado dados sobre o modelo, algumas informações já são conhecidas. Por exemplo, a nova picape elétrica tem porte similar ao da Ford F-150 Lightning e da Chevrolet Silverado EV. Ou seja, entre 4,8 metros e 6 m de comprimento.

TRAÇÃO 4X4. Além disso, com base no protótipo, dá para supor que a nova picape será feita sobre a plataforma STLA Frame, da Stellantis. Portanto, deverá ter, no mínimo, dois motores elétricos. Ou seja, a tração será nas quatro rodas.



PIRELLA GÖTTSCHE LOWE



Modelo tem faróis de LEDs com uma nova assinatura; Na cabine, um dos destaques será a tela de multimídia em posição vertical; Desenho das lanternas traseiras é inédito



A Ram também informou que o novo modelo terá sistema de 800 volts. Com isso, poderá utilizar carregadores rápi-

dos de bateria de até 350 kWh, mesma capacidade de carregamento da GMC Hummer EV. O modelo da marca da GM

tem três motores elétricos que geram potência equivalente a mais de 1.000 cv. Outro destaque da Ram 1500 REV deverá ser a autonomia de 500 milhas, ou cerca de 800 km.

Também não há informações sobre a vinda da Ram elétrica ao Brasil. Até porque os carregadores de 350 kWh são raros mesmo nos EUA.

Atualmente, a marca oferece quatro modelos de picapes no mercado brasileiro. A de entrada é a Classic, com visual antigo e duas versões: Laramie e Laramie Night Edition, com tabela a partir de R\$ 359.990.

Depois, vem a 1500 Rebel, a R\$ 456.990. Assim como a Classic, o motor é o 6,7 V8 a gasolina de 400 cv de potência.

Acima dela está a 2500, na versão Laramie, também por R\$ 456.990. Por fim, a tabela da 3500 parte de R\$ 484.990.

Nessas duas o motor é o 6,7 de seis cilindros em linha que gera 375 cv. O que varia a capacidade de reboque, de 2.500 kg e 3.500 kg, respectivamente.

Porém, estas só podem ser guiadas por motoristas com CNH de categoria "C".



ANDRE KELLER/REUTERS

Hyundai registra Palisade, mas importador é a Caoa

O Palisade, SUV que leva até oito pessoas, teve vários desenhos registrados pela Hyundai no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, o INPI. O curioso é que o direito de vender os importados da Hyundai no País é do Grupo Caoa. A Hyundai Motors Brasil (HMB) pode oferecer carros feitos em Piracicaba (SP), caso do Creta e do HB20. Como o SUV sul coreano vem sendo visto aqui desde 2019, as chances de venda no País são grandes. ●

● **O HONDA TYPE R VEM AÍ.** Perto da estreia no Brasil, o novo Honda Civic Type R, flagrado rodando em testes com camuflagem pesada. A previsão é de que o cupê seja lançado ainda no primeiro semestre de 2023, mas a data exata não foi revelada. O esportivo tem uma evolução do motor 2.0 turbo a gasolina, que gera 330 cv de potência e 42,8 mkgf de torque. A tração é na dianteira e o câmbio, manual de seis marchas. Segundo a Honda, a distância entre os eixos cresceu 381 mm, para 2,73 metros e o comprimento total é de 4,6 m.

● **CAPTUR: TEM, MAS ACABOU.** A Renault do Brasil negou o fim da produção do Captur no Faraó. Porém, as concessionárias não aceitam pedidos e, embora o SUV conste no site da marca, não dá para fazer a compra online. Segundo um porta-voz da Renault, a queda na oferta seria resultado da falta de peças, que "continua afetando a produção de alguns modelos". Conforme o porta-voz, "o

Captur segue em produção". Ou seja, tem, mas acabou.

● **NOVA CHINESA NA ÁREA.** A Seres anunciou que vai vender SUVs e comerciais leves 100% elétricos no Brasil. Ainda pouco conhecida, a marca foi criada nos Estados Unidos pelas chinesas Sokon e Dongfeng. Porém, em 2021 passou a ser controlada pela também chinesa Huawei, gigante do setor de telecomunicações. Depois disso, a Seres prometeu investir US\$ 10 bilhões em pesquisa e desenvolvimento até o fim da década. Inicialmente, a marca vai oferecer no Brasil os SUVs 3 BEV, 5

BEV e 7. Os dois primeiros não podem ser reservados.

● **PEUGEOT E 2008 PARA ASSINAR.** A Peugeot iniciou a oferta do SUV elétrico e 2008 no Brasil por meio da Fluor, empresa de carros por assinatura do Grupo Stellantis, do qual a marca francesa faz parte. Há planos com prazos de 12, 24 e 36 meses e franquias de 500, 1.000, 2.000 e 3.000 km mensais. De acordo com a Peugeot, as mensalidades partem de R\$ 4.999, mas, dependendo do tipo de contrato, chegam a R\$ 8.499. O SUV (abaixo) tem motor elétrico com potência equivalente a 136 cv e autonomia de 234 km.



IF XE/ST



/MobilidadeEstadao

/mobilidadeestadao

/estadaomobilidade

/mobilidadeestadao



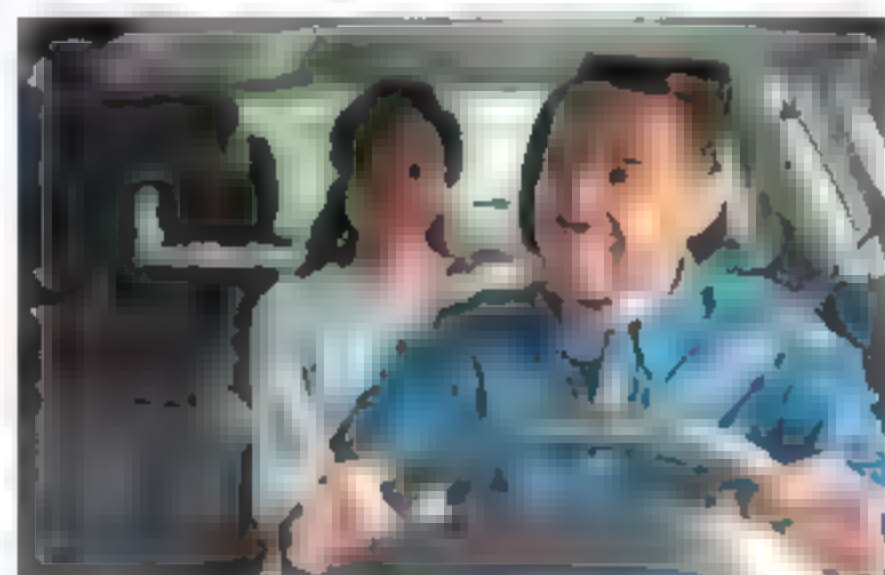
Seres Brasil começa a vender seus veículos 100% elétricos

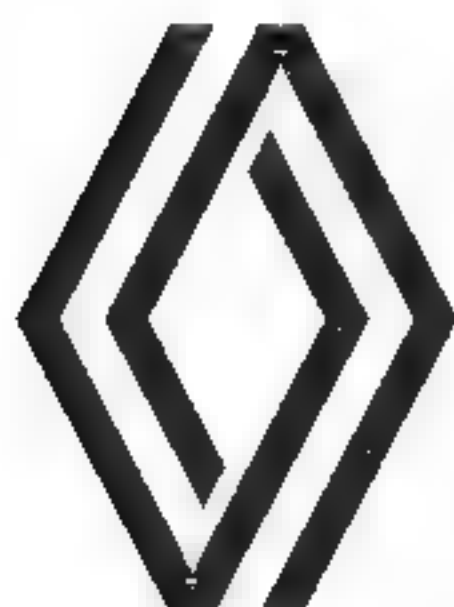
As vans de entrega são produzidas em parceria com a Ford e a Volkswagen. A empresa também oferece serviços de manutenção e financiamento.

Fotos: Divulgação Seres e Getty Images

Transporte por aplicativo

Regulação profissional dos motoristas entra em discussão. Em São Paulo, eles são responsáveis por cerca de 4 milhões de viagens todos os dias. Pág. 6





NOVO
**RENAULT
KWID E-TECH**
100% elétrico

a revolução elétrica está nas ruas

dirija até 298 km* com uma carga
recarregue em qualquer tomada doméstica
ou em mais de 2 mil pontos

até 7x mais económico que um carro
a combustão

*autonomia de 298 km urbano - aferida pelo ciclo ADE 21634.

saiba mais



Novidade! Escolha a vida!



NISSAN



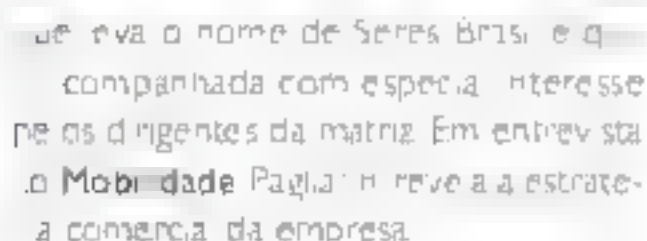


A demanda por utilitários no Brasil cresceu demais, por causa das vendas on-line. No entanto as vans são muito pequenas ou muito grandes. O ECD e o EC 35 oferecem a medida certa para transportar as encomendas. Particularmente acredito que o ECD terá mais repercussão se der tudo certo.

MARIO SÈRGIO VENDITTI

Cásio Pagliarini:
"Vamos vender veículos eletrificados com elevado nível de sofisticação e tecnologia"

NUMERO DE COLABORADORES: 10, além de colaboradores de empresas contratadas



Por que a Seres resolveu entrar no mercado brasileiro?

Cássio Pagliarini: A Sees Brasil não é vendida a Eia chegou ao País por iniciativa de um grupo nacional com grande importância para importar os automóveis. Na China a empresa foi criada com capital das matrizes Dongfeng e Sokon, e começou a produzir comerciais leves nos Estados U

...teremos todo o acompanhamento
...executivos da matriz, interessados no
potencial do mercado local.

A Seres ainda é uma marca desconhecida no Brasil. Como conquistar a confiança do comprador?

Pagliarioli: Só vamos oferecer veículos certificados com elevado nível de segurança e tecnologia e preços bastante competitivos. Justamente para que a marca tenha uma imagem forte no País. Para ter um compromisso com a qualidade em 2008 a empresa de tecnologia italiana forneceu as da Series, estabelecendo parcerias com o então presidente Ronald Trump, dos Estados Unidos, para sua base na China. Substituiu alguns componentes e redesen-

no Salão de Brinde às Beldicas em 14 de maio.

Qual é a expectativa de vendas do primeiro lote que desembarcou no Brasil recentemente?

Paglarini: Nossos automóveis não terão venda em massa por isso, não haverá

Uma das preocupações do comprador diante de uma marca ainda desconhecida é o pós-venda. Como a Seres Brasil trabalha esse aspecto?

Pagllarini: A assistência técnica a 100 por cento será total. Fim de cada cidade o carro foi vendido haverá uma oficina montada ali e o estoque de peças centralizada para atender as localidades. Vale lembrar que a manutenção é mais simples e a revisão programada de nossos modelos acontece em intervalos de 20 mil quilômetros e não de 10 mil.

Como vão funcionar as vendas dos carros somente pela Internet?

Pagllarini: E as acontecerá
a plataforma digital e o cliente sendo en-
tra no site seresmotores.com.br se cadastra
como cliente e faz a reserva do automóvel.
Todo o processo é rápido e fácil. É bom
dizer porém, que ele poderá ir para
drive para conhecer o modelo na prática
e que teremos representantes como ca-
espasados pelo Brasil para atender e a-
dar o conhecimento.

Quais são os concorrentes da Seres no Brasil?

Paglarini: Temos condições de rivalizar com o Jeep Compass híbrido e com modelos da BYD pois nossos automóveis são bonitos, tecnológicos, têm acabamento refinado e são confortáveis de dirigir.

Ao vender somente veículos elétricos, a Seres demonstra apostar no avanço da mobilidade elétrica no Brasil?

Paglarini: Uma ação foi feita para a avaliação da eletromobilidade no País. Para se bem sir-

For more information, visit www.pearsoncmg.com

FALE CONOSCO ▶ Se você quer comentar, sugerir reportagens ou anunciar produtos e serviços na área de mobilidade, envie uma mensagem para **mobilidade@estadao.com**

Câmeras e sensores precisam de cuidados?

Itens devem estar em ordem porque são fundamentais para o funcionamento correto dos programas de assistência



Foto: Getty Images

Considerados pontos eletrônicos, os motoristas, as câmeras, os sensores e as antenas de radar são fundamentais para o bom funcionamento dos programas eletrônicos de assistência presentes em automóveis modernos. Mantê-los em boas condições é uma forma de assegurar eficiência e segurança ao dirigir.

De acordo com Michel Braghetto, gerente de marketing das divisões de sistemas de controle de chassis e de soluções de computação de domínio cruzado da Bosch, apesar de sensíveis, esses itens em condições normais não precisam de manutenção especial, mas o ideal é que o proprietário não ignore a quais cuidados.

Os sensores de manobra, por exemplo, estão mais expostos – localizados nos para-choques –, assim, a recomendação é evitar impactos diretos nos refletores. Quando está localizado na dianteira do veículo, há maior chance de sofrer danos no emblema da montadora, na grade do radiador ou, se a, em posição elevada, afirma Braghetto.

Essa posição normalmente é bem protegida. Além disso, a antena do radar está recuada em relação à grade ou seja, mesmo no caso de pequenos impactos, o sensor não deve ser atingido.

Limpeza para manter a visibilidade

Será possível prejudicar os sensores, os dados pelos sistemas eletrônicos? De acordo com Braghetto, isso dependerá da quantidade. No caso de água, insetos ou outros detritos, não há problema, isso não afeta o funcionamento do equipamento.

Só em uma situação extrema, na qual o motorista tenha atrelado em uma estrada de terra e isso provoque um acúmulo de lama na região da grade, pode ser que surja alguma interferência na leitura do radar.

Nesse caso, o próprio sistema vai acusar e alertar o motorista por meio de um aviso no quadro de instrumentos, de que não está funcionando corretamente ou que está indisponível", explica Michel Braghetto.

Se isso ocorrer, será preciso encaminhar o automóvel a uma concessionária ou oficina autorizada para averiguar. Mas esse tipo de ocorrência é bem raro pois o radar é posicionado para evitar que ocorra assim, acrescenta o executivo da Bosch.

Se a câmera fica localizada na tábua do para-brisa, na parte interna, tanto ao retrovisão. Como qualquer instrumento óptico, ela depende da lente para fun-

cionar corretamente. Se o vidro estiver sujo, os sistemas que dependem da câmera não vão conseguir operar, e será preciso fazer a limpeza.

Por esse motivo, as montadoras sempre instalam a câmera em um local que seja coberto pelo limpador de para-brisa, a fim de permitir que a lente esteja sempre livre de sujeira", diz Braghetto.

No caso de um impacto com uma pedra ou outro objeto que danifique o para-brisa, isso pode prejudicar o funcionamento da câmera e será preciso substituir o vidro, tomando cuidado, já que a câmera está colada na parte interna dele.

Nessa situação, será preciso substituir novamente a câmera ao instalar o novo para-brisa. Mas a concessionária tem pessoal treinado para realizar esse procedimento, assim como calibrar o sistema para que ele siga funcionando corretamente."

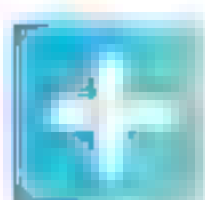


Regulação da atividade de motorista em debate



Em meio à polêmica, condições de trabalho dos profissionais e responsabilidades das empresas começam a ser discutidas

DANIELA SARAGIOTTO



Confira a
materia na
íntegra
no portal:



O que dizem as empresas

Mobilidade ouviu as duas maiores empresas de transporte de passageiros do Brasil, a 99 e a Uber. Ambas afirmam que os motoristas são parceiros e não funcionários. A 99 diz que os motoristas são responsáveis por sua própria manutenção e combustível. A Uber afirma que os motoristas são responsáveis por sua própria manutenção e combustível. Ambas afirmam que os motoristas são parceiros e não funcionários.

A regulamentação da atividade de motorista de aplicativo é uma das principais demandas da sociedade. A questão é complexa e, por sua natureza, envolve aspectos legais, econômicos e sociais. A regulamentação deve considerar as condições de trabalho dos motoristas, a responsabilidade das empresas e a segurança dos passageiros. A 99 e a Uber, as duas maiores empresas de transporte de passageiros do Brasil, afirmam que os motoristas são parceiros e não funcionários. Ambas afirmam que os motoristas são responsáveis por sua própria manutenção e combustível. A 99 diz que os motoristas são responsáveis por sua própria manutenção e combustível. A Uber afirma que os motoristas são responsáveis por sua própria manutenção e combustível. Ambas afirmam que os motoristas são parceiros e não funcionários.

PERFIL DOS MOTORISTAS DE APLICATIVO



Aplicativos regionais crescem 38%

Em 2022, marcas que atuam em várias cidades do País movimentaram R\$ 900 milhões

DANTE GRECCO

Modelo descentralizado permite que boa parte da receita fique nos próprios municípios



Leia a matéria na íntegra no portal:



Além das gigantes que operam o serviço de transporte por aplicativo, há, pelo País afora, milhares de outras startups que, nos últimos anos, passaram a oferecer essa modalidade à população de inúmeras cidades localizadas no interior do País.

Como revela um recente levantamento realizado pela Gaudium, startup focada nos mercados de mobilidade e logística, os chamados aplicativos de transporte locais que funcionam em regiões descentralizadas do Brasil movimentaram mais de R\$ 900 milhões em 2022 – o que indica um crescimento de 38%, em relação ao ano anterior.

O estudo foi baseado em dados de aplicativos de transporte que usam a tecnologia da Machine, produto da Gaudium para criação de apps de transportes e entregas, presentes em mais de 1.900 cidades no Brasil.

NECESSIDADES LOCAIS

Embora essas startups apresentem ticket médio relativamente baixo em relação aos valores cobrados nos grandes centros (confira no quadro abaixo), esses apps têm crescido de forma sustentável, pois se adaptaram à realidade e à necessidade de mobilidade de cada município. “Eles estão

dominando o mercado da mobilidade no interior do País, principalmente em cidades de pequeno e médio porte”, explica Ricardo Góes, sócio executivo da Gaudium.

Pelo fato de serem liderados por empresários locais, eles também são importantes para fazer girar a economia nessas cidades. “O modelo descentralizado propicia que boa parte dos recursos financeiros fique na própria região, já que uma parte do valor da corrida vai para o próprio motorista, e a outra, para uma empresa local. Além dos impostos recolhidos, que também ficam no município”, acrescenta Góes.

É evidente que a questão da regulamentação da profissão de motorista de aplicativo também deve impactar essas empresas. De acordo com Ricardo Góes, o atual modelo não está funcionando e precisa passar por uma revisão que busque um maior equilíbrio entre as partes.

“Acredito que as regras definidas pela CLT não são um solução. Para equilibrar esse sistema, é preciso levar em conta outras premissas, como os princípios da economia de serviços compartilhados”, avalia o executivo. Para isso, sugere, “deve-se ouvir representantes das grandes e pequenas empresas para encontrar caminhos que atendam aos interesses dos trabalhadores”.

APP DOS CORREIOS

Sobre o fato de o ministro ter dito que, caso seja necessário, os Correios poderiam criar um novo aplicativo de transporte para atender a população, talvez a solução não seja tão simples como parece.

“Embora existam apps semelhantes geridos pelo Poder Público, um deles foi criado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, uma empresa como os Correios não tem o mesmo espírito inovador de uma startup”, afirma Ricardo Góes. “É provável ainda que esse app se torne carente de inovação, de inteligência artificial, entre outras tecnologias. Eu não acredito que os Correios tenham interesse nesse mercado. Afinal, esse não é o core business deles.”

AM



Conheça, a seguir, alguns números de 7 apps regionais que funcionam de Norte a Sul do Brasil

URBANO NORTE

- Onde atua: 100 cidades de 13 Estados como Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais e Santa Catarina.
- Corridas por mês: 2,5 milhões
- Motoristas cadastrados: 22.000
- Começou a operar em: 2018
- Ticket médio: N/I
- Quantidade de downloads: N/I

TOINDO

- Onde atua: São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás. Tem como principal polo

a região noroeste do Estado de São Paulo. O maior número de corridas se concentra nas regiões de Fernandópolis, Votuporanga e Araçatuba.

- Corridas por mês: 83.000
- Motoristas cadastrados: cerca de 900
- Começou a operar em: 2019
- Ticket médio: R\$ 14, que pode ser maior dependendo da região, uma vez que a empresa acompanha de perto os custos do motorista parceiro de cada local.
- Downloads e passageiros: cerca de 150.000 passageiros cadastrados
- Média de 3.500 downloads mensais

UBIZ CAR

- Onde atua: 34 cidades dos Estados de Piauí, Ceará, Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Tocantins, São Paulo, Rio Grande do Sul e Goiás
- Corridas por mês: 197.000
- Motoristas ativos: 2.503
- Começou a operar em: 2018
- Ticket médio: R\$ 17,81

ROTA 77 DE MOBILIDADE URBANA

- Estados ou cidades onde atua: Nova Mutum e Lucas do Rio Verde (MT), Erechim e Uruguaiana (RS) e Francisco Beltrão (PR)
- Corridas por mês: 128.000
- Motoristas cadastrados: 851

- Começou a operar em: 2019
- Ticket médio: R\$ 14
- Downloads: 98.000

CHOFER 46

- Onde atua: São Miguel do Oeste, Itapoá e Barra Velha (SC) e Curitiba, Francisco Beltrão e Pato Branco (PR)
- Corridas por mês: N/I
- Motoristas cadastrados: N/I
- Começou a operar em: 2019
- Ticket médio: R\$ 19
- Downloads: N/I

XIS PASSAGEIRO

- Onde atua: principais cidades Araçatuba, Bauri, Sabino, Getulina,

Avanhandava, Cafelândia, Guaiçara, Lins, Penápolis e Promissão (SP), Castro e Ponta Grossa (PR), Ananindeua, Belém e Marituba (PA)

- Corridas por mês: 78 mil
- Motoristas ativos: 672
- Começou a operar em: 2019
- Ticket médio: R\$ 13,50
- Downloads: mais de 70.000

CONFIANÇA MOBI

- Onde atua: Cachoeira do Sul e Verâncio Aires (RS)
- Corridas por mês: 50.000
- Motoristas cadastrados: 126
- Começou a operar em: 2020
- Ticket médio: R\$ 12,50
- Downloads: 22.000

ANDRÉ TURQUETTO

DIRETOR-GERAL DA VELOE

Free flow: passagem livre é o futuro das rodovias no Brasil



Adesão efetiva ao *free flow* depende, em grande parte, da conscientização dos usuários e da criação de incentivos (planos de descontos, proconsortios, cashback, entre outros) para estimular a adoção desse meio de pagamento



Conheça
a opinião
dos nossos
embaixadores

“No primeiro dia útil de 2023, começou a vigorar a resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) que regulamenta o sistema de livre passagem em rodovias e vias urbanas, o chamado *free flow*. Trata-se de um sistema sem as tradicionais praças de pedágio: o fluxo é livre e o pagamento é proporcional à quantidade de quilômetros rodados. O principal objetivo é cobrar de forma igualitária todos os que utilizam as vias.

A primeira experiência teve início em três pontos da BR-101/RJ (Rodovia Rio-Santos). A Via Dutra prevê o sistema em um trecho paulista, a partir do quarto ano da concessão, renovada no início de 2022. O potencial é enorme, já que, no Brasil, apenas 50% das pessoas realizam pagamentos automáticos.

EXEMPLO CHILENO

O *free flow* nos mostra que criar soluções que permitam uma mobilidade mais fluida e democrática, seja no espaço urbano, seja nas rodovias, passa, necessariamente, pela tecnologia. E essa tecnologia do sistema, que já foi implementada em mais de 20 países, substitui as praças de pedágio tradicionais, combinando recursos de identificação por radiofrequência, com base em antenas fixadas em portais, ao longo das rodovias.

Ao passar por esses portais, é feita a identificação e o registro do veículo, além de gerar a tarifa, automaticamente. O pagamento é finalizado quando a fatura chega ao endereço em que a placa do carro está registrada. O Chile, por exemplo, tem quase 20 anos de experiência na operação de rodovias no sistema. No Brasil, há uma série de estudos em andamento, especialmente no Estado de São Paulo.

Do ponto de vista de infraestrutura tecnológica, o modelo homologado para o pedágio *free flow* utiliza, prioritariamente, as tags. Há outras opções, como leitura de placa e solução mobile, mas a tag tem demonstrado ser a mais eficaz. Recentemente, a Associação Brasileira das Empresas de Pagamento Automático para Mobilidade (Abepam) apresentou à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) um amplo estudo com sugestões para a implementação

do *free flow* no Brasil, com foco na adoção das tags como o modelo principal. Primeiro, porque já existe um sistema em uso em boa parte das rodovias brasileiras. Além disso, as tags contribuem para a redução do tempo de viagem de veículos leves e pesados porque permitem uma viagem mais fluida, promovem maior justiça tarifária e, por fim, reduzem o custo operacional das rodovias.

MENOR CUSTO

Embora exista certa preocupação com a inadimplência na operação inicial do modelo, dadas as questões comportamentais e culturais – ainda somos um país muito ligado ao pagamento físico do pedágio nas cabines –, a experiência internacional mostra que as vantagens superam os riscos. Em algumas rodovias estrangeiras, pagar a tarifa de pedágio após a viagem pode significar aumento de mais de 100%, em relação ao preço cobrado na modalidade automática, segundo o levantamento da Abepam.

Nos Estados Unidos, por exemplo, a Northwest Parkway cobra de seus usuários até US\$ 1,75 adicional pela cobrança posterior, com o aumento indo de 20% a 120%, em relação ao preço inicial. Em algumas rodovias chilenas, como a Ruta 68, os usuários pagam o dobro da tarifa original, independentemente do tipo de veículo ou do horário de passagem. E o pagamento deve ser feito em até 72 horas após a viagem. Ou seja, a pessoa tem de lembrar de realizar o pagamento depois de ter utilizado o serviço e por um curto período de tempo.

É aí que entra a questão cultural: é essencial haver uma conscientização dos brasileiros para essa nova forma de pagamento, com foco na mudança comportamental. Para que a adesão seja efetiva, é fundamental que se criem incentivos (planos de desconto, cashback, entre outros) para estimular a adoção desse meio de pagamento, já que é um modelo que pesa menos no bolso do usuário.

É um processo que envolve estudos de viabilidade tecnológica e operacional nas rodovias, além das questões culturais, como legislação, código de trânsito, identificação do veículo e motorista. Estamos avançando, e a expectativa é de que, nos próximos anos, o *free flow* seja cada vez mais uma realidade no Brasil.”

em

“A EXPERIÊNCIA
INTERNACIONAL
MOSTRA QUE
AS VANTAGENS
SUPERAM OS
RISCOS.”



Eficiência energética na mobilidade



Saiba mais sobre o tema no portal:



De acordo com estudo realizado pelo Ipec (Inteligência em Pesquisa e Consultoria), o antigo Ibope, entre 2018 e 2022, a população do Estado de São Paulo gastou mais de 1h30 para se deslocar na cidade, diariamente. O aumento nos congestionamentos e o uso de veículos de transporte, movidos, majoritariamente, por combustíveis fósseis, podem impactar na qualidade de vida e ameaçar a conservação do meio ambiente.

Esse cenário demonstra que as condições de mobilidade urbana ainda não

acompanham, de fato, o crescimento das cidades e de suas populações.

Como iniciativa de mapeamento e análise desse ecossistema, o Mobilidade Estadão e a plataforma Connected Smart Cities (CSC) realizarão a segunda edição do levantamento das 100 empresas mais influentes no setor sob o viés da sustentabilidade. Para a construção de cidades mais inteligentes e verdes, podem ser promovidas ações de ESG, de âmbito ambiental, social e de governança, associando-as com soluções inovadoras e tecnológicas. Nesse contexto, o pilar ambiental apresenta-se como estratégico para a concretização de um processo de desenvolvimento sustentável contínuo.

Com base nessas premissas, a comissão de jurados vai analisar práticas de mobilidade em termos de eficiência energética, que inclui o uso de fontes renováveis ambientalmente mais responsáveis (saiba mais no quadro ao lado). "O objetivo é avaliar o nível de comprometimento das marcas com o meio ambiente, ou seja, detectar se as empresas estão realizando suas operações com base em políticas realmente sustentáveis", explica o jurado Sérgio Avelleda. O resultado da votação será divulgado, no dia 15 de março, pelo Mobilidade Estadão. **EM**

ETAPAS PARA A MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL

A mobilidade sustentável pode ser alcançada por meio de um plano de governança ambiental. Dentre as suas etapas, podem ser consideradas:

- Busca por otimização do tráfego urbano
- Estímulo à utilização preferencial de

transportes coletivos ecológicos, com zero emissão de carbono

- Intensificação do uso de meios alternativos de locomoção não motorizados, como bicicletas, patinetes, e de deslocamentos feitos a pé
- Ampliação do uso de aplicativos de transportes de pessoas e materiais, em virtude das vantagens do seu custo/benefício e de sua praticidade

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio.

Procurando um carro novo para chamar de seu?

Tudo sobre o seu próximo zero você encontra no **Zerão**.

Mais de 170 automóveis do mercado: fichas técnicas, resenhas, fotos e preços de modelos de todas as marcas.

ZERÃO



REALIZAÇÃO: **Jornal do Carro**



jornaldocarro.estadao.com.br/
guia-de-compras/carros-0km

OFERTAS EXCLUSIVAS:



Confira 7 tendências para a mobilidade urbana em 2023

Pesquisa aponta que o setor deve crescer 75% até 2030

MARINA OLIVEIRA



Confira a matéria na íntegra no portal:



Desenvolvimento do setor está diretamente ligado à utilização de novas tecnologias



De acordo com uma pesquisa do Oliver Wyman Forum, até 2030 o setor de mobilidade urbana deve crescer 75%. Ou seja, cerca de US\$ 26,6 trilhões, o que representa um quinto da atividade econômica global. O setor também se destaca na busca por inovação e novas tendências.

"Esse desenvolvimento está ligado à utilização de novas tecnologias, à gestão de frota, integração entre modos, automatização de operações e ao novo comportamento dos passageiros, que agora buscam alternativas inteligentes e sustentáveis para se locomover", afirma Antonio Vieira, CEO da plataforma de aplicativo de transporte Gostei.

"Para alcançar o percentual de desenvolvimento estipulado para 2030, as empresas precisam se manter em movimento e sempre antenadas ao mercado, aos interesses dos passageiros e, também, ao bem-estar e à realidade dos motoristas", acrescenta. Nesse contexto, Vieira traz sete tendências para a mobilidade urbana para este ano.

1 CARTEIRA DIGITAL Há alguns anos, a utilização do dinheiro em papel para pagar comidas de aplicativo caiu drasticamente. Os motoristas se sentem mais seguros quando as corridas são pagas por cartão de débito ou crédito. Por outro lado, os passageiros também optaram por utilizar PIX e carteiras digitais pela praticidade de pedir uma corrida sabendo que ela será debitada automaticamente da sua conta.

Os transportes públicos não ficaram para trás. Por meio de seus próprios bancos digitais e alguns aplicativos específicos, é possível recarregar seu Bilhete Único pelo celular ou com um QR Code. Isso acontece, por exemplo, no aplicativo Top, uma bilheteria digital que permite a compra de passagens de metrô ou trem da CPTM de São Paulo.

2 COMPARTILHAMENTO EM TEMPO REAL Além de ser uma medida de segurança muito utilizada em corridas de aplicativos de mobilidade, especialmente por mulheres, essa função também facilita a localização dos veículos (carros particulares ou transporte público). Isso faz com que o passageiro reduza seu tempo de espera e tenha a opção de se programar e procurar trajetos mais curtos até o seu destino.

Durante a pandemia, o compartilhamento de informações sobre os transportes foi muito utilizado. Por exemplo, as pessoas identificavam o nível de lotação do transporte público, o andamento do trânsito e escolhiam uma rota ou um horário mais vazio para prevenir um possível contato com o vírus.

3 MAIOR CONECTIVIDADE O 5G é uma realidade que vem ganhando espaço e promete se firmar no mercado em 2023. Enquanto o 4G tem um nível de conectividade que permite o encadeamento de até 10 mil dispositivos por quilômetro quadrado, o 5G tem capacidade de suportar até 1 milhão de dispositivos, simultaneamente. A conectividade, em tempo real, desse número exorbitante de aparelhos promete melhorar os fluxos de trânsito, aumentar a velocidade de comunicação entre as centrais de controle dos aplicativos de mobilidade e os motoristas,

oferecer rotas com menos engarrafamento e reduzir o tempo das corridas.

4 PARCERIAS ENVOLVENDO SETOR PÚBLICO E PRIVADO O investimento em tecnologias de alinhamento entre os meios de transporte público e privado facilitou a vida de várias pessoas. Procurar o caminho até seu destino no Google e receber diversas possibilidades de rota com a opção de incluir carros particulares de apps durante a pesquisa, completando o trajeto em locais onde passam poucos ônibus, por exemplo, tornou o deslocamento dos passageiros mais acessível, seguro e efetivo.

5 ESG E SUSTENTABILIDADE Com o aumento da conscientização dos passageiros sobre causas sociais e ambientais, eles se tornaram mais exigentes com os serviços que contratam. Para se adequar a essas novas demandas dos clientes, as empresas passaram a se comprometer mais com a ética e a sustentabilidade. Por isso, a abordagem ESG (do inglês, *environmental, social and governance*) ganhou maior relevância em todos os segmentos, e não seria diferente com o setor de mobilidade.

As ações ESG aumentam a eficiência das operações, reduzem os custos, os desperdícios de matéria-prima e garantem o maior aproveitamento dos recursos. Essas práticas potencializam as relações entre as lideranças e os funcionários. Melhoram o ambiente de trabalho e a qualidade de vida de todos, refletindo na reputação e imagem positiva da marca.

6 AUMENTO DE PEDIDOS DELIVERY Desde o início da pandemia, os hábitos de consumo das pessoas mudaram e a busca pela praticidade nunca foi tão importante. Na primeira onda da doença, o delivery passou a ser utilizado como uma alternativa para reduzir os riscos do contato com o vírus de covid-19.

Agora, ele se tornou parte do estilo de vida das pessoas. Por meio de sites e aplicativos, pode-se fazer qualquer pedido por delivery. Tanto comidas de restaurante quanto compras em farmácias, mercados, pet shops e os demais estabelecimentos.

O elevado número de pedidos delivery, porém, provoca o aumento de veículos nas ruas. Sobre tudo motos, que são mais utilizadas para esse tipo de entrega por aplicativo.

7 REDUÇÃO NO NÚMERO DE CARROS PRÓPRIOS O aumento nos custos com gasolina, seguros, mecânicos, impostos e despesas gerais, juntamente ao constante crescimento no mercado e no número de apps de locomoção, seu custo/benefício, influenciou diretamente a escolha das gerações mais jovens pelo uso de carros particulares de aplicativos. Em vez de investir em um carro próprio. Também tem sido mais comum ver muitas pessoas da geração Z preferindo utilizar bicicletas e patinetes para realizar trajetos mais curtos. Um dos fatores para essa troca foi a extensão das ciclovias nos centros urbanos, o que torna o trajeto nesses meios de transporte mais rápido e seguro para a população. **em**